



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDUARDA SOUSA FIDELES

**Memória da atuação política do movimento estudantil em
Goiânia no período da Ditadura
Civil-Militar (1964-1968)**

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Eduarda Sousa Fideles

3. Título do trabalho

MEMÓRIA DA ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÂNIA NO
PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes, Professora do Magistério Superior**, em 15/07/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduarda Sousa Fideles, Discente**, em 15/07/2024, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4648242** e o código CRC **3A9BFC27**.

Referência: Processo nº 23070.016855/2024-18

EDUARDA SOUSA FIDELES

**Memória da atuação política do movimento estudantil em
Goiânia no período da Ditadura
Civil-Militar (1964-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientador (a): Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Fideles, Eduarda Sousa

Memória da atuação política do movimento estudantil em Goiânia no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1968) [manuscrito] / Eduarda Sousa Fideles. - 2024.

184 f.

Orientador: Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias.

1. Memória. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Movimento Estudantil. 4. Goiânia. I. Magalhães, Sônia Maria de, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **015/2024** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **EDUARDA SOUSA FIDELES**, que confere o título de **Mestre (a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e oito dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **14h00**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“MEMÓRIA DA ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÂNIA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Robson Mendonça Pereira (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e oito dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes, Professora do Magistério Superior**, em 16/07/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 16/07/2024, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 16/07/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4675258** e o código CRC **26D18050**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, desejo expressar minha gratidão a Deus, que me concedeu sabedoria e forças para perseverar em minha jornada. Gostaria de estender meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Eliane Fideles e Divino Fideles, por terem garantido e incentivado meus estudos ao longo desses anos, além do apoio, cuidado e amor. À minha irmã Eloisa Fideles, sou grata pelo apoio constante e parceria. Agradeço ao meu namorado Gabriel de Souza pelo companheirismo, incentivo e suporte. Agradeço imensamente às minhas amigas Vitória Vargas e Thalia da Costa, que estiveram ao meu lado desde o começo desta trajetória acadêmica, compartilhando momentos importantes e me incentivando. À minha amiga Alessandra Martins, agradeço pelo incentivo e pelas contribuições. Ao meu amigo Marcos Rafael, sou grata pelo auxílio e amizade. A todos os meus amigos e familiares, sou grata pelas palavras de conforto e encorajamento. Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães, por todos os momentos compartilhados durante as orientações, além do incentivo e palavras de apoio ao longo do processo de escrita desta dissertação. Aos professores Dr. Robson Mendonça Pereira e Dr. Jiani Fernando Langaro, agradeço pelas valiosas considerações e contribuições durante a banca de arguição da minha dissertação de mestrado. Agradeço também a Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares por todas as suas contribuições. Por fim, desejo expressar minha sincera gratidão à agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, que viabilizou a realização desta pesquisa. Agradeço também toda a equipe administrativa e ao corpo docente do Programa de Pós- Graduação- PPGH da Universidade Federal de Goiás- UFG pelo suporte e oportunidades oferecidas ao longo desta jornada acadêmica.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as lutas e manifestações dos secundaristas que estudavam nos colégios Lyceu de Goiânia e Professor Pedro Gomes, bem como dos universitários da Universidade Federal de Goiás (UFG) durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1968) em Goiás, especialmente na capital, Goiânia. As fontes utilizadas consistem em documentos escritos e jornais da época, com o intuito de analisar a atuação e as manifestações organizadas e realizadas pelos estudantes como forma de luta e intervenção política. O estudo se concentra na abordagem do regime ditatorial e das políticas educacionais, destacando os aspectos políticos, educacionais, culturais e sociais relacionados aos respectivos colégios. Além disso, busca-se refletir sobre a construção da memória desses sujeitos a partir dos depoimentos de alguns secundaristas e jovens universitários, conhecidos como ex-militantes, que participaram e lideraram os movimentos de resistência da época.

Palavras chave: Memória; Ditadura Civil-Militar; Movimento Estudantil; Goiânia.

ABSTRACT

The present research aims to investigate the struggles and demonstrations of high school students who studied at Lyceu de Goiânia and Professor Pedro Gomes schools, as well as university students from the Federal University of Goiás (UFG) during the period of the Civil-Military Dictatorship (1964-1968) in Goiás, especially in the capital, Goiânia. The sources used consist of written documents and newspapers from that time, in order to analyze the actions and demonstrations organized and carried out by students as a form of political struggle and intervention. The study focuses on the dictatorial regime and educational policies, highlighting the political, educational, cultural, and social aspects related to the respective schools. Additionally, it seeks to reflect on the construction of the memory of these individuals through the testimonies of some high school students and young university students, known as former militants, who participated in and led the resistance movements of the time.

Keywords: Memory; Civil-Military Dictatorship; Student Movement; Goiânia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira

ACIEGO- Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás

AI'S - Atos Institucionais

ALN - Ação Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CAs- Centros Acadêmicos

CCC - Comandos de Caça aos Comunistas

CEB - Casa do Estudante do Brasil

CDE - Centro Democrático Empresarial

CEE - Conselho Estadual de Educação

CENOG- Casa do estudante Norte Goiano

CERNE - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado

CEPI- Centro de Ensino em Período Integral Lyceu de Goiânia

CEPI- Centro de Ensino em Período Integral Professor Pedro Gomes

CFE - Conselho Federal de Educação

CGC - Cadastro Geral de Contribuintes

CGE - Confederação Goiana dos Estudantes

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CMB - Comandante Militar de Brasília

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPC - Centro Popular de Cultura

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DIP - Departamento da Imprensa e Propaganda

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG - Escola Superior de Guerra
EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas
FNFi - Faculdade Nacional de Filosofia
FBPF - Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino
FGV - Fundação Getúlio Vargas
GEP - Grupo de Estudos e Planejamento
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais
ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPM'S - Inquéritos Policiais Militares
JCI - Junta Coordenadora de Informações
JEC – Junta Estudantil Católica
JUC – Junta Universitária Católica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCD - Movimento Contra a Ditadura
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MFPA - Movimento Feminino pela Anistia
MOPILO - Movimento de Libertação Popular
OB - Organização de Base
OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade
POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária
OSs - Organizações Sociais de Educação
PUA - Pacto de Unidade e Ação
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PM - Polícia Militar

PUC - Pontifícia Universidade Católica

POPE - Prever, Organizar, Planejar e Executar

RM - Região Militar

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformações

SNI - Serviço Nacional de Informações

SINE/GO - Sistema Nacional de Empregos/Goiás

STF - Supremo Tribunal Federal

UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UDN - União Democrática Nacional

UEEs - Uniões Estaduais de Estudantes

UFG - Universidade Federal de Goiás

UGES - União Goiana dos Estudantes Secundários

UNE - União Nacional dos Estudantes

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNB - Universidade de Brasília

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1-** Policiais perseguem estudantes no centro da capital goiana..... **33**
- Imagem 2-** Prisão de estudante de Jornalismo leva alunos da UFG à paralisação..... **49**
- Imagem 3-** Ameaça de bombardeio e Praça Cívica lotada, com caças em voos rasantes para pressionar e aterrorizar o governador Mauro Borges e a multidão que se aglomerou em apoio a esse governo..... **65**
- Imagem 4-** Perseguidos por cassetetes até mesmo na Catedral, os estudantes gaúchos, ao sair, decretam a greve geral..... **92**
- Imagem 5-** Enterro do estudante Edson Luís..... **94**
- Imagem 6-** Praça dos Bandeirantes tomada por estudantes em 01/04/1968.....**111**
- Imagem 7-** Em 1937, foi registrado o progresso das obras de construção do prédio do Liceu..... **124**
- Imagem 8-** Atualmente, entrada do CEPI- Centro de Ensino em Período Integral Lyceu de Goiânia..... **125**
- Imagem 9-** Prédio próprio do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, em imagem de 1966.....**128**
- Imagem 10-** Atualmente, entrada do CEPI- Centro Ensino em Período Integral Professor Pedro Gomes..... **129**
- Imagem 11-** Estudantes em apoio à criação da UFG, na Praça Cívica em 18/12/1960..... **131**
- Imagem 12-** Sede da Faculdade de Direito em Goiás de 1937 a 1966- Rua 20, nº 17, setor central. Década de 60- Sé. XX..... **132**
- Imagem 13-** Atualmente, entrada da Universidade Federal de Goiás – UFG..... **132**

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Reprodução de mapa exibindo o centro de Goiânia e as avenidas que partem da Praça Cívica rumo aos bairros..... **104**

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Capítulo 1- A Ditadura Civil- Militar em Goiás: um estudo a partir da narrativa histórica brasileira.....	24
1.1- Os aspectos históricos e políticos que marcaram o golpe (1964-1968).....	27
1.2- Os anos de chumbo e a repressão política.....	42
1.3- O governo de Mauro Borges e os impactos da ditadura no estado de Goiás.....	57
1.4- A criação da União Nacional dos Estudantes - UNE no Brasil.....	71
Capítulo 2- Os movimentos de resistência estudantil frente ao regime militar: o discurso da memória a partir dos depoimentos.....	83
2.1- Movimento estudantil: o marco político do autoritarismo no território brasileiro...85	
2.2- A capital goiana como palco de manifestações e protestos no período ditatorial... 96	
2.3- Cenário educacional e histórico: a fundação do Colégio Lyceu de Goiânia, Professor Pedro Gomes e da Universidade Federal de Goiás-UFG.....	120
2.4- Memória de ex-militantes do movimento estudantil em Goiânia.....	140
Considerações Finais.....	166
Fontes.....	171
Referências Bibliográficas.....	174

INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa refletir sobre o movimento estudantil em Goiânia, a partir de fontes documentais e depoimentos sobre o colégio CEPI - Centro de Ensino em Período Integral Lyceu de Goiânia, que no início da sua construção era conhecido como Liceu de Goyaz. Criado a partir da Lei n. 9 de 17 de junho de 1846, e instalado no ano de 1847 na Cidade de Goiás. Posteriormente, foi estabelecido na capital goiana somente no ano de 1938. Em seguida, o colégio CEPI - Centro de Ensino em Período Integral Professor Pedro Gomes foi fundado a partir de uma lei assinada pelo governador Jerônimo Coimbra Bueno, no ano de 1947, em Goiânia - GO. Por último, abordaremos a Universidade Federal de Goiás - UFG, instituída a partir da Lei n° 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960. Considerando o contexto histórico, social, político, econômico e cultural brasileiro desde a década de 1960, discutiremos também o discurso em torno de um projeto autoritário e ditatorial.

Com o processo de inserção dos alunos do colégio Lyceu de Goiânia e do colégio Professor Pedro Gomes, além da relação dos mesmos com os universitários da Universidade Federal de Goiás no movimento estudantil, tendo em vista o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, e especialmente no estado de Goiás, a proposta desse trabalho se justifica na importância de analisar o movimento estudantil, por intermediação dos colégios/escolas e dos depoimentos dos estudantes e universitários, a partir da memória dos mesmos sobre a sua própria atuação na política.

Com o objetivo de compreender as diferentes ações empreendidas para a inserção dos alunos no meio político por meio do movimento estudantil, buscamos analisar a influência dos secundaristas e universitários no cenário político, social e educacional de Goiás. Partimos do questionamento sobre como o movimento estudantil se estruturou na região e qual foi o nível de contato e influência entre os jovens universitários da Universidade Federal de Goiás e os estudantes dos colégios envolvidos. Além disso, investigamos a intencionalidade do centro de Goiânia como local de protestos e manifestações estudantis, bem como espaço de conflito.

Para embasar nossa pesquisa, utilizaremos fontes como os jornais *O Popular*, *Folha de Goiaz*, *Cinco de Março*, *Diário do Oeste*, *Jornal Última Hora* e *Jornal do Brasil*. Essas publicações nos ajudarão a compreender o discurso em torno da Ditadura Civil-Militar no Brasil e em Goiás. Além disso, consultaremos documentos escritos

presentes na obra *A Ditadura Militar em Goiás: Arquivos Revelados*, produzida pela Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (ANIGO), bem como depoimentos registrados em livros como *Memórias Transcritas: Depoimentos* (organizado por Célia Maria Alves e Vera Cortês) e *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho* (organizado por Maria Paula Araujo, Izabel Silva e Desirree Santos). Essas obras abordam aspectos políticos, educacionais, sociais e militares, bem como o discurso em torno do projeto ditatorial e autoritário no contexto do Colégio Lyceu de Goiânia e do Colégio Professor Pedro Gomes. Ambos foram palco de manifestações e protestos contra o regime vigente à época. A partir desses elementos, questionamos de que maneira os estudantes dessas instituições se posicionaram contra a opressão e a violência, além de compreender a atuação dos universitários da Universidade Federal de Goiás na Ditadura Civil-Militar em Goiás.

No que se refere à base teórico-metodológico, nosso trabalho é pautado na História Social e Política. A partir da percepção apresentada por Luís Henrique de Oliveira em sua obra “Dos annales a micro-história: alguns apontamentos sobre os avanços da história social”, entende-se que “a história social recolocava como questão o papel da ação humana e o problema das durações. No momento em que se passa a formular como problema o comportamento humano, o tempo de experiência e do vivido” (Oliveira, s/d, p. 2).

Em outro aspecto, a História Social e Política desenvolvida no Brasil dedicou-se à história do trabalho, dos movimentos sociais, das cidades e à história social da arte. Atualmente a História Social caracteriza-se por colocar as relações sociais em primeiro plano nas análises históricas, em vez das diferenças culturais. Portanto, “a História Social tem como preocupação primeira a desigualdade social, entendendo-a como constituída não somente por elementos econômicos, mas também por relações (desiguais) de poder.” (Langaro; Silvério, 2019, 13-14). De modo geral, os dois notáveis legados da História Social foram a atenção ao desejo de democratizar o campo histórico e a abordagem da desigualdade social.

O objeto dessa pesquisa são as três instituições escolares citadas anteriormente, caracterizadas como espaços educacionais constituídas por secundaristas e universitários que buscavam intervir contra a ditadura. Carlos Fico (2012), em seu trabalho “História do tempo presente-eventos traumáticos e documentos sensíveis: o

caso brasileiro”, apresenta que as nossas inquietações ao redor do objeto escolhido se tornam possíveis consoante as experiências e vivências do presente, esclarecendo assim as reflexões e críticas que serão estabelecidas a partir desse objeto.

A análise das fontes selecionadas está relacionada à necessidade de compreender o contexto histórico, considerando o estudo feito por João Manuel de Mello e Fernando Novais (1998) em seu trabalho “Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna”. Nesse estudo, “calaram-se, pela força, as vozes que insistiam em falar dos direitos dos cidadãos, da igualdade, da ampliação dos direitos sociais, do valor da autonomia [...]” (Mello; Novais, 1998, p. 637). Nas fontes, é evidente como a busca pela “autonomia demarca o movimento de enfrentamento nestes espaços?”.

O período da Ditadura Civil-Militar não apresentou, inicialmente, uma política geral para as universidades brasileiras. No entanto, sua linha de conduta foi repressão pura e simples à organização e mobilização dos estudantes. Os professores foram perseguidos e tiveram seus cargos suspensos. A ação popular, juntamente com o movimento estudantil, buscou resistir a todo esse processo traumático.

Vale ressaltar as categorias essenciais, como Educação e políticas educacionais, com base no artigo “A ditadura militar e a proletarização dos professores”, escrito por Marisa Bittar e Amarilio Ferreira Júnior (2006). Eles afirmam que a política educacional do regime militar afetou a maioria dos espaços de ensino ao longo dos vinte e um anos de duração, alterando sua fisionomia e provocando mudanças que ainda vigoram nos dias atuais. Portanto, é necessário refletir sobre o envolvimento das políticas educacionais na educação e suas influências estabelecidas pelo regime militar.

De acordo com Renata Leme e Tania Suely Brabo (2019), o período da ditadura apresentou em suas políticas educacionais o quanto a educação pode alienar os estudantes e torná-los reprodutores de um regime ideológico que torturou, assassinou e perseguiu os sujeitos que lutavam pela democracia e liberdade do território brasileiro. Diante disso, devemos refletir em torno dos aspectos em que a maioria dos indivíduos evidencia que neste período houve apenas as violações referentes à tortura, “e não se preocupam em saber das violações ao direito elementar, a educação que leve a emancipação dos sujeitos, a real formação para a cidadania” (Leme; Brabo, 2019, p. 94).

Além de situar o contexto e o modelo de atuação do regime militar no que se refere ao projeto educacional, também apresenta um conteúdo com alguns pontos

essenciais para se entender as atitudes do Ensino militar de maneira mais ampla, como a “repressão aos professores e aos alunos”. Essas atitudes sobre a atuação do regime militar foram realizadas nos primeiros anos desse período; logo, os militares realizaram as transformações que aprofundariam a implementação do projeto educativo. Assim, “com as alterações na legislação educacional feita pelos militares, com início em 1967, a perseguição política a alunos e professores tornou-se rotineira” (Oliveira, 2015, p. 30).

Maurice Halbwachs (2006) propõe que os estudantes atribuam a si a origem do discurso, como se neles se originassem as reflexões e as ideias, daquilo que foi inspirado pelo grupo político a que pertenceram, reproduzindo um discurso padronizado nacionalmente pelas organizações partidárias. Além disso, de acordo com Michael Pollak (1992), a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente próprio do indivíduo. Logo, Halbwachs (2006) ressalta que a memória deve ser compreendida também como um fenômeno coletivo e social, isto é, como um fato construído coletivamente e submetido a transformações, mudanças constantes e flutuações.

Pollak (1992) evidencia que a memória é, em parte, herdada a partir da imagem que uma pessoa adquire, constrói e apresenta ao longo da vida referente a ela própria. Não se refere simplesmente à vida física da pessoa. Assim, a memória é formada de maneira social e individual, além de sofrer flutuações que são função da conjuntura em que ela é articulada e está sendo relatada.

A sua organização em relação às preocupações políticas e pessoais demonstra que a memória é um fenômeno construído. Os modos de construção podem ser tanto conscientes como inconscientes. Portanto, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, lembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Pollak, 1992, p. 204).

Então, é possível narrar o passado a começar pelos depoimentos, quando as lideranças estudantis e autoridades universitárias dão os seus testemunhos concernentes aos fatos que vivenciaram. A memória, para Halbwachs (2006), às vezes não é capaz de trazer aos dias atuais os fatos vivenciados. É importante reconhecer que muitas lembranças não são originais; elas foram inspiradas ou informadas no convívio com outras pessoas e obtidas por meio de comunicação. Assim, essas lembranças são incorporadas à memória individual, mesmo que de modo inconsciente, e devem ser tratadas com atenção e cuidado.

Ao evidenciar a memória de um sujeito ou narrar a sua história, o historiador passa a interrogar os dados históricos presentes nas fontes orais. Edward Thompson (1997) propõe uma abordagem alternativa para investigar dados históricos, apresentando-os como elementos conectados em uma série lateral de relações que abrangem não apenas os aspectos sociais, mas também políticos e econômicos. Trata-se de entender como tudo é contextualizado por meio de uma fonte em um espaço social, onde os eventos históricos podem ser analisados como dados que incorporam uma estrutura subjacente.

Os enunciados presentes nos depoimentos existem em relação entre si de forma dialogada. Para compreendê-los, devemos entender que eles podem ser polêmicos, consensuais, de aceitação, negação, acordo, desacordo, divergência ou convergência. José Luiz Fiorin (2006) considera que os depoentes se situam no âmbito de uma sociedade dividida em classes sociais, com interesses divergentes. Os enunciados devem ser analisados como um lugar de luta entre as vozes sociais, o que significa a existência da contradição dos fatos explícitos.

Para Maria da Glória Gohn (1997), o movimento estudantil constitui-se como um movimento social, a partir do fundamento ideológico da esquerda tradicional. Ou seja, as lideranças vinculam-se aos principais partidos políticos que monopolizam o controle da União Nacional dos Estudantes - UNE. O acesso aos canais de comunicação e de participação política na metade do século XX trouxe a importância de um projeto estruturado de forma socioeconômica e política que legitimasse a atuação dessa união dos estudantes.

Considerando ainda a abertura de debates sociais em volta da situação dos alunos e a sua atuação na sociedade brasileira em busca de igualdade e acesso à educação de qualidade, a questão importante para a construção desse trabalho remete à relação do mesmo com as demandas políticas e sociais do presente. Essa constante luta dos alunos ligada à seguridade de seus direitos frente à sociedade e sua participação igualitária na política. Assim, toda essa discussão se faz evidente ao analisarmos a trajetória de reivindicações do movimento estudantil em Goiás em decorrência do processo educacional.

É importante pensar o passado como o produto da memória coletiva, presente em todos os ambientes da vida social, política e educacional. O conhecimento do passado é um aspecto ativo do movimento da sociedade, além de ser uma articulação

das lutas políticas. Como afirmou Jean Chesneaux (1995, p. 24): “A história se insere na luta de classes; ela nunca é neutra, nunca está acima da peleja”. Partindo desse pressuposto, a intenção dessa pesquisa a respeito do movimento estudantil em Goiás, especialmente na capital, desenvolve suas intencionalidades e indagações sobre esses movimentos no período da Ditadura Civil-Militar. O objetivo é pensar para além dos aspectos políticos e militares, considerando como a educação e os jovens estudantes são colocados em pauta neste contexto de intervenção política.

Eric Hobsbawm (1998) destaca que o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, intrínseca às instituições, valores e outros padrões da sociedade. Para os historiadores, o desafio reside em compreender a natureza desse sentido do passado na sociedade e identificar suas transformações e mudanças. Pois “em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente” (Hobsbawm, 1998, p. 17).

A escolha do tema partiu da escrita da minha monografia, tendo como título “O movimento estudantil em Goiás: os Colégios Lyceu de Goiânia e Professor Pedro Gomes (1964-1979) como espaços de intervenção política”, no curso de Licenciatura em História, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG. Com isso, surgiu a possibilidade de dar continuidade e ampliar essa pesquisa, visando pesquisar e pensar como os secundaristas e os universitários no período do regime ditatorial eram representados e analisados dentro da sociedade, e mais, como eles se organizavam para lutar nas ruas em uma época da história que foi marcada pelo autoritarismo, repressão política, militar e social. Além disso, a relação que havia entre os alunos e os universitários e como eles eram silenciados e repreendidos pelas forças militares.

O meu trabalho avança no sentido de evidenciar a atuação política dos secundaristas dos colégios Lyceu de Goiânia e Professor Pedro Gomes, além da participação dos universitários da Universidade Federal de Goiás dentro e fora dessas instituições escolares. De modo geral, relatar a memória de alguns ex-militantes que tiveram suas vidas marcadas dentro do movimento estudantil goiano, militantes que vivenciaram esse período militar e foram alunos dessas duas instituições escolares, palco de manifestações e protestos estudantis. Então, a escolha de pesquisar o contexto histórico, político, social e estudantil do movimento estudantil nesses respectivos ambientes escolares foi pensando nas vozes e nesses espaços escolares que muitas vezes

foram silenciados e esquecidos. Partindo do pressuposto de relembrar tantas memórias marcadas por uma época de repressão política, mas como veremos a seguir, continuaram lutando pelo que acreditavam.

O primeiro capítulo, intitulado “A Ditadura Civil- Militar em Goiás: um estudo a partir da narrativa histórica brasileira”, tem como propósito pensar o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e em Goiás (1964-1968). Logo, objetiva refletir a respeito do processo de institucionalização do regime militar frente aos debates da história do tempo presente do século XX, explicitando que o campo interpretativo ainda é mesclado de disputas. A partir disso, é necessário discorrer, em especial, sobre o estado de Goiás, aspirando entender os questionamentos e contradições, especialmente, com o início do governo de Mauro Borges Teixeira e os desdobramentos que levaram a sua ruptura após o golpe de estado. Em seguida, evidenciar a criação da União Nacional dos Estudantes e a sua atuação juntamente com as políticas educacionais para a construção e movimentação dos estudantes e universitários dentro dos movimentos de oposição ao período ditatorial, a partir das fontes jornalísticas.

No segundo capítulo, “O movimento de resistência estudantil frente ao regime militar: o discurso da memória a partir dos depoimentos”, busca-se refletir sobre o marco político do autoritarismo em relação aos movimentos estudantis durante o período da Ditadura Civil-Militar no território brasileiro, como foco especial, em Goiás. Em seguida, analisam-se as dimensões das escolas, sua fundação e o cenário educacional para os sujeitos envolvidos, com o objetivo de abordar a problematização do discurso de um projeto ditatorial e aplicado aos colégios da capital goiana.

Por fim, esse segundo capítulo também se dedica à análise de documentos escritos e jornais da época, com o intuito de evidenciar os depoimentos registrados por estudantes e universitários, muitos dos quais eram ex-militantes do regime militar. Essa análise visa compreender a atuação dos secundaristas e dos jovens universitários que participaram dos movimentos estudantis nos respectivos espaços escolares de Goiânia. Além disso, o estudo teórico sobre a memória é articulado com os depoimentos de alguns estudantes, como Tarzan de Castro, Marcantônio Dela Côte, José do Rego da Cunha Lima, Euler Ivo Vieira, Elio Cabral de Souza, José Elias Fernandes, Allan Kardec que frequentaram o Colégio Lyceu de Goiânia. Também são mencionados os estudantes do Colégio Professor Pedro Gomes, como Felix Valois Guará Bezerra e João

Silva Neto, bem como os jovens universitários da Universidade Federal de Goiás, José Elias Fernandes, José Fernandes da Silva, Abrão Marcos da Silva.

Capítulo 1- A Ditadura Civil- Militar em Goiás: um estudo a partir da narrativa histórica brasileira

São as relações entre memória, lembrança e esquecimento que narram a história como acontecimento histórico: diferenciando atualidade e presente, é o acontecimento que constrói interrogação sobre o que somos, a perspectiva dos limites espontâneos do necessário, isto é, ou já não é, indispensável para a constituição de nós mesmos como sujeitos autônomos (Branco, 2008, p. 16 apud Cruz, 2013, p. 23).

A memória desempenha um papel crucial na construção da narrativa dos eventos vivenciados pelos indivíduos na sociedade contemporânea, especialmente quando se trata de aspectos políticos. Para Julio Benvoglio (2020), é importante destacar que o esquecimento em relação à ditadura brasileira foi deliberadamente promovido pelo próprio regime. O regime, que se autodenominava como uma “revolução”, mas foi um golpe de estado, que empregou táticas de censura para ocultar e impedir a divulgação e o impedimento dos crimes que cometia. Isso resultou em um silenciamento forçado e controlado, contribuindo para a construção de uma narrativa oficial que minimizava os abusos e violações ocorridas durante esse período histórico.

O que o esquecimento desperta nessa encruzilhada é a própria aporia que está na fonte do caráter problemático da representação do passado, a saber, a falta de confiabilidade na memória; o esquecimento é o desafio por excelência oposto à ambição de confiabilidade da memória (Ricoeur, 2007, 425).

As políticas de memória colocaram em primeiro plano a necessidade de trazer em evidência esse passado traumático da ditadura militar. Nesse período, o direito e o dever de esquecimento dificultaram a formação de um trauma em torno desse regime. Uma época que “produziu traumas em todos os envolvidos e cujo debate ou rememoração não se faz sem algum tipo de dor, ou de envolvimento emocional; além disso, produz múltiplas narrativas que disputam a verdade” (Benvoglio, 2020, p. 164).

Na segunda metade do século XX, houve intensos enfrentamentos políticos em relação aos projetos econômicos e sociais pretendidos pelos diferentes grupos, viabiliza relações de forças que mobilizam partidos, indivíduos, instituições e grupos, especialmente, entre os anos de 1960 a 1980. De acordo com Samantha Quadrat (2012),

a violência, a tortura, a censura e outras maneiras de violações dos direitos humanos se tornaram práticas institucionalizadas durante a Ditadura Civil-Militar.

Cabe destacar que o objetivo deste capítulo é contextualizar os aspectos políticos, históricos, sociais, educacionais e econômicos que marcaram a sociedade brasileira desde os eventos que levaram ao golpe civil-militar até os anos de chumbo. Além disso, evidenciamos o estado de Goiás como um lugar que também presenciou a efervescência política e, por meio disso, teve que enfrentar os efeitos dos mecanismos de controle das informações orquestrados pelo governo militar. Para tal, “a região de Goiás tem no seu percurso histórico a marca dos movimentos de resistência contra as restrições da liberdade” (Melo, 2011, p. 708).

Embora tenha sido um período de repressão, houve um movimento de oposição e resistência ao regime militar, protagonizado pelos integrantes dos movimentos operários, estudantis, universitários, intelectuais e artísticos. Neste sentido, buscaremos analisar o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e o contexto social e político, com ênfase no regime militar do estado de Goiás. Priorizaremos a investigação do movimento estudantil em Goiânia.

Pensar na reconstrução do passado em relação aos contextos traumáticos, conforme destacado por Márcio Seligmann-Silva (2003), exige uma nova “ética da representação”. Essa ética acredita na possibilidade de compreender o passado, ao mesmo tempo em que rejeita o relativismo inconsequente que propõe solucionar as questões da representação eliminando a realidade.

É necessário refletir sobre o passado traumático, dando ênfase à representação das obras memorialísticas e dos depoimentos. Esses elementos têm o potencial de colaborar para uma interpretação mais ampla desse período autoritário e repressivo da história brasileira. A ética surge como uma ferramenta para analisar e observar esse período de maneira delicada e atenciosa, considerando os aspectos e os sujeitos que integram essa história.

Fernando Perlatto (2017) destaca a heterogeneidade temática e formal presente em vários imaginários construídos sobre o golpe militar de 1964 e o período ditatorial. Quando esses imaginários são colocados em diálogo com a produção acadêmica recente, contribuem para novos olhares sobre diferentes aspectos da experiência autoritária brasileira. Isso inclui o exílio, a luta armada e o apoio de setores da sociedade civil na sustentação do regime. É importante reconhecer que “os familiares dos

desaparecidos padecem não apenas do sofrimento decorrente da tortura, assassinato ou sumiço de seus entes” (Perlatto, 2017, p. 731). Eles também enfrentam o contexto histórico da luta política em que esses militantes estavam inseridos e, no final, foram silenciados e reprimidos.

Quadrat (2012) destaca que a nova conduta militar seria marcada por um alto grau de politização e pelo incentivo à percepção, que tinha a capacidade de intervenção política nos destinos do país. O decreto da Doutrina de Segurança Nacional – DSN foi elaborado pela Escola Superior de Guerra - ESG, permitindo aos militares perseguir e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, aqueles que eram considerados pela ditadura como ameaças à ordem estabelecida por questionarem e se oporem ao regime autoritário. Essa doutrina surgiu da perseguição aos comunistas, no contexto da Guerra Fria, o que permitiu a perseguição não apenas de comunistas e opositores, mas também de outros indivíduos considerados “inimigos da nação” ou “ameaças à segurança do país”.

Os integrantes das Forças Armadas passaram a identificar-se como militares e, ao mesmo tempo, administradores, no qual o desenvolvimento do país passou a estar ligado à segurança. Na perspectiva de Quadrat (2012), uma das alterações da doutrina de segurança era a formulação do conceito de “inimigo interno”, ou seja, pessoas subversivas e comunistas. Diante disso, para conter o avanço deste inimigo e estabelecerem-se no poder, os militares procuraram exercer um alto controle na vida da sociedade civil, proporcionando um enorme investimento no setor de informações que, além da coleta e processamento das informações, ficou responsável por efetuar a repressão. Esta Doutrina de Segurança Nacional tem sido caracterizada como a grande responsável pelas torturas ocorridas no período ditatorial.

Para as questões políticas havia o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 30 de dezembro de 1924, sendo um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Civil-Militar. Sua missão era combater crimes de ordem política e social, assegurando a ordem militar.

O Departamento de Ordem Política e Social - DOPS estava vinculado ao Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP, que tinha a responsabilidade relacionadas à polícia, segurança pública no Distrito Federal e, em âmbito nacional, à segurança marítima, aérea e de fronteiras. Para Quadrat (2012), ao longo dos anos,

ambos os órgãos passaram por alterações em suas competências, mas o DOPS acumulou informações cruciais sobre movimentos sindicais, estudantis e políticos no Brasil.

Em 09 de novembro de 1964, o governo promulgou a Lei nº 4.464, conhecida como a “Lei Suplicy” de Lacerda. Essa lei proibia os estudantes de participarem de questões políticas e restringia sua liberdade organizativa. No entanto, “o governo pretendia, com a edição da lei, ingressar no ano letivo de 1965 com o movimento estudantil sufocado. Porém, no início do ano de 1965 o governo encontrou os estudantes de pé, para uma resistência obstinada” (Cunha, 2001, p. 57).

1.1- Os aspectos históricos e políticos que marcaram o golpe (1964-1968)

Em 01 de abril de 1964, o Brasil testemunhou um golpe causado por uma “trama de engenharia política” (Napolitano, 2014, p. 43), que ficou conhecido como o início da Ditadura Civil-Militar. Ou seja, os militares tramaram e articularam um golpe de estado de forma artilosa e pretensiosa na sociedade brasileira, essa engenharia apresenta-se como instituições políticas em uma nação, com o objetivo de efetuar suas ações.

Considera-se, então, que a década de 1960 é marcada por dois aspectos significativos: primeiro, a emergência de grupos organizados em defesa de padrões políticos democráticos e populares, que segundo Fabíola Cruz (2013), possibilitou uma movimentação da sociedade e, em segundo, a institucionalização do regime ditatorial.

Hélio Silva (1975), destacou que o início dos anos 60 foi marcado por uma sequência de substituições presidências irregulares, evidenciando uma crise política no Brasil. Entre 1961 e 1965, o país teve três presidentes notáveis: o primeiro presidente, Jânio Quadros, que acabou sendo direcionado a renúncia. O segundo, João Goulart, seu vice, após ter enfrentado a árdua disputa da posse, foi deposto. Por fim, Humberto Castelo Branco assumiu a presidência do Brasil após o movimento do golpe de estado.

A relação entre o governo norte-americano e o governo de João Goulart, conforme apontada por Marcos Napolitano (2014), revelava conflitos significativos. Antes da eleição e posse de Jango, os Estados Unidos estavam em divergência com Leonel Brizola, que na época era o governador do estado de Rio Grande do Sul. Essa tensão estava inserida no contexto mais amplo da Guerra Fria, um período de rivalidade

política e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se estendeu de 1947 a 1991.

A preocupação de Washington estava relacionada à influência do Partido Comunista Brasileiro - PCB e da esquerda em geral no governo brasileiro. A posição do Brasil durante a crise dos mísseis em Cuba também contribuiu para essa tensão. O governo brasileiro, sob a liderança de João Goulart, adotou uma postura independente na política externa, desafiando o objetivo dos Estados Unidos de alinhamento automático com os “interesses ocidentais” na luta contra o comunismo internacional. Conforme Adriano Moraes (2008),

no caso brasileiro pode-se observar, no governo de João Goulart entre 1961 e 1964, uma abertura de diálogo com a China, país comunista aliado ao regime militar socialista da URSS, e com a própria União Soviética. O presidente brasileiro se mostrava contra diversas medidas do governo dos EUA, como as sanções impostas a Cuba e a proposta de invasão apresentada por Kennedy, ao mesmo tempo em que criticava o regime político socialista e a instalação de mísseis soviéticos na ilha. Goulart representava o papel de um país do chamado Terceiro Mundo, não se envolvendo diretamente na disputa bipolar mundial ao não escolher um lado. Ao mesmo tempo em que se ausentava de escolha na política externa e sofria pressões, gerava conflitos internamente. Suas reformas e medidas que, de acordo com alguns segmentos sociais, levariam à implementação do comunismo no Brasil (Moraes, 2008, p. 4-5 apud Cruz, 2013, p. 28).

A posse de Goulart significou a possibilidade de uma união em defesa da Constituição. No entanto, além de defender a autonomia de Cuba na Conferência de Punta Del Este em 1962, o Brasil foi contra a invasão da ilha durante a crise dos mísseis em outubro. Na ocasião, o Brasil deveria ter apoiado o bloqueio naval à ilha governada por Fidel Castro. Para Napolitano (2014), essa postura não foi suficiente para agradar o governo Kennedy, que chegou a culpar o Brasil pelo fracasso da política de força contra Cuba. Em 1963, o governador norte-americano preferia conversar e dar dinheiro aos governadores de oposição Carlos Lacerda¹ e Adhemar de Barros², em vez de apoiar o Governo Federal. Diante desse acontecimento,

¹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda, nasceu em 30 de abril de 1914, em Vassouras, no Rio de Janeiro, foi um jornalista e político brasileiro. Foi membro da União Democrática Nacional - UDN, vereador, deputado federal e governador do Estado da Guanabara. Além de ser o fundador e proprietário do Jornal Tribuna da Imprensa, e criador da Editora Nova Fronteira. Em 1964, Lacerda foi, ao lado de Ademar de Barros, uma das lideranças civis a defender a deposição do João Goulart. Tornando-se oposição, articulou-se com antigos rivais políticos para formar a Frente Ampla. O resultado foi que teve seus direitos cassados em 1968, falecendo em 21 de maio de 1977, oficialmente por infarto no miocárdio (Correa, 2015, p. 6-11).

as evidências indicam que até o final de 1963 Washington trabalhava sistematicamente contra o presidente Jango, mas não tinha se decidido pelo apoio incondicional a um golpe de Estado protagonizado ostensivamente pelos militares. Com o assassinato de Kennedy, em 1964, o quadro seria outro, seja pela radicalização do quadro político brasileiro, seja pelo estilo mais direto e duro de Lyndon Johnson. O fato é que o mapa do caminho anti Goulart estava traçado, indo de ações mais sutis e encobertas para ajudar os opositores ao presidente brasileiro, no Congresso, na mídia e nas entidades civis, ao apoio político a um golpe de Estado, puro e simples. Talvez o estilo de Johnson fosse mais direto e sem hesitações, mas, mesmo assim, os EUA queriam um golpe de Estado com um “ar de legalidade”, nas palavras do secretário de Estado Dean Rusk (Napolitano, 2014, p. 19).

No ano de 1964, Washington não acompanhava apenas as conspirações e apoiava os conspiradores, mas começou a ser um participante decisivo nos acontecimentos que estavam ocorrendo. Em 31 de março de 1964, os acontecimentos se precipitavam pela mão do general Olímpio Mourão, quando a Esquadra norte-Americana da “Operação Brother Sam”, composta por uma força naval de caráter logístico e com apoio militar tático, tinha o intuito de evitar uma intervenção direta, embora se organizando para essa interferência política.

Para José Wellington Germano (1993), durante o período mencionado, os acontecimentos políticos e econômicos exerceram influência significativa. No âmbito da cultura e da educação, surgiram campanhas e movimentos de educação e cultura popular que se destacaram em diversos aspectos, especialmente na região Nordeste. Essas iniciativas tinham como objetivo conscientizar a população sobre questões políticas e sociais. Entretanto, ao final do ano de 1963, o presidente João Goulart promulgou medidas importantes. Entre elas, destacam-se: a previdência social para os trabalhadores rurais, com a obrigatoriedade das empresas com mais de cem empregados proporcionarem um ensino gratuito, e o 13º salário para todos os funcionários públicos, além da escala móvel para o reajuste dos vencimentos.

Neste contexto econômico e político, evidencia que esses acontecimentos às vezes tenham importunando os setores das classes médias e a cúpula militar. Germano

² Adhemar Pereira de Barros, nasceu em 22 de abril de 1901, em Piracicaba, São Paulo, foi um aviador, médico, empresário e influente político brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960, liderava o Partido Social Progressista - PSP. Médico de formação e realizador de obras monumentais, como o Hospital das Clínicas e a rodovia Anchieta. Como homem público, pregava a defesa dos interesses das camadas menos privilegiadas da população e, mediante ações paternalistas, tinha apoio popular. Depois de duas tentativas fracassadas, preparava-se para disputar a terceira eleição presidencial quando foi cassado, em junho de 1966, pelo governo militar que ajudou a chegar ao poder. Faleceu em 12 de março de 1969, em Paris, na França. (Cotta, 2008, p. 3).

(1993) afirma que, as classes dominantes, por meio de suas influências no partido político da União Democrática Nacional - UDN e do Partido Social Democrático - PSD, tentaram afligir no Congresso as denominadas Reformas de Base, mas não se reprimiram a isso que ocorreu.

Nesse período, ocorreu a fundação de instituições ideológicas e políticas, como o Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais - IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. Essas organizações buscavam unir a vontade coletiva da burguesia e dos seus aliados políticos. Além disso, chegando a formar exércitos particulares como uma preparação para possíveis confrontos armados.

Germano (1993) discorre que, o golpe ditatorial foi saudado por uma parte das camadas médias urbanas, especialmente lideradas por setores da Igreja Católica. Esses setores foram responsáveis pelas grandiosas “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”. Essas manifestações cívico-eclesiásticas foram idealizadas por grupos conservadores da sociedade paulista e por agrupamentos vinculados à Igreja Católica.

Elas ocorreram antes da deposição do presidente João Goulart por meio de um golpe civil-militar em 31 de março de 1964. As direitas civis propagavam que as reformas de base pretendiam comunizar o país. O Congresso Nacional, composto majoritariamente por pessoas conservadoras e representantes dos grandes latifundiários, recusava aprovar o projeto de reforma agrária sem indenizações aos proprietários.

A posse de Goulart foi marcada pela vitória da Campanha da Legalidade, conferindo ânimo aos grupos de esquerda e nacionalistas que colocaram na ordem do dia a pauta das reformas estruturais. A reforma fiscal, ocorrida em 1967, teve como destaque a participação significativa dos tributos sobre patrimônio e renda. No entanto, os impostos indiretos, que incidem sobre o consumo (ou seja, sobre produtos ou serviços), permaneceram dominantes. Esses impostos consideram o quanto um indivíduo consome, e não sua renda.

A reforma agrária esteve no centro do embate político que antecedeu o golpe civil-militar de 1964. Seu objetivo era desapropriar os latifúndios improdutivos, mas também tranquilizar os fazendeiros que estivessem trabalhando e produzindo nas terras. Infelizmente, os trabalhadores rurais, apesar de seu árduo trabalho, viviam em situação precária.

De acordo com Caio César de Andrade (2021), a primeira reforma administrativa no período ditatorial foi instituída pelo Decreto-Lei nº 200/1967. Essa

reforma dividiu a administração pública em administração direta (composta pelos órgãos relacionados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e administração indireta (conjunto de órgãos que prestam serviços públicos). O objetivo era descentralizar, modernizar e racionalizar a burocracia, como parte do projeto de saneamento do Estado e do desenvolvimento nacional. Além disso, buscava exercer controle nacionalista sobre o capital estrangeiro e o monopólio de setores estratégicos da economia.

A reforma universitária no Brasil a partir da Lei nº 5540, promulgada em 28 de novembro de 1968, possibilitou o aumento das matrículas em instituições de ensino superior, o controle político das universidades públicas e a formação de mão de obra para a economia. Isso ocorreu em todos os estados brasileiros, principalmente, no estado de Goiás, com a matrícula dos jovens nas universidades e a participação dos mesmos no cenário político.

Conforme Beatriz Santos (2022), a massificação do ensino está relacionada aos interesses do desenvolvimento econômico do país e da estabilidade política. Durante esse período, os movimentos estudantis ameaçavam a ordem e a chamada “segurança nacional”. No entanto, fica evidente que a educação superior continua sendo pensada para a formação intelectual das elites nacionais, configurando a ideia de uma dualidade educacional que delineia percursos formativos distintos entre as classes sociais. Assim, a educação de massas “deve ser pensada com ênfase na formação profissional de uma força de trabalho adequada as necessidades do capital. Isso porque para os filhos da classe trabalhadora uma educação voltada à “cultura” e ao ensino superior seria uma educação irrealista” (Santos, 2022, p. 26).

O presidente Goulart foi deposto do poder, e os políticos civis que haviam apoiado o golpe militar, especialmente os da União Democrática Nacional, foram surpreendidos pela decisão dos militares de assumirem o poder diretamente. O general Castelo Branco foi imposto em 1964, a um Congresso com muitos opositores, como o novo presidente da República, deu início a uma “intensa atividade governamental na área política para suprimir os principais focos de oposição e na área econômica para conter a inflação que atingia níveis muito altos” (Carvalho, 2014, p. 158).

Com o regime militar instaurado no Brasil, resultado da ação de grupos civis e militares, que encerrou-se um período de democracia vigente no país entre 1945 e 1964. A primeira fase da Ditadura Civil-Militar no Brasil ocorreu entre 1964 e 1968,

correspondendo ao governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do estado-maior do exército, e ao primeiro ano do governo do general Artur da Costa e Silva. Esse período se caracterizou por uma intensa atividade repressiva, acompanhada de sinais de abrandamento, além do combate à inflação e da forte queda no salário-mínimo, com o domínio dos setores liberais das forças armadas.

O intuito dos militares era a construção da grande potência política e militar, e não somente a constituição da democracia, isso justificou o golpe de 1964. O golpe “foi desfechado para evitar a ameaça comunista, em vista da democracia e da liberdade. Com ele, iniciavam-se os vinte e um anos do chamado “regime civil e militar”, pautado pelas restrições aos direitos e garantias individuais” (Germano, 1993, p. 53 apud Cruz, 2013, p. 30), evidenciando o uso legítimo da força e da violência do cenário político sobre os militantes.

O governo de Castelo Branco que terminaria em janeiro de 1966, foi prorrogado em 15 abril de 1964 até março de 1967. Germano (1993) salienta que, por outro lado, os líderes políticos que apoiaram o Movimento de março de 1964, constituíam um grupo heterogêneo e não demorou para iniciar as divergências entre eles quanto aos destinos do processo político. Com o posicionamento dos líderes políticos desse período, viu-se o governo golpista diante à necessidade de alterar o processo eleitoral para resguardar o próprio Movimento de março.

A política educacional, nessa época, foi marcada na economia da educação de cunho liberal, responsável pela elaboração da “teoria do capital humano”. Essa teoria sustenta que os investimentos em educação podem aprimorar as habilidades das pessoas, tornando-as mais produtivos. Além disso, a força de trabalho é considerada o meio de produção mais importante dentro da economia. Diante desse contexto, a política educacional é o espaço onde se traçam diretrizes, planos, estratégias educacionais, especialmente para os países capitalistas dependentes. A ideia predominante é que a ascensão social e a mobilidade têm um caminho garantido a partir da escolaridade, embora também se tente estabelecer uma ligação direta e de subordinação da educação à produção. Nessa perspectiva, a política educacional desenvolveu-se em torno de alguns aspectos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, todos os níveis.
- 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”.
- 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital.
- 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e

gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e correndo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado (Germano, 1993, p. 105-106 apud Cruz, 2013 p. 33).

A sociedade brasileira passou por uma fase de repressão e liberalização política, por conta dos reflexos das lutas de classe e da associação das forças entre o Estado e os setores de oposição da sociedade civil. Germano (1993) explica que, essa política educacional resultou da coexistência de forças sociais existentes em determinado contexto histórico e foi uma expressão da dominação de muitos atores operando nesse período, controlado pela ação política dos militares nos estados brasileiros, particularmente, em Goiás.

Quanto à observação de Keides Vicente (2006), a rua é vista pelos ex-militantes, estudantes e jovens universitários como um espaço de fuga, protesto e manifestação. Em alguns casos, ocorriam confrontos com a repressão policial. A fotografia a seguir flagra policiais em perseguição a estudantes.

Imagem 1 – Policiais perseguem estudantes no centro da capital goiana.



Fonte: Vicente (2006). O Popular.

A partir dessa fotografia da década de 1960, evidencia-se que os espaços físicos de Goiânia são usados pelos estudantes e, posteriormente, reconstruídos pelos ex-militantes, devido à proporção e aos significados atribuídos a eles no imaginário goiano. No contexto do golpismo, que era de direita, autoritária e liberal, não se aceitou o voto popular, a agenda distributiva, o nacionalismo econômico e a presença dos movimentos sociais de trabalhadores e dos movimentos políticos dos jovens, denominados de subversão e populismo. O golpismo da direita não permitiu a presença das massas, seja como ativistas de movimentos, seja como eleitores democráticos. O golpe civil-miliár rapidamente se transformou em um regime militar. Conforme Mateus Torres (2019), desde o início do golpe, os militares estabeleceram uma política de repressão mais direta à população brasileira.

Logo após o golpe militar, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo país. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensivas, para levar a efeito operações em larga escala de “varredura com pente fino”. Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas, cujos nomes constavam de listas previamente preparadas. O objetivo era “varrer” todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrado por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo (Alves, 2005, p. 72 apud Torres, 2019, p. 460).

Desde o início do golpe, foi estabelecida uma política de repressão mais direta à população. Havia uma lista de indivíduos que deveriam ser presos, oriundos dos quartéis. Conforme Torres (2019), as prisões efetuadas contra os inimigos da ordem, comunistas e subversivos relacionados ao deposto de João Goulart geraram vários pedidos de “habeas corpus” ao Judiciário.

Em um caminho próximo, a partir desse desfecho do golpe militar em 1964, entende-se que se encontra “de um lado, o reformismo revolucionário das esquerdas, do outro, às direitas e os movimentos conservadores, contra reformistas e contra revolucionários” (Reis Filho, 2004, p. 39). Nesse processo de análise do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, podemos compreender que uma grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, parte da Igreja Católica, dos vários governadores de Estados e de amplos setores de classe média pediram e estimularam a

intervenção militar, como forma de colocar fim à suposta ameaça de “esquerdização” ou “ameaça comunista” do governo e de controlar a crise econômica.

Os principais fundamentos desse regime ditatorial estavam baseados na Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Bruno Bueno (2014), essa doutrina se desenvolveu no âmbito latino-americano ao longo do século XX, influenciada pela conjuntura da Guerra Fria e pela crise do populismo. Seu objetivo era garantir uma forma de dominação sob hegemonia da nascente burguesia industrial e também assegurar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A Doutrina de Segurança Nacional se baseou na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Em outras palavras, seu propósito era “imprimir a força, e esta capacidade é dada à nação através do estado, impondo objetivos” (Bueno, 2014, p. 51).

Durante a Ditadura Civil-Militar, o conceito de Segurança Nacional estava focado na defesa do território contra as ameaças externas, algo característico do contexto nacional- desenvolvimentista da época. No entanto, foi incorporada a noção de “inimigo interno”, transformando todos os indivíduos em informantes do regime ditatorial. Para Cruz (2013, p. 31), “é preciso combater os comunistas e outras forças “subversivas” que se infiltravam em todos os setores da sociedade brasileira, visando a desestabilizar o governo, as autoridades e as instituições nacionais”. Neste contexto, os “subversivos” eram cidadãos que violavam a Constituição brasileira.

Na vigência do regime militar, ocorreu a criação de novas políticas públicas que abrangeram todas as atividades nacionais. Especialmente, a política econômica teve como objetivo o desenvolvimento econômico de caráter privado e a integração nacional centralizada, com ligações ao capital estrangeiro. Além disso, o regime militar buscava dismantlar os ideais estabelecidos por Getúlio Vargas e reformular o país. No entanto, a frente hegemônica que havia conquistado o poder impôs limites a essas disposições. Por outro lado, essa mesma frente evitou uma radicalização excessiva do arbítrio, permitindo espaços nos quais os setores insatisfeitos com as políticas governamentais e até mesmo forças de esquerda puderam se manifestar em favor da classe média, dos meios artísticos e da mídia.

Conforme Quadrat (2012), a chegada dos militares ao poder não significou o início da montagem do sistema de preparação e informações dos seus agentes. O primeiro órgão com essa função no Brasil foi o Serviço Federal de Informações e

Contrainformações - SFICI, criado pelo Decreto n°. 44.489 em 15 de setembro de 1958. Esse órgão estava subordinado à Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Cabe destacar, de acordo com Quadrat (2012), que o Serviço Federal de Informações e Contrainformações contava com o apoio do Grupo de Estudos e Planejamento - GEP, criado pelo Decreto n°. 45.040 de 06 de dezembro de 1958. O GEP tinha como objetivo realizar e promover estudos relacionados à Segurança Nacional, elaborar as diretrizes governamentais sobre os problemas encontrados e opinar sobre os assuntos associados à segurança.

O Serviço Federal de Informações e Contrainformações estava subordinado à Junta Coordenadora de Informações - JCI³. Além disso, existiam os serviços de informações militares, seguindo o formato francês das segundas seções presentes nos Estados Maiores das Forças Armadas - EMFA, na Aeronáutica, no Exército e na Marinha. Esses serviços tinham cinco atribuições distintas para a criação dos órgãos de inteligência e repressão que integraram a “comunidade de informações” durante a ditadura: informação, operação, pessoal, relações-públicas e apoio logístico. O Centro de Informações da Marinha - CENIMAR foi criado em 21 de novembro de 1957, “por meio do Decreto n°. 42.687, além de ser responsável pelo assessoramento direto dos seus respectivos ministros acerca de assuntos considerados de segurança interna, tais como: atividades políticas de militares, sindicatos e estudantes” (Quadrat, 2012, p. 26).

Dentro dessa estrutura, Quadrat (2012) assinala que iniciaram-se os primeiros cursos de formação dos agentes de informações militares. Além disso, esses agentes tinham a responsabilidade de funcionar como uma agência central para o processamento de informes ou informações recebidas de todas as agências, que eram coordenadas pelo Serviço federal de Informações e Contrainformações.

Nesse período, foi implementada a ideologia de segurança nacional, que tinha a função de legitimar o Estado autoritário. Isso levou à adoção de um desenvolvimento econômico excludente à concentração de renda. Segundo o parecer de Maria Helena Alves (2005), a doutrina de segurança nacional serviu como ponto de partida para a implementação e manutenção das leis de Segurança Nacional, que visavam combater ameaça à segurança nacional do país.

Claudia Maria Gusson (2008) afirma que, com a queda do Estado Novo e a aplicação da Lei Constitucional n°. 14, de 1945, o Tribunal Nacional foi extinto,

³ A JCI foi criada pelo Decreto n°. 46.508-A, de 20 de julho de 1959.

transferindo para a Justiça Militar a competência para julgar crimes contra a segurança externa. Os crimes contra a segurança interna passaram a ser competência da justiça comum. Este tipo de delito foi regulamentado por dois diplomas penais: O Código Penal Militar, Decreto-Lei 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (arts. 188 a 189), e o Decreto Lei 413, de 1938, que vigorou até a Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

Alves (2005) argumenta que, após o golpe de 1964, a Lei 1.802 não atendia às questões relacionadas à segurança nacional, conforme proposto pelo novo modelo de governo instaurado no regime militar. Diante dessa situação, a Escola Superior de Guerra - ESG⁴ aplicava uma Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, fundamentada em uma teoria de Guerra. Segundo Alves (2005, p. 26), “uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial”.

Com a nova realidade da ditadura, foi promulgada a primeira Lei de Segurança Nacional, por meio do Decreto-Lei n.º. 314, em 13 de março de 1967. Na visão de Maria Aparecida de Aquino (1994), o objetivo dessa lei era reconhecer a competência da Justiça Militar e a aplicar o Código de Justiça Militar para o processo e julgamento dos crimes previstos no decreto. Essa nova Lei de Segurança Nacional exigia uma postura anti-subversiva de toda a população, tornando a defesa da segurança nacional responsabilidade não apenas das Forças Armadas, mas também de todas as pessoas naturais ou jurídicas da sociedade civil. Neste contexto, “indivíduos e organizações poderiam ser considerados criminalmente responsáveis por deixar de fornecer informação sobre as atividades daqueles considerados pelo Estado como parte do inimigo interno” (Alves, 2005, p. 108 apud Gusson, 2008, p. 13).

Alves (2005) evidencia que, além desse recurso utilizado pelo Governo para a manutenção do poder, o outro recurso usado foi a instauração de Atos Institucionais (AIs). A maioria desses atos limitou os direitos e garantias individuais, cassou mandatos e direitos políticos, extinguiu partidos e suspendeu eleições, entre outras medidas repressivas. Essas ações foram parte de um período conturbado da história brasileira, marcado por repressão e restrições de liberdades civis.

⁴ A Escola Superior de Guerra foi criada no ano de 1948, em um contexto de final de Segunda Guerra em pleno cenário de “Guerra Fria”. A ESG, em sintonia com o cenário de Guerra Fria e o mundo dividido em dois blocos, reformula o conceito de Segurança Nacional, que até essa época era relacionado à proteção de fronteiras contra ataques externos e sua doutrina passa a seguir os “parâmetros das doutrinas das escolas norte-americana e francesa, tendo por eixo central a Segurança Nacional, o que equivale, no tocante à opção brasileira, a uma luta contra a infiltração comunista em todos os âmbitos da sociedade” (Berg, 2002, p. 32 apud Gusson, 2008, p. 7).

Com o golpe militar, as lideranças do movimento sindical foram politicamente exterminadas. As estudantis também. Contudo, no meio estudantil a substituição de lideranças é mais rápida porque o jovem é mais livre e não tem nada que o prende. Assim, aconteceu pós-64. A UNE e a UBES, mesmo ficando na clandestinidade, sobreviveram e a avançaram na luta contra o regime. Os grêmios estudantis secundaristas, os centros acadêmicos e os diretórios universitários rapidamente estavam em plena atuação política. Em Goiás não foi diferente (Arquivos Revelados, 2016, p. 563).⁵

Com a instalação dos militares no poder em 1964, iniciou-se uma temporada de punições e violência perpetradas pelo Estado contra os movimentos de oposições. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, com o objetivo de coletar informações e afastar do território nacional considerados “subversivos” dentro da perspectiva do regime, bem como a promulgação de Atos Institucionais arbitrários, estiveram presentes desde os primeiros meses de governo. Inicialmente, esse sistema recaiu principalmente sobre líderes sindicais e comunistas vinculados

a luta pelas “reformas de base”, pois após o golpe de 1964, o Brasil iniciou uma longa ditadura que perdurou até 1985. Lideranças políticas e sindicais foram presas, parlamentares cassados, militantes políticos exilados. A ditadura fechou os partidos políticos existentes e criou dois novos: Aliança Renovadora Nacional - ARENA e Movimento Democrático Brasileiro - MDB — um partido de situação e outro de “oposição consentida”. O novo governo editou Atos Institucionais com os quais criava condições excepcionais de funcionamento “legal” para atos ilegais e arbitrários (Araujo; Silva; Santos, 2013, p. 19).

A Ditadura Civil-Militar no Brasil foi marcada por cinco Atos Institucionais que deixaram resquícios de autoritarismo na sociedade brasileira. O primeiro Ato Institucional, foi promulgado em 9 de abril de 1964 pelo general Castelo Branco. Alves (2005) evidencia que, este Ato Institucional n°. 1 limitou os poderes do Congresso Nacional e abriu caminho para a “Operação Limpeza”⁶. Nessa operação, os principais

⁵ A referida fonte encontra-se na seguinte referência: _____ *A Ditadura Militar em Goiás- Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM'S, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens.* – v.1. – Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

⁶ A “Operação Limpeza” foi uma série de medidas adotadas pelo Estado para reprimir qualquer tipo de oposição política, econômica e social. O Ato Institucional N°. 1 permitiu o uso dos Inquéritos Policiais Militares - IPMs e o uso de forças repressivas para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente a políticas em aplicação. O Decreto-Lei N°. 53.897/64 instituiu os IPMs, já previstos no AI-1. Dessa maneira, foram criadas Comissões especiais de inquéritos em todos os níveis do governo federal (Alves, 2005, p. 56-79).

atingidos foram desde o funcionalismo público até os militares ligados ao governo destituído de João Goulart, bem como as lideranças sindicais.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2014), durante esse período, os direitos políticos foram cassados, houve também a aposentadoria forçada de funcionários públicos militares e civis, muitos sindicatos sofreram intervenções, e os órgãos dos movimentos operários, como o Pacto de Unidade e Ação - PUA e o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, foram fechados. Além disso, a União Nacional dos Estudantes foi invadida e fechada pelos militares. Durante esse período, várias comissões de inquérito foram criadas para apurar supostos crimes de subversão e corrupção. Os Inquéritos Policiais Militares, dirigidos por coronéis do Exército, prenderam, condenaram e perseguiram os opositores.

Contudo, o governo de Castelo Branco encerrou-se em meio a ondas de descrédito e insatisfação, pois poucas pessoas acreditavam em seus compromissos com o liberalismo e a democracia. Esse sentimento foi intensificado após a promulgação de um novo Ato Institucional, o AI-2, editado após a derrota eleitoral para os governos de Minas Gerais e da Guanabara em 1965.

Torres (2019) evidencia que o Ato Institucional N°. 2 foi implementado em 27 de outubro de 1965 por Castello Branco. Por meio de cadeia de televisão e rádio, o novo Ato Institucional foi anunciado a todo o país. Ele estabelecia a eleição indireta para presidente da República e dissolvia os partidos políticos fundados a partir do ano de 1945. Com isso, constituiu um sistema de dois partidos: um governista e outro de oposição consentida. Os dois partidos criados foram a Aliança Renovadora Nacional - ARENA, que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, encarregado de fazer a oposição controlada ao governo. O AI-2 proporcionou condições para que muitos Atos Complementares fossem instituídos, tais como o que tornou a eleição indireta para o presidente da República e o que aumentou o poder da Justiça militar. O *Jornal do Brasil*⁷ analisa os aspectos e a razão desse ato institucional que está em evidência:

⁷ O *Jornal do Brasil*, surgiu em 1891, passou por uma reforma interna em 1956 a fim de sobreviver a uma intensa crise financeira. Pela reforma na qual passou, foi um dos primeiros jornais no Brasil a adotar o discurso da imparcialidade, da transmissão objetiva e impessoal da informação, separando assim dos comentários opinativos. Mantendo uma atitude equidistante dos acontecimentos, evitou elaborar opiniões políticas, apresentando somente as declarações de membros do governo sobre o assunto (Torres, 2019, p. 470). Mas com o seu discurso de imparcialidade, que estaria contanto apenas os fatos, a *realidade política*, acabou por sendo um dos veículos de imprensa que defendeu o regime, apresentando poucas críticas e apoiando a ação do governo. Tendo como aspectos o conservadorismo político e a dependência

o Ato Institucional nº 2, editado ontem como solução dramática para a crise político-militar, armou o Governo de poderes excepcionais mas o Presidente da República, segundo afirmou o Ministro da justiça em seu nome, “começa por não aplica-lo enquanto não julgar a sua aplicação absolutamente necessária” (Vale, 1976, p. 133-134).

Neste sentido, o AI-2 aumentou os poderes do presidente, concedendo-lhe autoridade para dissolver o parlamento, de intervir nos estados, de decretar estado de sítio, e demitir funcionários militares e civis. Reformou o judiciário, assim, aumentando a quantidade de juízes de tribunais superiores visando nomear partidários do governo. Porém, o direito de opinião foi restringido, e os juízes militares passaram a julgar civis em causas relativas à segurança nacional. O AI-2 foi editado em meio a emendas constitucionais que tiveram por finalidade modificar várias matérias caras ao regime, como as regras eleitorais e as competências do Poder Judiciário. Além disso, “autorizava a cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão de direitos políticos e, em uma demonstração clara de desvio institucional, aumentava o número de ministros do Supremo de onze para dezesseis. Concretizava-se a intervenção do STF” (Torres, 2019, p. 467).

As alterações impostas pelo AI-2 foram inseridas nas emendas à Constituição propostas ao Congresso pelo governo militar. No entanto, essas emendas não foram aprovadas, uma vez que no Legislativo se mostrou resistentes a elas. Torres (2019) demonstra que, as emendas à Constituição, propostas em 13 de outubro de 1965, estabeleceram a ampliação da competência da Justiça Militar, permitindo que os militares julgassem os civis em crimes contra a Segurança Nacional. Conforme o *Jornal do Brasil*:

juristas receosos com a emenda. Das três emendas constitucionais entregues pelo Governo da República às lideranças partidárias ontem, a que mais preocupava os setores jurídicos do País, é a que entrega o julgamento dos crimes a segurança nacional a tribunais militares, que são compostos, em sua maioria, por Juízes leigos (Vale, 1976, p. 99-100).

A Emenda Constitucional proposta pelo Presidente da República estabelece que civis acusados de crimes contra a segurança nacional seriam julgados por juízes

em relação ao Estado através das verbas de publicidade ou empréstimos e financiamentos que diminuía em muito a sua independência editorial (Chammas, 2012 apud Torres, 2019, p. 471). Presentemente esse jornal apresenta-se em uma versão digital, marcada por uma crise econômica após a redemocratização.

militares, muitos dos quais não possuíam formação jurídica. Em uma manchete do *Jornal Zero Hora*⁸, datada em 30 de junho de 1964, estava estampado: “Justiça Militar julgará subversivos e corruptos” (Vale, 1976 apud Torres, 2019, p. 468). Um dos pontos fundamentais do Ato Institucional nº 2 (AI-2) é a suspensão das garantias constitucionais da inamovibilidade e da vitaliciedade, aplicando-se exclusivamente aos magistrados.

Este ato institucional, de acordo com Torres (2019), representa um documento de implantação da ordem ditatorial, no qual se evidencia o poder dos militares, enquanto os verdadeiros Poderes Constitucionais entram em colapso. O jornal *Correio da Manhã*⁹ noticia que:

o Poder Judiciário, ferido em sua soberania e majestade, tem a caracterizá-lo agora a prevalência da Justiça Militar, em tudo que diz respeito às causas de natureza política. Nem mesmo o foro especial que é uma conquista democrática tendo em vista a garantia dos representantes- mereceu respeito. E com a mesma simplicidade arrogante os legisladores militares, assessores por alguns paisanos a que de fato desprezam, atingiram o próprio Supremo Tribunal Federal, alterando-lhe atribuições, modificando-lhe o número de Juízes e pondo-lhes as cabeças a prêmio, nessa vergonhosa disputa de interesses desenfreados (Vale, 1976, p. 134-135).

Um dos pontos recebidos no *Correio da Manhã* foi ao chamar “o governo de ditadura, e criticou o ato, a começar pela prevalência da justiça militar sobre as outras, situação na qual o Judiciário tinha sua *majestade* ferida, e na qual somente existiria um poder, o militar” (Torres, 2019, p. 469). Esse foi um dos jornais apoiadores do golpe, com críticas ao governo João Goulart. No entanto, posteriormente, foi um dos jornais que mais se opôs ao regime instalado, não durando muito tempo após a instalação da ditadura civil-militar no Brasil.

⁸ O *Jornal Zero Hora*, foi fundado em 4 de maio de 1964, por Ary Carvalho, é um jornal brasileiro, com base em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, além disso, é um jornal controlado pelo grupo Rede Brasil Sul de Televisão - RBS. “O *Jornal Zero Hora* trazia manchetes mais alarmantes” (Torres, 2019, p. 468).

⁹ O *Correio da Manhã*, foi fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt, no Rio de Janeiro. O *Correio da Manhã*, colocou-se a favor do golpe, mas contra a ditadura, valendo-se até hoje como um jornal de oposição. Assim, essa postura leva a fuga de investidores e anunciantes do jornal, o que lhe valeu o seu fechamento no ano de 1974. Este *Correio* considerava que a democracia se estabelecia com a Constituição de 1946, mas a partir do instante que ela foi alterada e descumprida, o jornal se voltou contra o regime militar que ajudou a instaurar. Tendo em vista que, no discurso do jornal, “nada mais coerente com a sua própria história: em se tratando de um jornal liberal, independente, legalista e combativo desde sua origem, fazia-se necessário criticar Jango e exigir sua saída, assim como se fazia necessário opor-se aos avanços autoritários dos militares no poder” (Chammas, 2012, p. 70 apud Torres, 2019, p. 470).

De acordo com Gusson (2008), em 5 de fevereiro de 1966, foi decretado o Ato Institucional nº. 3, que tinha o objetivo de estabelecer o fim das eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais. Assim, os governadores passaram a ser indicados pelo presidente e os prefeitos eram indicados pelos governadores. Esse ato relembra em suas exposições de motivos que o “Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco” e, como seus antecessores, altera o texto da Constituição de 1946, mas continua tendo valor jurídico.

No mês de dezembro de 1966, o Ato Institucional nº 4 (AI- 4) foi promulgado, concedendo poderes ao Governo para elaborar uma Nova Constituição. O Congresso Nacional, “acabou por promulgar a Constituição em 24 de janeiro de 1967. E o novo texto constitucional faria um aceno aos atos institucionais pretéritos” (Paixão, 2020, p. 234).

Esse Ato Institucional concede poderes constituintes ao Congresso e a Constituição daí resultante mantém e convalida os atos pretéritos e incluindo o próprio AI- 4. Além disso, o julgamento de civis pelo Tribunal Militar também foi assegurado por esta Constituição. Também no ano de 1967, foi decretada a Lei nº. 5.250, conhecida como Lei de imprensa, que proibiu as críticas ao Governo e estabeleceu a possibilidade de condenação em até dez anos para os infratores. Logo, será evidenciado no tópico seguinte os outros Atos Institucionais que tiveram impactos políticos e sociais neste período.

1.2- Os anos de chumbo e a repressão política

Os anos de chumbo no Brasil compreendem o período entre 1968 e 1974. Durante essa fase, o país enfrentou umas das épocas mais sombrias de sua história, sob o governo do general Emílio Médici¹⁰ que foi escolhido após o impedimento de Costa e

¹⁰ General Emílio Garrastazu Médici, militar, nascido na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Tenente do 12º Regimento de Cavalaria, em Bagé, apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, apoiou o golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações - SNI em 1967 e comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Por meio de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 30 de outubro de 1969. Faleceu no dia 9 de outubro de 1985, no estado do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, 2012, p. 149-150).

Silva por motivo de doenças. Esses anos foram marcados por intensa repressão política, com assassinatos, prisões ilegais e torturas. A censura também se intensificou nesse período. O ano de 1968 foi de contestação militar e diversas manifestações de protestos entraram na agenda de entidades e grupos sociais após um período de reconstrução e reorganização, importante em virtude da “Operação Limpeza” executada no início da ditadura, isto é, “mesmo com a repressão policial, a oposição ao regime ganhou força nas ruas, nas fábricas e nas faculdades” (Gusson, 2008, p 16).

Ainda no ano de 1968 e nos primeiros anos da década de 1970, o país vivenciou um período conhecido como “os anos de chumbo”. Esse período foi marcado pelo movimento sindical, partidos políticos, movimentos de oposição, estudantes, intelectuais e artistas. Com o campo de ação vigiado e reduzido, uma parte da esquerda buscou inspiração nos movimentos de guerrilha e optou pela luta armada para enfrentar este regime ditatorial. Desse modo, pode-se dar ênfase “a Guerrilha do Araguaia que teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), abrangendo também terras do Maranhão, na área conhecida como “Bico do Papagaio” (Peixoto, 2011, p. 480). Esse movimento guerrilheiro se desenvolveu na região amazônica, ao longo do rio Araguaia.

A Guerrilha do Araguaia ocorreu entre meados dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970. Nesse período, os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil - PCdoB chegaram à região. Os guerrilheiros foram treinados para combater a guerrilha e, de acordo com Hugo Studart (2009), receberam ordens do próprio general-presidente Emílio Médici para não fazer prisioneiros no Araguaia. Durante esse conflito, houve “execuções de prisioneiros, operações de eliminação de vestígios da guerrilha e prática de torturas” (Peixoto, 2011, p. 483). Destacou Carlos Alberto Fontoura, que o AI-5

foi um período essencialmente ditatorial. Já havia uma série de razões pelas quais o governo estava sendo acutilado por todos os lados, culminando com o discurso do Sr. Márcio Moreira Alves, altamente ofensivo às Forças Armadas. E aí houve uma reação generalizada das três Forças em todo o país. Porque o governo não é senhor de si. Ele governa “em nome de”. O Costa e Silva não queria assinar o AI-5. Tenho certeza absoluta disso, pois ele cansou de me dizer. Relutou até a última hora (p. 83).¹¹

¹¹ Depoimento de Carlos Alberto Fontoura. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de Chumbo- A Memória Militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

O Ato Institucional nº 05, promulgado em dezembro de 1968, significou, para muitos, um “golpe dentro do golpe” e um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do Estado de direito. Este Ato Institucional foi o mais radical de todos os outros, atingindo inversamente os direitos civis e políticos. Nesse período, o Congresso foi fechado, e o então presidente general Artur da Costa e Silva acentuou o caráter ditatorial, uma vez que “foi suspenso o *habeas corpus*¹² para crimes contra a segurança nacional, e todos os atos decorrentes do AI-5 foram colocados fora da apreciação judicial” (Carvalho, 2014, p. 162).

Neste período, várias tentativas de guerrilha rural e urbana proliferaram no território brasileiro. Em Goiás, não foi diferente. A resposta a esses movimentos foi uma violenta repressão sobre as organizações de esquerda. Carlos Marighella, a partir do seu *Manual do Guerrilheiro Urbano*, assinala que,

o guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras. Muitas vezes assaltos pelos delinquentes, que são interpretados como ações de guerrilheiros. O guerrilheiro urbano, no entanto, difere radicalmente dos delinquentes. [...] O guerrilheiro urbano não teme dismantelar ou destruir o presente sistema econômico, político e social brasileiro, já que sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural e colaborar para a criação de um sistema totalmente novo e uma estrutura revolucionária social e política, com as massas armadas no poder.¹³

A influência da teoria guerrilheira no campo é claramente percebida no imaginário dos participantes da esquerda armada. Fabricio da Silva (2012) afirma que o guerrilheiro urbano é essencial para auxiliar o guerrilheiro rural na condução da luta pelo país. Essa distinção é crucial: “o guerrilheiro da cidade não pode conceber

¹² *Habeas corpus*, etimologicamente significa em latim “Que tenhas corpo”. A expressão completa em *habeas corpus ad subjiciendum*. É uma garantia constitucional outorgada em favor de quem sofre ou está na iminência de sofrer coação, ameaça ou violência de constrangimento na sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder da autoridade legítima. Além disso, serve como instrumento de controle da legalidade do processo penal. A expressão indica a essência do título, ou seja, que se torna a pessoa presa para apresentá-la ao juiz a fim de ser julgada. O objetivo básico é a tutela da liberdade física, no sentido de ir, ficar e vir, ou da liberdade de locomoção (Noronha, 1979, p. 403; Buck, 2001 apud Gusson, 2008).

¹³ Documento digital. Mini Manual do Guerrilheiro. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em: 07/03/2023. p. 4.

atividades no campo, bem como o guerrilheiro rural não estaria suficientemente habilitado para exercer funções tipicamente cidadinas” (Silva, 2012, p. 80).

Após a implementação do AI-5, a opção pela luta armada, adotada por uma grande parte da esquerda brasileira, combinada com a nova conjuntura de endurecimento repressivo desse regime autoritário, teve consequências trágicas. Em poucos anos, “as organizações foram destruídas pela repressão, deixando um saldo de inúmeros mortos, desaparecidos, presos, exilados e banido” (Araujo; Silva; Santos, 2013, p. 20). De acordo com Adry Fiúza de Castro,

o AI-5 só valia para cassar, não interferia na ação da Justiça. Apenas enquadrava o crime militar. O Código de Justiça Militar, há décadas, permite a prisão durante 45 anos. Depois disso, o camarada tem que responder ao processo em liberdade. Durante esse período, o STM, absolutamente dentro da lei, não pode conceder *habeas-corpus*. Não foi invenção do AI-5 (p. 65).¹⁴

Este autor evidencia que um Ato Institucional que não tinha o objetivo de se envolver com a ação da Justiça, apenas efetuava o crime sem um mandato formal. Mais seis Atos Institucionais foram decretados durante o governo de Arthur da Costa e Silva, que durou até 31 de agosto de 1969, com o intuito de moldar juridicamente a máquina repressiva em que o governo militar brasileiro acabou se tornando.

Do ano de 1964 até 1969, o Brasil teve 17 atos institucionais regulamentados e 104 Atos Complementares, resultando em uma média de um Ato Institucional a cada quatro meses. Gusson (2008) exemplifica que, em 17 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici deixou a liderança do Sistema Nacional de Informação - SNI, criado pela Lei nº. 4.341, em 13 de junho de 1964. Ele assumiu a presidência e, em seguida, houve a promulgação que estabelecia os atos institucionais. Durante seu governo, houve uma forte repressão a organizações clandestinas, e importantes líderes revolucionários foram mortos, como Mário Alves¹⁵, Câmara Ferreira¹⁶, Lamarca¹⁷, Marighella¹⁸ e outros.

¹⁴ Depoimento de Adry Fiúza de Castro. In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de Chumbo- A Memória Militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁵ Mário Alves de Souza Vieira, nasceu em 14 de junho de 1923, em Sento Sé, na Bahia, foi um político brasileiro, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi um dos maiores dirigentes comunistas brasileiros entre 1940 e 1960. Formado em Ciências Sociais na Bahia, jovem talento no jornalismo baiano, Mário Alves, inicia sua militância, aos 16 anos e desde então se entrega completamente às atividades do Partido Comunista Brasileiro. Foi morto em 17 de janeiro de 1970 (Falcon, 2007, p. 5-6).

A nova lei de segurança nacional foi incorporada, e com ela ocorreu a inclusão da pena de morte por fuzilamento. Em 1970, foi introduzida a censura nos livros, jornais e em outros meios de comunicações. A segunda metade da década de 1970 foi caracterizada pela mobilização de vários setores da sociedade civil para o retorno da democracia. A reivindicação era por democracia, pela convocação de uma assembleia constituinte e pela realização de eleições diretas para Presidente da República.

Ao mesmo tempo, o país já vivenciava uma fase ascendente de “desenvolvimento econômico, que se prolongaria até 1973: *o milagre econômico*, gerando contentamento e euforia, potencializados pela conquista do tri-campeonato mundial de futebol e pela recuperação da autoestima nacional” (Reis Filho, 2004, p. 41-42). O milagre econômico brasileiro, ocorrido no Brasil entre os anos de 1968 a 1973, foi um período caracterizado pela aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, da industrialização e pela inflação baixa. Por trás desses aspectos, houve o aumento da concentração de renda, corrupção e a exploração da mão de obra.

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), os opositores do regime enfrentaram uma situação extremamente difícil. Com a ausência de alternativas políticas, grupos de esquerda recorreram à clandestinidade e à tática de guerrilha tanto

¹⁶ Joaquim Câmara Ferreira, também conhecido como “Velho” e “Toledo”, nasceu em 5 de setembro de 1913, em São Paulo, em uma tradicional família da cidade de Jaboticabal-SP. Estudante de engenharia, militante e dirigente comunista brasileiro, integrante do Partido Comunista Brasileiro desde a década de 1930 até o ano de 1967. Em 1947 houve a cassação do seu registro eleitoral, rompeu com o partido e passou a atuar na luta armada, em uma organização da qual foi um dos fundadores, a Ação Libertadora Nacional - ALN onde era concedido como “Zinho”, assim, atuou na luta armada contra a ditadura militar brasileira em 1964, no qual, foi clandestino, perseguido, torturado e morto. Foi morto em 23 de outubro de 1970, em São Paulo (Silva, 2007, p. 15).

¹⁷ Carlos Lamarca, nasceu em 27 de outubro de 1937, no Rio de Janeiro. Em 1954, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre, após a escola preparatória, foi para a Academia Militar de Agulhas Negras em Resende, Rio de Janeiro. Desde jovem participou junto ao Partido Comunista Brasileiro. Quando aconteceu o golpe de 1964, Lamarca estava servindo na, 6ª Companhia da Polícia do Exército em Porto Alegre. Foi um militar guerrilheiro brasileiro, um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar instaurada no país em 1964. Durante o ano de 1967, Lamarca, passou o tempo entre as tarefas no quartel e os estudos políticos do grupo. Foi morto em 17 de setembro de 1971, em Pintadas, na Bahia (Anjos Filho, 1999, p. 5-8).

¹⁸ Carlos Marighella, nasceu em 5 de dezembro de 1911, em Salvador, no estado da Bahia, foi político, escritor e guerrilheiro comunista marxista-leninista brasileiro, além disso, foi considerado um dos principais organizadores da luta armada contra o regime militar no Brasil. Marighella ingressou no Partido Comunista do Brasil, onde fez parte por mais de três décadas. Na condição de dirigente nacional do Partido Comunista do Brasil, concorreu ao cargo de deputado federal constituinte, tornando-se o primeiro comunista eleito na Bahia. Com o regime militar no território brasileiro, 1964, ele entrou em desacordo com os rumos do Partido Comunista do Brasil. Este conheceu de perto a experiência da Revolução Cubana, sendo que o fato de participar da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade - OLAS, 1967, foi decisivo para a sua ruptura com o partido que militou por mais de três décadas. Então, fundou a Ação Libertadora Nacional, no qual, se tornou uma das principais organizações de resistência e combate ao Golpe Civil-Militar. Por continuar no Brasil combatendo a ditadura militar de armas nas mãos, sendo executado em uma emboscada do dia 4 de novembro de 1969 (Sizilio, 2019, p. 327-329).

em áreas rurais quanto urbanas. Até o final do governo do presidente Médici, em 1974, ocorreu um confronto desigual entre as forças da guerrilha e as forças de repressão. Muitos opositores foram assassinados, desapareceram ou morreram em acidentes de carro. A imprensa estava proibida de divulgar informações que contradissem a versão oficial das forças de segurança. Esse período foi marcado por repressão, censura e violações dos direitos humanos, deixando um legado sombrio na história do Brasil. Dessa maneira,

a censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia a liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado. As famílias de muitas vítimas até hoje não tiveram esclarecidas as circunstâncias das mortes e os locais de sepultamento. Foram anos de sobressalto e medo, em que os órgãos de informação e segurança agiam sem nenhum controle (Carvalho, 2014, p. 163-164).

Cabe pensar a lógica do esquecimento. Houve o esquecimento não apenas por parte do Congresso, mas também foi ocasionado pelos discursos dos militares, das autoridades civis e da imprensa, que consideravam um revanchismo tocar nesse assunto. Os militantes que foram torturados e assassinados durante esse período também contribuíram para o esquecimento. Carla Simone Rodeghero (2009) considera que o fato de boa parte da sociedade não ter tido um contato direto com a perseguição e a tortura do Estado pode ser um aspecto adicional na constituição do esquecimento na sociedade brasileira.

Ernesto Geisel tinha como intuito a implementação de uma “ditadura reformada”. Os setores de oposição e dos movimentos políticos e sociais de esquerda uniram-se em uma luta de resistência pelas liberdades democráticas, pressionando os limites do projeto de abertura. Essa luta unificou as esquerdas e vários setores da sociedade e da oposição moderada, com a participação de operários, intelectuais, estudantes, profissionais liberais e os movimentos de bairros. Ademais, o general Geisel diminuiu as restrições à propaganda eleitoral em 1978, com a revogação do Ato Institucional AI-5. Houve o fim da censura prévia na televisão e no rádio, o retorno dos primeiros exilados políticos e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos.

A Lei da Anistia, promulgada em 1979 pelo então presidente João Batista Figueiredo, marcou a fase final do regime militar no Brasil. Essa lei concedeu anistia a todos que, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a esses, crimes eleitorais e aos que tiveram seus direitos suspensos. Isso “se deu por meio de um amplo processo de negociação, de modo especial com setores civis, como os de oposição e os que deram sustentação à ditadura” (ROSA, 2020, p. 26). Ela também abrangeu servidores da Administração Direta e Indireta, fundações vinculadas ao poder público, servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, militares e dirigentes sindicais, punidos com base em Atos Institucionais e Complementares.

A Lei da Anistia possibilitou o retorno de muitos exilados ao Brasil e permitiu que se unissem à luta contra a Ditadura Civil-Militar e pela defesa das liberdades democráticas. Vale ressaltar que, apesar da anistia, alguns crimes específicos, como terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, não foram perdoados. Esse período histórico foi marcado por tensões, negociações e transformações significativas, e a Lei da Anistia desempenhou um papel crucial na transição para a redemocratização do país.

No ano de 1979, impulsionados pelo *slogans* em prol da Anistia “ampla, geral e irrestrita”, pela liberdade de Luiz Carlos e dos Operários presos, bem como pela liberdade de expressão e reivindicação para todo o povo brasileiro, cerca de mil estudantes da Universidade Federal de Goiás organizaram uma passeata no pátio das oito unidades de ensino do Campus Universitário. Essa mobilização foi parte da luta pela democratização e fim do regime militar no Brasil. A seguir, notícia do *Jornal Opção*¹⁹:

¹⁹ O *Jornal Opção*, que foi semanário, diário e voltou a ser semanário, mas atualmente é um diário na internet. Surgiu em dezembro de 1975 em Goiânia, sob o governo do general-presidente Ernesto Geisel. Seu principal criador, foi o jornalista e economista Herbert de Moraes Ribeiro. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/o-jornal-opcao-completa-44-anos-apostando-no-brasil-e-em-goias-227174/#:~:text=O%20Jornal%20Op%C3%A7%C3%A3o%2C%20que%20foi,do%20general%2Dpresidente%20Ernesto%20Geisel>. Acesso em: 21/02/2024.

Imagem 2- Prisão de estudante de Jornalismo leva alunos da UFG à paralisação.



Estudantes da UFG em assembleia na Catedral Metropolitana

Prisão de estudante de Jornalismo leva alunos da UFG à paralisação

Com slogans pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, Pela Liberdade de Luiz Carlos e dos Operários Presos, pela Liberdade de Expressão e Revindicação a todo o Povo Brasileiro e Estamos em Greve Geral, cerca de mil estudantes da Universidade Federal fizeram ontem uma passeata no pátio das oito unidades de ensino do Campus Universitário.

Logo após a comunicação da prisão do estudante de Jornalismo, Luiz Carlos Orro, a greve geral foi decretada, conseguindo a adesão de cerca de 8 mil alunos da UFG. Orro, que é presidente do diretório Setorial da Área de Ciências Humanas, foi preso na noite do dia 14, por volta das 20h30m, quando se encontrava em uma banca de revistas na avenida Goiás. Ontem às 14 horas, ele foi colocado em liberdade, após responder a interrogatório no DOPS, onde segundo ele, "tentaram envolver a minha pessoa com agitadores da greve da construção civil".

GREVE GERAL

Ontem, após às 8 horas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras foi todo tomado por faixas que comunicavam a prisão do estudante. As 9 horas realizou-se uma assembleia geral para esclarecimentos e logo foi proposta a greve pelos estudantes de Jornalismo, até que seu colega fosse colocado em liberdade. Houve a adesão imediata de todos os cursos do ICHL, totalizando mais de 3 mil alunos.

Várias comissões percorreram a cidade visitando órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil, Universidade Católica e a Arquidiocese. Também os parlamentares do MDB goiano foram comunicados. Outra comissão foi de sala em sala pedir aos alunos em aula que se aderissem ao movimento. Também os alunos de Medicina e dos cursos da área de Exatas e de Veterinária, aderiram à greve. Na porta do Restaurante Universitário os alunos pediram a compreensão e adesão de seus colegas. Posteriormente, elas foram para a Catedral Metropolitana de onde saíram piquetes para evitar que outros alunos frequentassem aulas.

GREVE PROSEGUE

Os estudantes haviam decidido que a greve duraria enquanto Luiz Carlos estivesse preso e que uma Comissão Central ficaria em absoluta vigília, recebendo as novas informações. Como o estudante foi solto ontem, os grevistas decidiram que só terminam seu movimento hoje à noite. Enquanto ficam parados, vão promover

shows, palestras e outras programações, declarando o dia de hoje como o Dia do Protesto contra as arbitrariedades.

Em declaração à Imprensa, o secretário de Segurança Pública, coronel Herbert de Bastos Curado, disse que "o estudante já tem várias passagens pela polícia, inclusive pela Polícia Federal, contudo subversivo". Posteriormente, ficou comprovado que Luiz Carlos Orro não tem nenhuma passagem pela polícia e somente este ano ele está trabalhando com a movimentação estudantil, sendo presidente do diretório de Ciências Humanas.

As 14 horas, ele foi colocado em liberdade, quando chegou à Catedral Metropolitana. Ali esclareceu as circunstâncias em que foi preso dizendo que "me encontrava na Avenida Goiás, no andar de cima do Instituto de Pesquisa de O Popular. Vinham subindo alguns operários da Construção Civil e um homem que se dizia bancário, me abordou em uma banca de revistas, dizendo que todos os grevistas eram baderneiros. Disse que não eram. Estavam apenas lutando por um salário mais justo. Foi então que apareceu de repente um pelotão de polícia militar e o falso bancário apontou-me a eles dizendo que estava incitando a greve. Respondi a interrogatório no DOPS e eles disseram que tudo era questão de Segurança Nacional. Que eu estava enrolado e era melhor dizer que perencia aos agitadores de Belo Horizonte e entregar os cabeças do movimento".

Antes de ser liberado, o estudante e alguns outros presos tiveram contatos com repórteres de jornais e televisão de Goiânia, sendo ainda examinado por um médico na frente dos representantes da imprensa para ficar comprovado que ninguém havia recebido maus tratos. Ele diz que não sabe qual será o desdobramento do caso.

CARTA ABERTA

A Comissão Pró-Centro Acadêmico de Jornalismo reagiu à prisão de seu colega, denunciando em carta aberta à população que "um momento crucial vive o povo brasileiro. No caminho da abertura e no descaminho, ainda imperante do arbítrio.

"A situação político-social se agrava, apesar da hipocrisia a que o governo, chama de democracia, apesar de repressão velada a que opressoros chamam de abertura.

"A nação começa a acordar do sono inquietante imposto pelas ar-

mas e pela tirania destes últimos 15 anos.

"É por sentirmos este despertar que nos dirigimos à população para denunciar um ato brutal praticado pelos mantenedores da ditadura.

"Nós estudantes, acabamos de sofrer um golpe terrível com a prisão injusta, ilegal e violenta de nosso colega Luiz Carlos.

"A prisão arbitrária de nosso colega se deu na noite de ontem, (14/8) quando retornava de seu trabalho.

"Hoje de manhã, tão logo foi comunicado aos estudantes, durante a assembleia geral, estes por decisão unânime decidiram entrar em greve geral imediatamente até que o colega fosse libertado.

"As 14 horas Luiz Carlos foi solto, após passar por interrogatório em que tentaram envolver greve dos trabalhadores na construção civil, exigindo que ele dissesse nomes de colegas que estariam relacionados com o movimento e que "confessasse" que era um provocador.

"Queremos, também, a libertação dos operários presos durante a sua luta por melhores salários. Os opressores não discriminam na hora de perseguir e torturar. Por isso, todos os estudantes, todos os trabalhadores e a população em geral devem se unir e gritar, neste momento difícil: Liberdade! Comissão Pró-Centro Acadêmico de Jornalismo.

DIA DE PROTESTO

A assembleia das 18 horas lotou as dependências da Catedral Metropolitana. Depois de mais de uma hora de debates, em que falaram estudantes, professores da Universidade Católica, membros da UNE de Brasília ficou decidido que hoje todos os cursos que tiverem condições promoverão atos públicos em repúdio à prisão do estudante. Também ficou decidido que hoje será o Dia do Protesto.

Ontem, enquanto ocorria a reunião dos acadêmicos dentro da Catedral Metropolitana, vários carros da Polícia Federal ficaram estacionados nas imediações, passando rádio constantemente. Algumas viaturas da Polícia Militar chegaram mesmo a estacionar e ficar olhando. Também não faltou agentes do DOPS, conhecidos de alguns estudantes e jornalistas.

Para ajudar os grevistas da Construção Civil, será formado um fundo com a ajuda dos estudantes, como ficou decidido ontem após a reunião.

Fonte: Jornal Opção, Goiânia, 16/08/1979.²⁰

²⁰ A referida imagem encontra-se na seguinte referência: *A Ditadura Militar em Goiás- Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM'S, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens.* - v.1. - Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

Logo, após a comunicação da prisão do estudante de Jornalismo, Luiz Carlos Orro²¹, a greve geral foi decretada, conseguindo a adesão de cerca de oito mil alunos da UFG. Diante disso,

Orro, que é presidente do diretório Setorial da Área de Ciências Humanas, foi preso na noite do dia 14, por volta das 20h30m, quando se encontrava em uma banca de revista na avenida Goiás. Ontem às 14 horas, ele foi colocado em liberdade, após responder o interrogatório no DOPS, onde segundo ele “tentaram envolver a minha pessoa com agitadores da greve da construção civil” (Jornal Opção, Goiânia, 16/08/1979).

Em 15 de agosto de 1979, os estudantes convocaram uma assembleia geral às 9 horas da manhã com o objetivo de esclarecer o ocorrido. Logo após, propuseram uma greve exigindo a libertação de seu colega do curso de Jornalismo. Diversas comissões foram formadas para visitar órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Universidade Católica e a Arquidiocese. Além disso, os parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro - MDB em Goiás foram informados sobre essa paralisação. Diante disso, “outra comissão foi de sala em sala pedir aos alunos em aula que se aderissem ao movimento [...]. Posteriormente, esses alunos foram para a Catedral Metropolitana de onde saíram piquetes para evitar que outros alunos frequentassem as aulas” (Jornal Opção, Goiânia, 16/08/1979).

Os jovens estudantes decidiram que a greve continuaria enquanto Orro estivesse detido, e uma Comissão Central permaneceria em vigília constante para receber informações atualizadas sobre a situação. Como o estudante foi libertado em 15/08/1979, os grevistas decidiram que encerrar o movimento apenas na noite de hoje. Durante a greve, planejavam realizar shows, palestras e outras atividades, declarando o dia como o Dia do Protesto contra as arbitrariedades.

Na declaração à imprensa, o secretário de Segurança Pública, coronel Herbert de Bastos Curado, afirmou que “o estudante já tem várias passagens pela polícia, inclusive pela Polícia Federal, contumaz subversivo” (Jornal Opção, Goiânia, 16/08/1979). No

²¹ Luiz Carlos Orro, era advogado e membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Iniciou sua militância como estudante do Colégio Estadual Rui Barbosa, em Goiânia, no ano de 1974. Naquela época, com apenas 16 anos, sofreu sua primeira prisão por fazer panfletagem em defesa da democracia em sua escola. Em 1978, como estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás, criou um grupo de estudos e ação política. No mesmo ano foi ao Rio de Janeiro participar da manifestação pela retomada da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE na Praia do Flamengo. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2013/06/01/conune-estado-pede-desculpas-e-anistia-comunistas-goianos/>. Acesso em 23/02/2024.

entanto, ficou comprovado que Orro não possuía qualquer registro policial anterior e que havia se envolvido recentemente com a movimentação estudantil, assumindo o cargo de presidente do diretório de Ciências Humanas. Às 14 horas, quando foi libertado, Orro chegou à Catedral Metropolitana e esclareceu as circunstâncias de sua prisão, afirmando que

me encontrava na avenida Goiás logo após ter deixado o meu trabalho no Departamento de Pesquisa do O Popular. Vinham subindo alguns operários, da Construção Civil e um home que se dizia bancário, me abordou em uma banca de revistas, dizendo que todos os grevistas eram baderneiros. Disse que não eram. Estavam apenas lutando por um salário mais justo. Foi então que apareceu de repente um pelotão de polícia militar e o falso bancário apontou-me a eles dizendo que estava iniciando a greve. Respondi a interrogatório no DOPS, e eles disseram que tudo era questão de Segurança Nacional. Que eu estava enrolado e era melhor dizer que pertencia aos agitadores de Belo Horizonte e entregar os cabeças do movimento (ORRO apud Jornal Opção, Goiânia, 16/08/1979).

O episódio da prisão ilegal e injusta de Orro não apenas representa uma violação dos direitos individuais do estudante, mas também reflete a repressão e a injustiça presentes na sociedade da época. Ao exigir a libertação não apenas de Orro, mas também dos operários presos em sua luta por melhores salários, os estudantes destacam a necessidade de solidariedade e união entre todos os grupos sociais diante da opressão e da violência desse regime autoritário. Por isso, “todos os estudantes, todos os trabalhadores e a população em geral devem se unir e gritar, neste momento difícil: Liberdade!” (Jornal Opção, Goiânia, 16/08/1979).

Rodeghero (2009) afirma que a Lei de Anistia pode ser analisada como uma resposta às demandas de determinados setores da sociedade civil. O fato de essa lei não ser “ampla, geral e irrestrita” está relacionado à pressão exercida desde os anos de 1975 pelo Movimento Feminino pela Anistia - MFPA e,

a partir de 1978, pelos Comitês Brasileiros pela Anistia – CBAs, em conjunto com outras entidades organizadas ou reorganizadas naqueles anos. O Movimento Democrático Brasileiro – MDB também levantava a bandeira da anistia. Sabe-se que o projeto do governo foi alvo de muitas críticas, pelas suas limitações e pelo espírito de reciprocidade que o inspirava. Uma anistia que não contemplava crimes caracterizados como de terrorismo e que perdoava os chamados crimes conexos estava muito distante da tão desejada Anistia ampla, geral e irrestrita, *slogan* que se transformou em uma legenda da mobilização política de 1978 e de 1979 (Rodeghero, 2009, p. 132).

A Lei nº. 6.683 está relacionada ao esquecimento, especialmente quando associada ao tratamento dado aos mortos e desaparecidos que, ao longo da história, foram negligenciados. De acordo com Boris Fausto (2004), o Estado retirou das mãos da oposição umas das principais bandeiras da luta pela anistia no território brasileiro, após anos de luta e repressão. Isso se aplica especialmente aos guerrilheiros e aos desaparecidos políticos:

a exclusão dos guerrilheiros reiterava o inimigo interno da Doutrina e, finalmente, a declaração de ausência dos mortos e dos desaparecidos não comportavam a responsabilização do Estado por esses casos. Outra limitação da lei é que ela anistiava apenas aquelas punições que tivessem tido como fundamento os atos institucionais e complementares, descartando outros diplomas legais, com base nos quais os inimigos do Regime também foram atingidos (Rodeghero, 2009, p. 132).

A Lei da Anistia no Brasil deveria ser recíproca e ampla, atendendo tanto os militantes quanto aos torturadores, conforme Daniel Aarão Reis (2000), todos os crimes seriam absolvidos, uma sociedade indulgente e soberana, ou seja, os indivíduos perdoaram os erros cometidos por outros sujeitos, além de conceder sua absolvição geral aos criminosos. Dulce Pandolfi, evidencia que,

o Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda!”. (...) No final, o Paulo Abrão (atual presidente da Comissão da Anistia), de pé leu a sentença, (...) foi quando ele disse que o Estado brasileiro me pedia perdão, foi quando eu desabei, eu me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. (...) Foi um momento muito lindo da minha trajetória” (Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011) (p. 34).²²

Do ponto de vista dos militares, a lei de Anistia continha limitações específicas que restringiam o direito à anistia. Algumas dessas restrições incluíam: militantes de luta armada envolvidos em mortes de agentes de repressão, libertação imediata não prevista para militantes condenados por tentar reorganizar partido ilegal. Segundo

²²Depoimento de Dulce Pandolfi. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho. 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013.

Marco Aurélio Mattos (2002), os militantes também não seriam reintegrados às Forças Armadas, mas passariam a receber pagamento integral por aposentadoria.

(...) a lei continha um dispositivo que estabelecia o perdão aos agentes do Estado que haviam cometido torturas e assassinatos de opositores ao regime, impedindo que fossem julgados por estes crimes. Neste ponto, a lei correspondia aos anseios do aparato repressivo e era uma derrota para a oposição (Mattos, 2002, p. 30).

Mattos (2002) apresenta que a Lei de Anistia possibilitou o retorno ao país de todos os exilados, permitindo que participassem da vida política brasileira. Após a análise individual dos casos, todos os presos políticos foram libertados, os julgamentos dos réus em processos políticos em andamento foram interrompidos.

Daniel Reis Filho (2000) mostra que, afirmaram-se algumas (re)construções históricas e verdadeiros descolamentos de sentido que acabaram se estabelecendo na memória nacional dos brasileiros como verdades irrefutáveis, correspondentes a diversos processos históricos objetivos, e não apenas versões consideradas apropriadas pelos seus autores.

Os partidários do regime militar responderam à altura, retomando o discurso da polícia política e reconstruindo as ações armadas praticadas como uma autêntica guerra revolucionária, visto que, as próprias esquerdas revolucionárias, de certa forma, acreditaram no discurso deles. Com base nisto, foi viável introduzir na Lei da Anistia dispositivos que estabeleceu a anistia recíproca, em que os torturadores foram anistiados com os torturados (Reis Filho, 2000).

Segundo Janaína Teles (2010), no Brasil, especificamente, no estado de Goiás, esse passado ditatorial permanece em segredo, sem uma ampla mobilização social de reivindicações pelo esclarecimento dos abusos dos direitos humanos que aconteceram neste período, e sem as leis que estabelece o “direito à verdade e à justiça”.

Como desdobramentos da institucionalização do regime, pois, com o golpe ditatorial, os direitos políticos e sociais foram atingidos pelas medidas de repressão, conseqüentemente, conforme Carvalho (2014, p. 160), “a repressão política dos governos militares foi também mais extensa e mais violenta do que a do Estado Novo. Embora presente em todo o período, ela se concentrou em dois momentos: entre 1964 e 1965, e entre 1968 e 1974”. Além, de diversas declarações militares afirmando que a

tortura aos prisioneiros era vista como um método necessário. Conforme o presidente Ernesto Geisel,

a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive o Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informações e contra-informações inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior (225).²³

A tortura foi usada por esses órgãos políticos do regime militar como uma maneira de conseguir mais confissões e informações acerca dos crimes contra a Lei de Segurança Nacional, pois a certeza do anonimato e da impunidade eram as garantias para a prática da tortura nos cárceres do país. Quadrat (2012) demonstra que, é importante pensar a guerra psicológica, que era um dos pontos mais destacados pelos militares em reuniões de treinamentos, porque para eles a ação psicológica era a principal arma do comunismo internacional e, assim, foi estabelecida. A partir dela, a ação das Forças Armadas atingia os campos escolhidos pelo inimigo, como as universidades, os sindicatos e os meios de comunicação da época. Ana Bursztyn vivenciou a tortura, e conforme seu depoimento,

colocavam um jacaré no meu colo (...) Um jacaré! Não muito grande. Disseram eles depois que era desdentado. (...) Eles minimizam. Eles colocavam o jacaré em cima e pra cada um tinha um nome! O meu era Marighella. Era um jacarezinho que colocavam no teu colo. Aí vou dizer: ‘Não é porrada o tempo todo, mas é tortura! É humilhação, é sacanagem, é humilhar o outro na sua frente, é não te deixar dormir, é tortura! É terror! (p. 25).²⁴

O depoimento de Ana Bursztyn, uma ex-presa política que sofreu nas mãos da ditadura militar, é um testemunho doloroso e revelador. A frase “Não é porrada o tempo

²³ Depoimento de Ernesto Geisel. In: D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (orgs). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro. FGV, 1997, p. 225.

²⁴ Depoimento de Ana Bursztyn. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho. 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013.

todo, mas é tortura!” ressalta que a tortura não se limitava apenas à violência física, mas também incluía formas psicológicas de sofrimento.

Para o caso da tortura, Caroline Bauer (2019) destaca que apesar de ser uma política adotada pelo Estado que foi empregada de maneira institucional, sistemática e científica ao decorrer de todo o regime ditatorial, em suas formas psicológicas e físicas, esta acabou por ser negada. A informação de que tortura era uma prática estatal chegava até a sociedade, por meio de,

reportagens em jornais e revistas de grande circulação, investigações realizadas pelos jornais “nânicos”, e depoimentos de ex-presos e perseguidos políticos em seus livros testemunhos publicados após seu retorno do exílio ou saída dos presídios, foram os principais veículos para a disseminação de informações sobre a prática da tortura (Bauer, 2019, p. 94 apud Rosa, 2020, p. 27).

A Lei de Anistia fez parte de uma política do esquecimento e do silenciamento. Isso proporcionou uma dupla vantagem para os militares que estavam deixando o poder. Primeiro, eles não seriam julgados por eventos passados. Segundo, ficariam imunes aos acontecimentos. Bauer (2019) destaca que os indivíduos envolvidos em violação de direitos humanos não seriam investigados, culpabilizados ou indiciados. Além disso, os fatos que se tornavam conhecidos não seriam apurados.

Essa política do silenciamento está sob o manto do esquecimento, que conseguiu encobrir as violações dos direitos humanos e garantir impunidade legal aos perpetradores dos crimes. Isso reflete uma vontade política de esquecimento por parte dos militares e seus aliados políticos. O esquecimento é uma característica inerente à memória, que é seletiva e marcada por lembranças e esquecimentos seletivos. Como resultado, a memória se torna um campo de disputa, dependendo do uso político e das ações de reparação. Mesmo quando decisões são tomadas intencionalmente para omitir certos eventos, “difícilmente podemos falar de uma política pública de esquecimento ou política pública de anti-memória, mesmo que sejam inegáveis os *efeitos* concretos disso sobre o conteúdo e a transmissão da memória oficial” (Michel, 2010, p. 16).

Como resultado, a anistia acabou sendo parcial e restritiva, não abrangendo os chamados “crimes de sangue”. Além disso, foi uma anistia recíproca, considerando um critério possível de equiparação entre os crimes cometidos por indivíduos e aqueles perpetrados pelo próprio Estado brasileiro. Estes reflexos da transição de uma anistia

“ampla, geral e irrestrita” para uma anistia “parcial, restritiva e recíproca”, não ocorreu apenas por esquecimento, mas também devido à impunidade associada a esse período.

O governo desse período foi marcado por uma intensa politização da sociedade. Diante desse cenário,

em se tratando de um processo histórico que envolveu grande dose de violência – sobretudo a prisão arbitrária de pessoas, seguida quase sempre de tortura e, várias vezes, de morte – a ditadura militar pode ser pensada em conjunto com outros “eventos traumáticos” características do século XX, o que situa esse tema no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente (Fico, 2012, p. 44).

A Ditadura Civil-Militar no território brasileiro foi um evento traumático com um caráter “interminável”, justamente em função da sua constante reelaboração a partir das memórias das vítimas. A memória desses eventos traumáticos integra o esforço de construção do conhecimento histórico sobre esse processo, traço marcante da memória sobre esse período ditatorial não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças. Assim:

O historiador deve se pôr no lugar do outro sem tomar seu lugar nem converter-se em seu substituto e sem sentir-se autorizado a falar com a sua voz. Desse modo, a empatia em relação às vítimas de experiências traumáticas é admissível, mas é preciso distingui-la da ideia de identificação, confusão que conduz à idealização e até à sacralização das vítimas (Lacrapa, 2006, p. 94-95 apud Fico, 2012, p. 49).

Fico (2012) compreende que o recurso às fontes orais e a temática dos eventos traumáticos tornou o aspecto do testemunho proeminente. A maioria dessas histórias se fez por meio do depoimento dos que sobreviveram à ditadura, com o intuito de evitar o esquecimento. Com isso, a noção de trauma para descrever os eventos relacionados ao regime civil-militar deve ser cuidadosa e atenciosa, a partir de uma narrativa histórica que evidencia as questões da memória oficial constituidora de heróis e vítimas.

Partindo desse contexto, no Brasil, a Comissão Nacional da Verdade - CNV foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 pelo Estado. Seu objetivo investigar as violações de Direitos Humanos que ocorreram durante o regime militar. O Estado Brasileiro, durante esse regime militar, poderia ter combatido a luta armada sem ter chegado ao extremo da tortura e do extermínio dos militantes.

1.3- O governo de Mauro Borges e os impactos da ditadura no estado de Goiás

Ao refletir sobre a ditadura em Goiás, é relevante destacar os grupos estudantis que surgiam com efemeridade bastante acentuada e desapareciam tão rapidamente quanto surgiam. De acordo com Geziel Pereira (2015), a mobilização estudantil no estado teve início a partir de questões políticas, educacionais, econômicas e sociais, bem como em resposta ao aumento abusivo de tarifas de transportes e taxas escolares.

O governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, emergiu quando a fórmula populista estava esgotada em âmbito nacional. Ele se uniu ao movimento em prol da Democracia e do cumprimento da lei durante a campanha da legalidade, pela posse de João Goulart na Presidência.

Em sua memória, Mauro Borges afirma que:

Sempre defendi a existência de uma democracia política verdadeira, pluripartidária, fiel aos princípios de que ‘todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido’. Democracia é transformação econômica e política, sem catástrofes, racionalmente e sob a égide de liberdade. [...] O Brasil, pela sua vocação histórica, pelas suas peculiaridades naturais, pelas tradições e índole de seu povo, deve e precisa criar o seu próprio caminho, no sentido de tornar-se uma grande nação. Não é necessário buscar soluções estranhas aos nossos costumes e à nossa profunda vocação democrática (Borges, 2006, p. 42 apud Pereira, 2015, p. 46).

Percebe-se que Mauro Borges (2006) exalta sua vocação pela Democracia brasileira e sua paixão pelo estado de Goiás, fazendo algumas críticas aos militares e, além disso, elogia os movimentos estudantis goianos. Tendo em vista que, nos anos que antecederam o golpe, os militares estavam divididos em três grupos: o primeiro, os legalistas, que pensavam conter os movimentos sindicais, mas dentro dos princípios democráticos constitucionais. O segundo, da Escola Superior de Guerra - ESG, que era adepto da doutrina econômica liberal e estabeleceu um projeto na derrubada do presidente e defendendo a implementação de um novo estado. Por último, a linha dura, integrada por oficiais da Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais, do controle dos militares sobre os civis (Pereira, 2015).

Mauro Borges Teixeira nasceu em Rio Verde - GO no dia 15 de fevereiro de 1920, primogênito de Pedro Ludovico Teixeira e Gercina Borges, vencedor das disputas

com os Caiados²⁵ e símbolo maior da revolução de 1930 no estado de Goiás²⁶ e da modernização do estado, com a construção de Goiânia. Vicente (2006) evidencia que, defender o governo de Mauro Borges é defender *o moderno, o novo* – em uma palavra o desenvolvimento do estado, que foi reconhecido pela manutenção de uma *democracia* ameaçada pelo regime ditatorial, isto é, este movimento de defesa a respeito do governo de Borges permeia o imaginário dos ex-militantes²⁷.

No ano de 1960, Mauro Borges Teixeira candidatou-se ao governo do Estado de Goiás. O início do seu mandato de 1961 a 1964 pelo Partido Social Democrático - PSD, ele baseou o desenvolvimento de Goiás no I Plano de Desenvolvimento Econômico, também conhecido como Plano MB. Esse plano foi fundamentado em estudos empreendidos por técnicos da Fundação Getúlio Vargas - RJ, e foi estruturado com base no modelo de Fayol, que enfatiza as etapas de “Prever, Organizar, Planejar e Executar - POPE, com construção de um arcabouço institucional centrado no planejamento intervencionista” (Favaro, 2015, p. 18). Diante disso, esse modelo explica a proeminência dos tecnocratas/gestores nesta administração.

Desde o lançamento da candidatura de Mauro Borges ao governo do estado, houve uma aproximação entre a sua figura e a esquerda pela sua aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. David Maciel (2014) evidencia que Borges levou para o seu governo vários militantes vinculados a partidos e organizações de esquerda, inclusive do movimento estudantil. Ele alocou muitos militantes de esquerda goiana em suas cadeiras, ampliando assim sua base de apoio. Nesse contexto, se deu a contratação de uma equipe de técnicos da Escola Brasileira de Administração, vinculada à Universidade de Brasília - UNB, com o objetivo de colaborar na elaboração do I Plano de Desenvolvimento Econômico. Além disso, houve cooperação com outras instituições acadêmicas.

De acordo com Cruz (2013), o governador Mauro Borges, durante seu mandato, adotou como lema o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Suas bases políticas estavam fundamentadas as ideias de reforma, planejamento, justiça social e uma visão de revolucionar a administração dos negócios de Estado.

²⁵ CHAUL, Nasr Fayad. (Coord.). Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. Goiânia: Kelps, 1998.

²⁶ SILVA, Ana Lúcia da. A Revolução de Trinta em Goiás. (Tese de Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1982.

²⁷ VICENTE, Keides Batista. RETRATOS DE GOIÁS: memórias de ex-militantes estudantis goianos sobre a década de 1960. (Dissertação de Mestrado), Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia- MG, 2006

Em 31 de janeiro de 1961, ele é empossado como governador de Goiás, contando com o apoio do movimento estudantil, que naquela época estava concentrado principalmente em Goiânia. No entanto, em 1964, com o golpe de estado, houve censura a alguns periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo, proibindo a veiculação de notícias contrárias ao movimento que queria impedir a posse de João Goulart. Denúncias da rede da legalidade, conduzida por Leonel Brizola na região sul do Brasil, também contribuíam para esse cenário. Para ele:

(...) a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo se encontrava amordaçada por uma 'censura espúria e sem razão de ser'. Nessa denúncia, informou a edição de ontem o matutino carioca 'Correio da Manhã' fora apreendida. Afirmando que o cerceamento da liberdade foi recomendado por Lacerda (Diário do Oeste²⁸, São Paulo, 30/08/1961).²⁹

Carlos Alberto Borba (2012) afirma que o governador Leonel Brizola e o governador do estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira, conduziram a Frente de Libertação Nacional - FLN, um movimento suprapartidário, reformista e nacionalista lançado em outubro de 1961. O intuito da FLN era mobilizar forças contra uma possível ofensiva da direita conservadora, liderada pela União Democrática Nacional – UDN. O principal personagem dessa conspiração era o governador do Estado da Guanabara, o reacionário Carlos Lacerda.

Mauro Borges estava sofrendo ameaças ao seu governo e, diante disso, solicitou que a população civil goianiense se organizassem por meio de uma resistência armada na tentativa de conter o golpe de Estado. Contudo, ele também formulou críticas a essa conjuração conduzida pela União Democrática Nacional, que buscava impedir a posse de João Goulart.

Assim,

²⁸ A primeira edição do *Jornal Diário do Oeste* foi publicada no dia 17 de julho de 1949, e o órgão de imprensa foi fundado tendo como proprietários Américo Emílio Romi, Domingos Finamore, Zeno Domingues Maia e com a supervisão do diretor José de Assis Saes. Disponível em: <https://fundacaoromi.org.br/fundacao/index.php?pag=padrao&op=cedoc&id=3520&op2=not&cat=pesquisa-tematica#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Jornal%20D'Oeste%20foi%20publicada%20no,diretor%20Jos%C3%A9%20de%20Assis%20Saes>. Acesso em: 01/12/2023.

²⁹ Transcrito de: BORBA, Carlos Vieira. *A Contra revolução antes da Revolução: o golpe de 1964 em Goiás*. 2012.

se os ministros ultrapassarem as raias da legalidade, em que legitimaram suas determinações, estão os subordinados exonerados do dever de obediência, pois a ordem legal difere da inconsciência.

Se a vontade do povo não for respeitada, se tentarem mistificá-la e em seu nome ousarem lançar o País na degradação de uma ditadura, sob a alegação já desmoralizada e a que falta de mérito da originalidade, só nos resta um caminho- fazer o apelo dos grandes momentos e das grandes crises: a resistência legalista, democrática e patriótica.

Lutemos tão logo seja oportuno e enquanto for possível, pelas formas que se fizerem necessárias, porque, depois de implantado e consolidado o regime de opressão, será muito difícil destruí-lo e restabelecer a legalidade democrática, devolvendo ao povo a sua dignidade conspurcada.

Convocamos a resistência, à repulsa aos aventureiros, a todos os Governadores, Prefeitos e Vereadores que hauriram no consentimento popular a legalidade do seu mandato e cuja vida política passaria agora a depender unicamente do beneplácito de usurpadores.

O povo brasileiro, atingia sua maioria política, consciente de seus destinos, repudia a tutela, tanto no plano interno como no plano externo. (...) (Diário do Oeste, São Paulo, 29/08/1961, p. 8).³⁰

Houve uma tentativa de impedir Jango de assumir a presidência do Brasil, negligenciando, assim, um direito constitucional. No entanto, caracterizou a formação de resistência contra o golpe de 1964. Borba (2012, p. 3) apresenta que “no Centro Oeste, Mauro Borges foi o responsável pela defesa da legalidade, mobilizando as forças policiais do Estado, como também a sociedade civil e solicitando inclusive armas e munições das casas especializadas desse comércio em Goiás”.

Fatores que culminaram nas divergências entre Mauro Borges e parte do PSD foram à aproximação do governador com os Partidos Trabalhista Brasileiro - PTB e ao Partido Comunista Brasileiro - PCB que passou a compor o governo Mauro Borges, como também a participação de indivíduos que estavam inseridos nas lutas dos posseiros contra a grilagem de terras, como é o caso de seus assessores João Neder e Tarzan de Castro, este último estudante e membro das Ligas Camponesas e um dos responsáveis pelo movimento em Goiás (Borba, 2012, p. 5).

Procurou-se construir a imagem de um governador que compactuava com a política de esquerda, tornando-se um político alinhado à esquerda ou que fazia concessões ao comunismo. O governo de Mauro Borges significou muito para o movimento estudantil na capital goiana, uma vez que, no começo do seu mandato, ele estava envolvido com os jovens e suas intervenções políticas na sociedade. A participação dos estudantes no movimento estudantil pretendeu, negar sua vinculação ao

³⁰ Transcrito de: BORBA, Carlos Vieira. A Contra Revolução antes da Revolução: o golpe de 1964 em Goiás. 2012.

sistema, por meio de uma prática diferenciada, procurando implementar um estilo de vida próprio. Neste sentido, como aluno, o jovem buscava, a partir dos movimentos, “expressar a rejeição à condição determinada pela sociedade e procurava provocar a transformação que poderia dar resposta às contradições sociais que vivenciava” (Queiroz, 2001, p. 34).

O Governo de Mauro Borges desempenhou um papel significativo, uma vez que integrou vários militantes no Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado – CERNE. Esse consórcio criado com a responsabilidade de conduzir a propaganda oficial do governo, estabelecendo os meios para informar, divulgar, manipular e enaltecer a opinião pública, legitimando assim o seu governo. Maciel (2014) analisa que, o mandato de Mauro Borges foi importante para os rumos da esquerda goiana. A luta contra a Ditadura começou antes mesmo de sua instalação, quando as forças golpistas tentaram impedir a posse de João Goulart. Isso contribuiu para potencializar a mobilização social e política no estado de Goiás, criando um movimento altamente democrático e anti-golpista, que se acirrou após a instauração do regime militar.

Após o golpe do dia 1º de abril de 1964, no dia 26 de novembro do mesmo ano, as tropas federais chegaram a Goiânia para depor o governador do estado de Goiás, que soube com segurança, a respeito do Presidente Castelo Branco, no qual, dava um golpe na democracia goiana, pedindo seu afastamento do Governo do Estado de Goiás. Dessa forma:

o presidente Castelo Branco assinara o decreto de intervenção federal em Goiás. Determinei imediatamente a suspensão de todo o meu frágil dispositivo militar de defesa e divulguei uma nota a respeito. Mobilizou-se, então, contra o Congresso Nacional, o dispositivo de pressão e aliciamento da presidência da República. O próprio presidente, do Palácio do Planalto, comandava essa operação. Com o meu comportamento, ofereci ao Congresso, a grande oportunidade de sua afirmação autônoma, mas, infelizmente capitulou. A intervenção foi aprovada, embora o parecer contrário, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. A batalha pela redemocratização do país sofria, assim, seu primeiro e marcante revés. Assumiu o governo de Goiás o interventor Meira Matos, cuja missão específica era a de desenvolver uma ação política capaz do meu afastamento definitivo. (Borges, 2006 p. 174-175 apud Pereira, 2015, p. 57).

Um dos motivos alegados pelos militares para a efetivação da intervenção federal em Goiás era a acusação de que o então Governador do Estado fazia parte do aliciamento. Além disso, ele era acusado de concentrar elementos armados, requisitar

armas e fabricar material bélico durante seu governo. Essas ações indicavam a presença de um perigo iminente para a integridade nacional, considerando-o um agitador relacionado aos comunistas. Sob essa acusação, os militares justificavam a intervenção em Goiás, considerando uma ameaça à integridade nacional do país.

A partir das transmissões da Rádio Brasil Central, fundada por Coimbra Bueno em 3 de março de 1950, Borges realizou um pronunciamento à nação:

[...] aceitar uma ditadura militar retrógada, sem programa, sem rumo [...] será reconhecer em nosso país uma incapacidade congênita que nos privaria do direito de manter relações comerciais e diplomáticas com quem nos convenha [...] com países que tenham regime diferente do nosso para o lado da esquerda, pois para com os da direita não opõem obstáculos esses fariseus da democracia [...] convocamos a resistência, a repulsa aos aventureiros [...] aguardamos as decisões do Congresso [...], pois das atitudes deles dependerá nossa palavra de ordem (Teixeira, 1994, p. 50 apud Favaro, 2015, p. 60).

Com o pronunciamento do governador, o Exército brasileiro censurou a Rádio Brasil Central e mandou lacrar todas as transmissões, bem como todo o sistema de comunicação do Estado de Goiás, incluindo correios, telégrafos e jornais do período. O objetivo era assegurar que as notícias do Movimento da Legalidade não fossem divulgadas. Segundo Favaro (2015), em obediência à determinação do Exército, a Rádio Brasil Central passou a operar diretamente do Palácio das Esmeraldas, sob o comando de Mauro Borges.

Borges recusou a intimação do Comando Revolucionário, intermediada pelo General Costa e Silva, para reformular seu Secretariado, “sob o argumento de que sua autoridade seria atingida e, nesse caso, era preferível cair de pé, com todos os Secretários, uma vez que foi eleito pelo povo e não pelos militares” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13/05/1964, p. 1). Em declarações ao Jornal do Brasil, Borges relata que

o seu Secretariado é formado de homens excepcionais que o ajudaram no movimento revolucionário de 31 de março e que não sacrificaria estes homens. Prefere ser ele o sacrificado. Acrescentou o Governador que manterá hoje, às 9 horas, um encontro com o Presidente Castelo Branco, no Palácio do Planalto, "para tratar de assuntos políticos" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13/05/1964, p. 1).

É relevante salientar que ele seguiu suas convicções: “[...] eu jamais poderia concordar com a tutela do Brasil por organizações militares e muito menos por

ministros militares. Vi com clareza qual seria e foi minha decisão – enfrentar o golpe” (Teixeira, 1994, p. 51 apud Favaro, 2015, p. 61). Sua candidatura ao governo de Goiás foi trabalhada em razão de não ter uma efetiva militância política, pois sua ascensão ao poder aconteceu em um ambiente de renovação dos partidos tradicionais, que são: o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional, a partir da articulação de distintas forças políticas em torno do seu governo.

O Secretário da Frente Mobilização Democrática, Sebastião Dante Camargo Júnior, instigou o então governador: “[...] tem o dever de saber quais os comunistas de sua administração, e puni-los. Se os procurar, achará”. Além disso, “[...] o Estado deve ser totalmente descomunizado e punidos os que tiverem culpa, os que serviram de instrumento aos comunistas e os que foram corruptos” (Jornal O Popular, Goiânia, 21/07/1964)³¹. Isso só intensifica o grau de influência dos udenistas, ruralistas e outros opositores históricos pela disputa do poder no estado de Goiás.

Assim, o discurso concebido por seus opositores foi competente, o fiel da balança ao selar o seu destino. No ano de 1964, ele foi retirado do poder sob a suposta alegação de favorecer a comunização do seu governo. No entanto, é importante ressaltar que ele nunca foi comunista; pelo contrário, combateu o comunismo. No Brasil, existem duas correntes radicalizantes, “[...] contra as quais me oponho em nome de uma democracia dinâmica e socialmente justa: a comunista e a lacerdistas. Luto por uma democracia brasileira, com autoridade forte e definida, sem totalitarismo, planejada, autêntica e cristã” (Revista Manchete, 1964, p. 14). De acordo com Paulo Prado (2013), percebe-se que ele foi “golpeado”, e removido do cenário político estadual e substituído por antigas forças que nesse período assumiram importantes cargos no Estado.

Ao fazer uma releitura e ressignificar os depoimentos dos militantes Hecival Alves de Castro e Horieste Gomes, foi possível evidenciar suas particularidades ao relatar sobre suas memórias em relação ao governo de Borges. Nos depoimentos, percebe-se que os militantes apoiavam sua candidatura a governador, e ele buscava a participação política desses jovens militantes. Para Hecival Alves de Castro,

o Mauro Borges completa a obra do Pedro Ludovico e faz um governo planejado, um governo técnico. Ele chama a juventude para participar.

³¹ A referida fonte encontra-se na seguinte referência: “Mauro pensa que é dono da Revolução e admite comunistas no governo”. 21 jul.1964. Goiânia. Depositado no Fundo Mauro Borges- Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC/PUC/GO. Goiânia.

Tarzan de Castro foi oficial de gabinete do Mauro. O Zacariotti era subchefe da Casa Civil. Mario Roriz serviu na Casa Civil. Hugo Brockes foi chefe de gabinete. Toda essa juventude da UGES estava dentro do governo Mauro Borges. Então, era um governo democrático que abriu a participação especialmente para a juventude. E eles não participavam só do governo, participavam também da campanha (Castro apud Alves; Côrtes, 2013, p. 148).

Era um governo que preocupava com a população goianiense e acreditava que esse período repressivo teria pouca duração. Horieste Gomes, em seu depoimento, assinala que, “ele acreditava que iam arrumar a casa e depois os militares abandonariam o poder. Então, ele era ingênuo. A gente sabe o tanto que ele tentou afastar companheiros na tentativa de apaziguar, de não ir a confronto com os militares” (Gomes apud Alves; Côrtes, 2013, p. 171).

Vicente (2006) explicita que, no ano de 1964, a praça cívica, localizada no centro da capital de Goiânia, foi tomada por estudantes em defesa do governador, quando os caças enviados pelo governo militar sobrevoam a cidade. Para os jovens estudantes, além dos espaços terem significados preestabelecidos, a organização e o número de participantes ressoam como pontos positivos na militância. “Esses espaços dinamizam a imagem do número de participantes; mesmo que nas fotografias ou nos relatos exista grande número de passantes ou curiosos, as dimensões do local criam a suposta imagem do número” (VICENTE, 2006. p. 92).

Imagem 3- Ameaça de bombardeio e Praça Cívica lotada, com caças em voos rasantes para pressionar e aterrorizar o governador Mauro Borges e a multidão que se aglomerou em apoio a esse governo.



Fonte: O Popular, Goiânia, 11/1964.³²

Nessa fotografia mencionada, é perceptível a relação entre fotojornalismo de notícia e a elaboração de uma memória específica. Para Vicente (2006), o momento registrado pela ação instantânea remete a interpretações do evento: inicialmente, pelo profissional ao selecionar a imagem e escolher a publicação; posteriormente, pelo leitor, que, com base na relação entre imagem e texto, elabora um entendimento da notícia, mediado pela interpretação do local analisado e dos significados atribuídos aos agentes envolvidos e às causas e efeitos do espaço. Logo, “a fotografia cristaliza a ação vivida pelos ex-militantes, que, em suas memórias, buscam narrar a ação, ora com detalhes (nomes, local, falas e sensações), ora como localização das ações

³² Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/a-decada-da-resistencia-atenc-o-para-o-sangue-sobre-o-ch-o-1.3076169>. Acesso em: 24/10/2023.

individuais ou do movimento estudantil” (Vicente, 2006, p. 94).

Maciel (2014) demonstra que, mesmo após o apoio de Mauro Borges ao golpe de 1964, o que desencadeou a perseguição política contra a esquerda goiana, a grande maioria manifestou apoio ao líder deposto. Alguns até mesmo articularam planos de resistência aramada para impedir a deposição desse governador. Em suma,

o PCB sofre um ataque repressivo significativo nos anos de 1964 e 1965 juntamente com o movimento sindical urbano e rural. No entanto, apesar da repressão e das dificuldades crescentes, o movimento estudantil consegue manter suas atividades e ganhar novos militantes. Como já assinalado, os principais focos da luta estudantil em Goiás eram os colégios estaduais Lyceu de Goiânia e Pedro Gomes e as universidades Federal de Goiás - UFG (...) (Maciel, 2014, p. 375).

A violência contra os estudantes foi constante no período do regime militar. Além disso, houve a cassação de Mauro Borges, a implantação do governo militar e a intervenção do Marechal Emílio Ribas Júnior³³. O jornal “Última Hora”³⁴, edição de 10 de junho de 1965, publicou a seguinte matéria:

Ribas admite Torturas em Goiás- Brasília – UH - O Governador de Goiás, em nota oficial distribuída ontem as violências e espancamentos contra os estudantes Eudes Pacheco Santana e Humberto Nascimento de Andrade, confirmado, ainda, a demissão do Secretário de Segurança Pública do Estado e determinado o “recolhimento do Comissário Ibrahim Chediak, autor dos lamentáveis acontecimentos (Arquivos Revelados, 2016, p. 570).

Nessa mesma reportagem do jornal “Última Hora”, o então governador do estado de Goiás, Emílio Ribas, disse:

Ao regressar de Brasília na tarde de anteontem, tomei conhecimento de que dois rapazes detidos para averiguações na cidade de Goiás ainda não tinham sido postos em liberdade, o que contrariava frontalmente determinações minhas e da Justiça. Assim, sendo, providenciei a libertação imediata dos dois detidos.

³³ Emílio Ribas Júnior nasceu no ano de 1897, em Amazonas, faleceu em 17 de maio de 1973, no Rio de Janeiro. Militar e ex-governador de Goiás, cumpriu o restante do mandato do cassado governador Mauro Borges.

³⁴ O jornal *Última Hora* foi fundado em junho de 1951 e circulou até 1971. Foi um marco, e representou uma inovação na história da imprensa brasileira: um veículo ágil, movimentado, que tinha várias edições por dia. Criado e dirigido pelo jornalista Samuel Wainer, chegou a ser publicado em sete cidades. Fez jornalismo popular de qualidade, articulando a discussão política e temas como futebol, cotidiano das cidades, movimento sindical, criminalidade, rádio e cinema. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/ultima_hora.php Acesso em: 09/06/2023.

Como estes dois rapazes, Eudes Pacheco Santana e Humberto Nascimento de Andrade, haviam sido transportados para a cidade de Goiânia, à minha revelia, mandei buscá-los, libertando-os imediatamente. Entretanto verificando que os mesmos haviam sido maltratados fisicamente, determinei o exame de corpo de delito para constatação oficial dos maltratados (Arquivos Revelados, 2016, p. 571).

Ao analisar essa reportagem, evidencia-se que esses dois rapazes eram militantes do movimento estudantil em Goiás. Conforme o depoimento de Eudes Pacheco Santana, em junho de 1965, “eu era estudante secundarista e participava de greve estudantil contra a ditadura militar aqui em Goiânia [...]. Fiquei detido no quartel da Polícia Militar na cidade de Goiás. Dias depois jogaram meu companheiro Humberto de Andrade e eu num camburão” (Santana apud Salles, 2008, p. 86)³⁵. Esses dois militantes foram levados para a sede do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, em Goiânia.

Numa cela fétida estavam vários estudantes e outras vítimas. Eles já traziam diversas marcas no corpo, alguns choravam de dor. Aquilo era como um aviso do que viria a acontecer conosco. Comigo não foi diferente: aos empurrões, pelo “cachorro da tortura”, Ibrahim Chediak, chegamos a uma pequena sala e lá já estavam outros dois monstros, bate-pau da Polícia Civil. De início levei, uma cacetada na nuca, que me deixou tonto. Em seguida, recebi uma sequência de golpes nos rins, nádegas, e nos órgãos genitais. Foram tantas as pancadas, que desfaleci de dor, Acordei em um lugar escuro [...]. Ouvi gemidos e gritos, fiz silêncio e com voz branda perguntei quem estava ali: “Sou Humberto”, respondeu [...]. Ao ascender a luz pude ver que estávamos em uma sala desarrumada [...]. Humberto deitado no chão, estirado de costas, todo ensanguentado (Santana apud Salles, 2008, p. 86).

Em seguida, esses estudantes foram algemados e colocados na parte traseira de um carro, sob as ordens de Ibrahim Chedik, um delegado e famoso pelas torturas que infligiu a jovens indefesos. Logo, foram levados para o Palácio das Esmeraldas, onde o marechal interventor concedia uma entrevista. Depois, o marechal “aproximou-se de mim e disse: “Eu também já fui preso quando estudante”. Retorqui: “Mas você não foi para o pau-de-arara”. Ajeitando-se na poltrona, o interventor franziu a testa, indicou-me uma bandeja com bolachas, “Coma, não estão envenenadas” (Santana apud Salles, 2008, p. 88). Entretanto, Eudes Pacheco é retirado do palácio após frisar: “Eu sei, você

³⁵ Depoimento de Eudes Pacheco Santana. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008. 182 p. il.

não chegaria a tanto!” Foi a gota d’água. O velho esbravejou: “Olha o respeito, moleque, [...] tira este comunista daqui” (Santana apud Salles, 2008, p. 88).

Logo após, ainda na década de 1960, Otávio Lage³⁶ foi eleito governador do Estado de Goiás pela coligação da União Democrática Nacional - UDN, Partido Social Progressista – PSP e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, inserido nas diretrizes da política nacional. Ele permitiu a repressão contra o movimento estudantil a partir da sua relação com o Secretário de Segurança Pública, Renato Pitanga Maia, em 1968, quando já haviam sido extintos os partidos políticos e o governo estadual era apoiado pela Arena. Isso ocorreu porque “os partidos políticos procuraram controlar as entidades dos estudantes como forma de transmissão de suas propostas políticas” (Paula, 2009, p. 67).

Para Thales Luan Dias e Carolina Abbadia Melo (2015), o governador de Goiás, Otávio Lage, no ano de 1968, reproduzia o que o presidente Artur Costa e Silva implantava pelo resto do país. Uma vez que os estudantes, como em todo o país, também tiveram um papel importante na política do estado, isto é, promovendo e se envolvendo em greves, paralisações, passeatas e ocupações de prédios em universidades e escolas, os estudantes também repercutiram no estado a luta de oposição ao regime militar e, como os outros, também sofreram retaliações e consequências.

Conforme Angélica Muller (2010), no início de 1969, o Decreto - Lei n. 477, de 26.02.1969, previa, entre outras questões, punições para qualquer ato, confecção e distribuição de material considerado subversivo, bem como o “uso” do recinto escolar para tal. Com isso, houve um cerceamento das liberdades de atuação dos professores e alunos. A atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE, como entidade representativa dos universitários no plano nacional, acabou esmorecendo conforme a forte repressão.

A partir de 1974, o processo de luta contra a Ditadura Civil-Militar assume novos contornos. De acordo com Maciel (2014), essas mudanças ocorrem porque a institucionalidade autoritária já estava consolidada pelo cesarismo militar, o que acabou refletindo internamente e evidenciando a vitória política da Ditadura. Além disso, a esquerda armada estava praticamente derrotada e desmantelada, e o projeto de “Distensão”, liderado pelo governo Geisel, atrai a oposição anti-autocrática

³⁶ Otávio Lage de Siqueira, nasceu na cidade de Buriti Alegre - GO, no dia 28 de dezembro de 1924, passou a infância nessa cidade goiana, onde nasceram todos os seus três irmãos. Filho de Jalles Machado Siqueira e de Beatriz Lage de Siqueira, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo em 1948. Além disso, foi um político brasileiro no estado de Goiás no ano de 1966 (Naves, 2014, p. 26-40).

progressivamente para a luta no interior da própria institucionalidade política. Isso exigiu o desenvolvimento de novos instrumentos e estratégias de enfrentamento.

A perspectiva de radicalização política assumiu uma dimensão de enfrentamento militar com o Estado, mais do que uma organização independente e autônoma dos trabalhadores. A luta política passou a ser uma disputa por recursos e influência entre os adversários. Como resultado, houve a mais desagregação ou aniquilamento de organizações e movimentos, além do “encerramento do processo de mobilização e organização iniciado ainda nos anos 50. A retomada das lutas sociais em Goiás ocorrerá já na segunda metade dos anos 70, mas sob novas condições e a partir de outros instrumentos” (Maciel, 2014, p. 18).

Compreendendo a importância da história política para essa pesquisa. A análise dos aspectos políticos além de eventos específicos é fundamental para entender como a política molda a sociedade. René Rémond (2003) afirma que a história política pode incluir o estudo das estruturas, isso acontece apenas pelo viés das instituições, ou seja, se interessamos pelas questões políticas, é porque acreditamos que ela possui uma importância dentro da sociedade.

A política é dinâmica e sua importância é evidenciada pelos eventos que marcam o cenário político. Assim, “a percepção da duração e a distinção entre o que fica e o que muda. Só isso já bastaria para consagrar ao político um lugar importante no campo de investigação do historiador” (Rémond, 2003, p. 59- 60). É importante reconhecer o quanto as questões políticas foram importantes no período da Ditadura Civil- Militar no Brasil, onde cada indivíduo tem uma consciência política distinta, e a formação desses movimentos foi uma resposta à necessidade de realizar um protesto político contra os ideais ditatoriais que estavam postos nos campos sociais, políticos e educacionais de forma tão autoritária e restritiva.

A ação dos estudantes decorre da percepção de uma realidade com concepções de mundo que obrigam os indivíduos à integração social e cultural. Nesses termos, a consciência política é explicitada nas lembranças de ex-militantes goianos. Os estudantes, na época, constituíam as elites intelectuais, visto que a grande maioria dos brasileiros era analfabeta. No imaginário, eles representavam os interesses da sociedade brasileira, principalmente os mais desamparados. Conforme Gil César Paula (2009, p. 45), “a juventude é uma fase da vida, mas, é também, um setor social ou grupo, que

possui interesses comuns em dada sociedade e época histórica, relativas as suas solicitações ou demandas por educação e cultura”.

De acordo com Pereira (2015), a sociedade goiana, assim como os demais indivíduos brasileiros, sofreu influências do capitalismo, embora a maioria dos cidadãos não tenha se beneficiado diretamente com ele. Alguns lugares onde era possível experimentar práticas não capitalistas haviam desaparecido na sociedade goiana. Na década de 1970, os discursos anticapitalistas perderam força e foram obrigados a mudar, propondo novas soluções para os problemas nacionais.

No ano de 1974, Ernesto Geisel encontrou o país com a economia em decadência e a sociedade insatisfeita, desejando mudanças, redução da violência, e o fim da censura e da repressão. Sob a pressão da oposição e da sociedade civil organizada, Geisel sinalizou uma abertura rumo à Democracia. Conforme Marilena Chauí (2006), o ano de 1976 foi um momento importante da conjuntura nacional, pois a Ditadura Civil-Militar dava os primeiros sinais de fraqueza.

O Movimento Estudantil Goiano e as Organizações Sociais contrárias ao regime militar buscavam conscientizar seus militantes da necessidade de colocar um fim à ditadura e retomar o estado de direito. Chauí (2006) apresenta que o autoritarismo aparecia como um efeito da fraqueza do capital nacional, que precisava de um Estado ditatorial para manter a relação com o capital internacional. Assim,

o autoritarismo, em contrapartida, não é uma ideologia; é temporário, limita algumas liberdades, mas não todas, opera politicamente sob uma Constituição e com o Poder Legislativo etc. Na América Latina, havia autoritarismo como defesa do continente contra a ameaça do totalitarismo, isto é, do comunismo (Chauí, 2006, p. 184).

À medida que o tempo avançava, a sociedade em Goiás e no Brasil gradualmente se tornava mais globalizada, individualista e menos politicamente engajada. A Arena transformou-se “no Partido Democrático Social - PSD, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB transformou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, mas o pluripartidarismo não permitiu o retorno do partido Comunista do Brasil” (Pereira, 2015, p. 125). No entanto, em Goiás, as organizações partidárias de esquerda, no ano de 1978, estavam individualizadas pelas ações do capitalismo, levando a perda da relevância das instituições políticas, estudantis e muito estudantes estavam desmotivados com a conjuntura política.

Em Goiás, inúmeros fatos demonstram a luta da sociedade goiana contra a Ditadura e pela Lei da Anistia. Muitas pessoas saíram do país, deixando seus familiares para evitar prisões ou mortos, pois reivindicavam o retorno do estado de direito. A Lei da Anistia simboliza a negligência do Estado brasileiro para com seus cidadãos e representa um trauma deixado pelo regime ditatorial na história brasileira. Priscila Gonçalves (2013) aborda que as noções de direito humano e liberdade influenciaram toda a nação, e o sentimento de liberdade física e de pensamento impulsionou a aprovação da Lei da Anistia no ano de 1979.

A Ditadura Civil-Militar foi violenta e custou a vida de muitos goianos que não se calaram diante das atrocidades efetuadas pelos militares. O retorno do estado de direito produziu reações da sociedade goiana com a possibilidade da aprovação dessa Lei da Anistia, dando a capacidade do retorno de muitos exilados. Para Gonçalves (2013), a ditadura no território brasileiro legitimou-se por meio de ações que, em última instância, beneficiaram as classes econômicas dominantes. Além disso, o regime buscou desarticular e manter os sindicatos, organizações estudantis e sociais sob o controle do estado. A pretensão de legitimidade do regime vai muito além do objetivo de apenas implementar uma ditadura de submissão ao poder dos militares.

1.4 - A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Brasil

A UNE, fundada na Casa do Estudante do Brasil, em 11 de agosto de 1937, realizou sua primeira sessão ordinária sob a presidência de Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça³⁷, a fundadora da instituição. Nesse momento, a UNE ganhou destaque na sociedade. De acordo com Paula (2009), “a UNE é, portanto, uma entidade de caráter democrático e independente, mas no momento de sua criação

³⁷ Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, nasceu no Rio de Janeiro, em 1896, e faleceu em 1971, era poetisa, escritora, tradutora, ativista política e colaboradora em vários jornais cariocas da época. Anna Amélia integrou muitas entidades, com ênfase para o cargo de vice- presidente da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF, onde trabalhou na gestão de Bertha Lutz, além de ter sido uma das fundadoras e presidente da Casa do Estudante do Brasil - CEB, em 1929, ocupando a presidência vitalícia da instituição, além de ter contribuído com pequenos financiamentos estudantis. Dentre as pautas das quais fez parte estão a conquista do voto feminino, a presença das mulheres no ensino superior, o debate sobre o divórcio e a integração entre o Brasil e outros países no que tange as demandas das mulheres (Monteiro; Costa, 2021, p. 275-276).

contou com o aval, ou mesmo a simpatia de Getúlio Vargas” (Paula, 2009, p. 133).

Assim,

a criação da UNE, 1937, deu organicidade e continuidade aos movimentos sociais que já vinham sendo realizados pelos estudantes universitários brasileiros desde a época do Brasil colonial. Entre a luta pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, nos anos 40, até o debate acerca do Prouni (Programa Universidade para Todos) e sobre a Reforma Universitária, já nos marcos do governo Lula, se desenrolou uma história de lutas e conquistas. Nos últimos anos a entidade conseguiu realizar os maiores Congressos de sua história. Agora prepara-se para chegar aos 70 anos com força e fôlego para seguir adiante por mais e mais décadas. No Brasil as primeiras faculdades foram fundadas relativamente tarde, se compararmos com outros países americanos, as primeiras surgiram já no século 16, no México e no Peru. No século 17, quando surgiu a primeira faculdade nos Estados Unidos (Harvard), na América Latina já existiam 13 universidades (Ruy, 2008, apud Paula, 2009, p. 120).

A criação da UNE foi uma conquista dos estudantes, visto que nasceu sob o signo da luta pela democracia, com o intuito de representar a unificação dos estudantes. Esse marco histórico ocorreu em um momento em que o Brasil vivia sob a ditadura do Estado Novo, projeto do governo de Getúlio Vargas. Conforme Aldimar Jacinto Duarte (2012, p. 40 apud Pereira, 2015, p. 16), “o movimento estudantil se constituiu como uma das poucas manifestações políticas permitidas pela Ditadura Vargas”.

Na fase posterior dos anos de 1938 e 1942, as atividades nessa união estavam fundamentadas na organização das federações estudantis nos estados e na resistência contra o registro da imprensa estudantil no Departamento da Imprensa e Propaganda – DIP. O DIP era um Órgão da Presidência da República que estabelecia a censura aos meios de comunicação. Também houve protestos contra o aumento das tarifas de transporte e das taxas escolares, estabelecendo relações com as entidades internacionais, sobretudo, a Confederação Internacional dos Estudantes e a União dos Estudantes da América.

O fato de destaque neste período foi a luta contra o nazi-fascismo durante a Segunda Guerra Mundial e contra o próprio Estado Novo. A repressão política interna despertou a necessidade de combater não apenas o autoritarismo nos países do Eixo, mas também o governo de Getúlio Vargas. No final da guerra, ficou evidente que “o Brasil lutava na guerra contra o nazi-fascismo, mas internamente existia uma ditadura, daí porque se desenvolver também após o término da guerra uma intensa campanha pela redemocratização da sociedade” (Paula, 2009, p. 123).

A partir de 1945, com a vitória aliada garantida no plano extremo, que começa as grandes mobilizações, os estudantes passam a apoiar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes³⁸, realizando um comício em Recife. Já no ano de 1947 até 1950, a UNE era coordenada por socialista e se destacava na luta pela defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil. Com o término da hegemonia socialista no ano de 1949, e com a presidência de José Frejat³⁹, iniciou-se uma fase nova, no qual, os estudantes direitistas conseguiram chegar até a presidência da entidade, com o estudante mineiro Olavo Jardim Campos⁴⁰.

A hegemonia direitista na UNE representa à infiltração norte-americana na entidade. Essa fase abrange os anos de 1950 até 1956 e caracterizou-se por um decréscimo da participação estudantil. João Roberto Martins Filho (1987) evidencia que os estudantes não eram chamados a se mobilizar devido ao peleguismo instalado na direção das entidades. É importante demonstrar que não apenas a esquerda, mas também os progressistas, têm atuação no movimento estudantil. A idealização feita pela esquerda, colocando os jovens estudantes como progressista por natureza, é desfeita nesse período. Fica explícito que a criação de um estereótipo do estudante progressista e esquerdista é uma atitude equivocada.

Essa fase foi controlada pela direita e só terminou em 1956, com a presidência de José Batista de Oliveira Júnior⁴¹, que retoma essa entidade pelas forças de esquerda. Em 1958, Marcos Hensi assumiu a presidência, marcando a sua atuação por uma campanha

³⁸ Eduardo Gomes, nasceu em Petrópolis, em 20 de setembro de 1896, e faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1981, foi aviador, militar e político brasileiro. Este foi uma figura de impacto em nosso cenário político do século XX, patrono da Força Aérea Brasileira, ministro da Aeronáutica, além da participação nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. No governo de Getúlio Vargas, trabalhou na criação do Correio Aéreo Militar. Com o fim do Estado Novo, candidatou-se às eleições presidenciais pela União Democrática Nacional, que aconteceu em 1945, sendo derrotado por Eurico Gaspar Dutra do Partido Social Democrático. No ano de 1950, novamente foi candidato à presidência da República pela União Democrática Nacional, mas foi derrotado por Vargas do Partido Trabalhista Brasileiro e ainda participou do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, em 1964 (Stringuetti, 2016, p. 240).

³⁹ José Frejat, nasceu em Cururupu- MA, em 24 de março de 1924, é um advogado e político brasileiro, pois é filho de João Frejat e Adélia Frejat. Com a renúncia de Rogê Ferreira à presidência da União Nacional dos Estudantes, em abril de 1950 assumiu o posto por três meses e foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/jose-frejat/>. Acesso em: 06/04/2023.

⁴⁰ O mineiro Olavo Jardim Campos, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes no XIII Congresso da entidade, realizado em São Paulo em 1950. Assim, o seu mandato marca o começo de uma hegemonia liberal, que se estenderia até o ano de 1956. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/olavo-jardim-campos/>. Acesso em: 06/04/2023.

⁴¹ José Batista de Oliveira Júnior, nasceu no dia 18 de dezembro de 1932 em Juiz de Fora, Minas Gerais. Em 1955, foi eleito o terceiro secretário da União Metropolitana Estudantil - UME e, em 1956, presidente da entidade. Porém, não concluiu o mandato devido a sua eleição para a presidência da União Nacional dos Estudantes, nesse mesmo ano. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/jose-batista-de-oliveira-junior/>. Acesso em: 06/04/2023.

contra a empresa norte-americana “American Can”. Ainda no mesmo ano, ele foi substituído pelo estudante baiano Raymundo Eirado⁴². Sua gestão mobilizou campanhas contra Roberto Campos⁴³, devido a acordos assinados por ele com o governo da Bolívia, visando aplicar recursos da Petrobrás no Altiplano Boliviano para atender aos interesses da Gulf Petrolium. Em 1959, este foi substituído pelo estudante João Manuel Conrado⁴⁴, que deu prosseguimento a essa gestão anterior.

Em 1960, a presidência da União Nacional dos Estudantes foi assumida pelo baiano Oliveiros Guanais⁴⁵. Esse coincidiu com a campanha presidencial. No entanto, a fase posterior, que teve início em 1961, foi marcada pela hegemonia católica dentro dos movimentos estudantis. Com a ascensão do goiano Aldo Arantes à presidência da UNE em 1961, inicia-se a fase de predomínio dos jovens católicos. Durante sua gestão, a entidade assumiu uma enorme liderança nacional, promovendo seminários sobre a reforma universitária. Aldo Arantes teve sua atuação reconhecida, em todo o país, conforme seu depoimento:

Nasci em Anápolis, onde iniciei meus estudos. Transferindo-me para Goiânia, estudei no Lyceu e comecei a ter participação no movimento estudantil secundarista, nas atividades do Grêmio Félix de Bulhões⁴⁶. Mudei - me em seguida para o Rio de Janeiro, ingressei na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica - PUC e, também, no movimento estudantil. Fui eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes e me tornei uma liderança estudantil reconhecida nacionalmente. Em 1961, cheguei à presidência da União Nacional dos Estudantes - UNE e procurei desenvolver um trabalho à altura da importância da entidade. Criamos o Centro Popular de Cultura - CPC. Com minha colaboração, a UNE organizou a maior greve estudantil do país, em defesa da democratização da universidade brasileira. Percorremos o Brasil com a UNE Volante. A entidade assumiu o seu devido lugar na organização dos estudantes e na mobilização social. Foi assim que participei da

⁴² Raymundo Emanuel Bastos do Eirado, nasceu em 1º de dezembro de 1936. Foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes por meio do XXI Congresso da entidade, em agosto de 1958. No decorrer da sua gestão, seguiu lutando pelos seus ideais políticos nacionalistas. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/raymundo-do-eirado-silva/>. Acesso em: 06/04/2023.

⁴³ Roberto de Oliveira Campos, nasceu em 17 de abril de 1917, em Cuiabá- Mato Grosso, e faleceu em 9 de outubro de 2001, no Rio de Janeiro. Foi professor, economista, diplomata e político brasileiro, formou-se em Filosofia e Teologia. Assim, Campos, foi encarregado da coordenação da reforma agrária no governo Castelo Branco (Santos, 2000, p. 114).

⁴⁴ João Manoel Conrado Ribeiro, a partir do ano de 1955, foi presidente e vice-presidente do Centro Acadêmico 22 de agosto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, além do mais, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes, em 1959. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/joao-manoel-conrado-ribeiro/>. Acesso em: 06/04/2023.

⁴⁵ Oliveiros Guanais, nasceu no dia 19 de agosto de 1936 em Caetité, na Bahia, e faleceu em 21 de novembro de 2010, em Salvador. Foi figura de destaque no movimento estudantil da sua época, assim, ocupando a presidência da União dos Estudantes da Bahia e, logo, da União Nacional dos Estudantes, de 1960-1961. No qual, foi eleito presidente dessa entidade por um entendimento triplo entre seu grupo, que era a esquerda independente, a Juventude Universitária Católica e o Partido Comunista. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/oliveiros-guanais/>. Acesso em: 06/04/2023.

⁴⁶ Grêmio Félix de Bulhões foi criado pelos estudantes do Colégio Estadual Lyceu de Goiânia.

“Campanha da Legalidade”, tentando impedir o golpe e garantir a posse de João Goulart na presidência da República. Entretanto, o golpe veio em 1964. Passei a ser perseguido pela repressão e tive de viver na clandestinidade. Fugindo dos grandes centros, fui para o interior de Alagoas, lá desenvolvendo um trabalho de organização dos camponeses. Já na segunda metade da década, fui identificado pelos agentes da polícia repressiva e preso, junto com minha esposa e meus filhos menores. Com a ajuda de companheiros, conseguimos fugir e me desloquei para São Paulo, onde continuei a luta contra a ditadura. Em 75, quando participava de uma reunião do Comitê Central do PCdoB, fui preso e, nessa operação, outros três dirigentes partidários foram brutalmente assassinados (Salles, 2008, p. 45- 46).⁴⁷

O depoimento revela a resiliência desse militante, que enfrentou a repressão dos militares em razão de suas convicções políticas e questões familiares. Mesmo diante da crueldade imposta pelo regime, ele persistiu na busca por suas ideias e no avanço dos movimentos estudantis. Além de enfatizar que “a crueldade dos militares era tamanha que sensibilizou a sociedade e mobilizou as entidades nacionais e internacionais de direitos humanos (igreja católica progressista, os artistas e outros segmentos, que foram decisivos na conquista da Lei da Anistia, em 1979)” (Salles, 2008, p. 46).

Aldo Arantes, procurou exercer e combater o regime ditatorial, fortalecendo a luta e os interesses do povo brasileiro, principalmente da sociedade goiana, na luta pelos direitos da classe trabalhadora e do povo. Pois “ao ser libertado, retornei a Goiás e iniciei uma nova fase de militância política” (Salles, 2008, p. 46). A sua ação parlamentar em relação com as aspirações populares, garantiu a sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte. Entretanto,

uma das principais escolas de formação de políticos por vocação ou jardineiros políticos, é a União Nacional dos Estudantes- UNE. Mais que uma simples entidade representativa de estudantes das mais diferentes vocações, ela ajudou a formar novas lideranças, fazendo com que os estudantes universitários promovessem debates políticos e sociais, se conscientizassem e aprendessem a defender as principais bandeiras de lutas de seu país. A UNE carrega, em sua história, as lutas do povo brasileiro pela transformação de seus sonhos e esperanças em conquistas e realidade (Alves, 2013, p. 195).

Cabe destacar que as preocupações do movimento estudantil estavam relacionadas com os problemas nacionais, tais como a falta de liberdade de expressão, o analfabetismo e os preconceitos religiosos e raciais. Os jovens universitários desempenharam um papel importante na consolidação do sentido nacionalista do país.

⁴⁷ Depoimento de Aldo Arantes. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

Para Antônio Mendes Junior (1980), p. 70), a UNE “mergulhou de cabeça” nesse clima; sua atividade passou a ser de um engajamento político total e completo: levou o Centro Popular de Cultura às favelas, sindicatos, associações de bairros, numa ação de conscientização popular de proporções enormes”.

O estado de Goiás, próximo a Capital Federal, foi importante na resistência e luta contra a ditadura, que impunha duras restrições à liberdade por meio da força e violação da Constituição Brasileira. Após a criação da UNE, a instituição começou a organizar congressos anuais e buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. De acordo com Octávio Ianni (1965), o jovem que não se rebela não realizou a conscientização da condição alienada do homem em meio à sociedade. Os estudantes se apropriaram politicamente das universidades e sentiram-se na obrigação de encontrar soluções para os problemas nacionais. Maria da Glória Gohn (2002) discorre que,

movimentos sociais são ações sociopolíticas construídos por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. [...] Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem suas ações (Gohn, 2002, p. 251-252).

Como pode ser verificado acima, os movimentos políticos desenvolvem forças sociais na sociedade. Em períodos anteriores a 1960, havia uma proliferação dos grupos políticos de matriz conservadora. Contudo, é a partir do ano de 1964 que passa a existir hegemonia da esquerda na UNE. A atuação dos estudantes depois do golpe demonstra que este não é o único setor da sociedade civil que vai resistir ou se impor ao autoritarismo marcado por repressão política e social.

Após 1959, foi um período conturbado na história política brasileira, momento de maior expressão que definiu os rumos da linha nacionalista de atuação da instituição estudantil. Para Pereira (2015), o estado de Goiás, a partir de 1959, atravessou um processo de transição de um modelo econômico com bases agrárias para um modelo capitalista urbano. A UNE, como qualquer outra organização social, precisava de recursos e pessoas engajadas capazes de realizar ações.

A criação da UNE tem como referência o impacto do manifesto estudantil elaborado em 21 de junho de 1918, na Universidade de Córdoba, com o título *La Juventud Argentina de Córdoba e los Hombres Libres de Sudamérica*, formalizado pela Fundação Universitária de Buenos Aires. De acordo com Paula (2009), este manifesto faz uma crítica ao sistema universitário argentino, extensível aos outros países da América Latina, pois o regime universitário estava fragmentado no direito divino do professorado universitário. Com esse manifesto, a juventude universitária sugere uma reforma universitária que se firme na liberdade de pensamento, contra o que acreditavam ser uma tirania na direção dessas instituições, com base da aliança na oligarquia política.

Vanessa Cardoso (2019) afirma que a *Carta de Córdoba* passou a ser conhecida pelos estudantes brasileiros, além de ter sido essencial para o movimento estudantil, que se inspirou em suas ideias para discutir a Reforma Universitária. Por sua vez,

A influência da *Carta de Córdoba* apareceu inicialmente em três documentos do movimento estudantil brasileiro. O primeiro documento foi o “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira”, o segundo foi a “Declaração da Bahia” e o terceiro foi a “Carta do Paraná”. O “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira” foi elaborado durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, em 1938. A “*Declaração da Bahia*” foi formulada durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961. E a “*Carta do Paraná*” foi gestada durante o II Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado em Curitiba, em 1962 (Cunha, 2007c apud Cardoso, 2019, p. 76).

Além de dar origem ao “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira”, o II Congresso nacional dos Estudantes”, realizado entre 05 a 22 de dezembro de 1938, no Teatro Vermelho do Rio de Janeiro, deu origem a União Nacional dos Estudantes e contou com as presenças do presidente Getúlio Vargas e do Ministro da Educação Gustavo Capanema, além de representantes de 80 Centros Acadêmicos de diversas regiões do Brasil. Mas o I Congresso da Juventude Operária-Estudantil ocorreu em setembro de 1934. Nele os estudantes já pensavam na criação de um órgão nacional para representa-los. Entretanto, a promulgação da Lei de Segurança Nacional e o ambiente político que se instaurava naquele momento adiaram a criação (Cardoso, 2019, p. 76).

A criação da *Carta de Córdoba* aconteceu apenas no ano de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, sendo nomeado como presidente Valdir Ramos Borges⁴⁸. Então, em 1942, a UNE foi institucionalizada, pelo Decreto-Lei 4.080, que a

⁴⁸O gaúcho Valdir Ramos Borges, foi eleito o primeiro presidente da história da União Nacional dos Estudantes (UNE) ao término do 2º Congresso Nacional dos Estudantes, em 22 de dezembro de 1938. Ele viria se tornar advogado, e chefiou o gabinete do último ministro da Fazenda de João Goulart, Ney Galvão. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/valdir-ramos-borges/>. Acesso em: 06/04/2023.

reconheceu como entidade representativa e coordenadora dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Com isso, ela passou a organizar o movimento estudantil em Diretórios Acadêmicos.

Assim, conforme Cardoso (2019), a atuação da UNE nas universidades durante a década de 1930 ocorreu a partir da realização de congressos anuais com representantes de todos os Diretórios Acadêmicos. Na década de 1940, essa atuação se dava por meio da relação com as Uniões Estaduais de Estudantes - UEEs. Já na década de 1950, a UNE participava das discussões do movimento, abordando questões nacionais como a luta pela Reforma Universitária, que fazia parte da Reforma de Base.

Ao se perceber o potencial político da União Nacional dos Estudantes, os partidos políticos buscavam influências dentro entidade, disputando a sua presidência. Entre os anos de 1950 a 1956, ela foi controlada pela União Democrática Nacional - UDN, a partir de 1956, a direção da instituição passou a ter influência comunista, passando a defender plataformas nacionalistas. Logo depois, em 1957, a UNE promoveu o I Seminário Nacional dos Estudantes, entretanto, não teve grande repercussão por ter dado mais ênfase ao aspecto pedagógico em suas discussões. Posteriormente, entre os dias 20 e 27 de maio de 1961, a UNE promoveu em Salvador o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, resultando na “*Declaração da Bahia*”, a qual foi assinada em 27 de maio de 1961. [...] Nesse sentido, a *Declaração da Bahia* abordou os seguintes temas: “A Realidade Brasileira”, “A Universidade no Brasil” e “A Reforma Universitária” (Cardoso, 2019, p. 76-77).

Essa declaração seria publicada na gráfica da Universidade do Brasil, a partir de um convênio condicionado com o Ministério da Educação e Cultura. Segundo Cardoso (2019), a intenção era torná-la acessível ao maior número de estudantes. No entanto, o teor revolucionário do documento impossibilitou a sua publicação por meio de órgãos do Governo Federal, que só divulgariam mediante censuras de algumas partes. A alternativa encontrada pelos estudantes foi a publicação no Suplemento Especial do *Jornal Critério*, um órgão oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco.

Os estudantes, diante do projeto de Diretrizes e Base da Educação, consideravam que ele não atendia às necessidades fundamentais para a realidade brasileira, como a democratização do ensino. Declaravam-se anti-imperialistas e anticolonialistas em todos os seus aspectos, repudiando todas as formas de ditaduras militares e defendiam a independência política, social, econômica e educacional do Brasil. Assim, “para o ensino brasileiro, os estudantes defendiam um maior investimento por parte do Governo Federal e o desenvolvimento da consciência política do povo brasileiro por intermédio da Revolução Brasileira” (Cardoso, 2019, p. 77). Tendo em vista esses pontos,

revolução entendida com posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições. Aos jovens brasileiros, principalmente a partir da Universidade, cabe iniciar essa grande tarefa. São eles, os oprimidos, os elementos dinâmicos por excelência, precisam romper uma série de alienações, de preconceitos e de deficiências, oriundos de sua própria formação. Tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma política concreta, ao lado dos operários e camponeses por uma revolução brasileira (Declaração da Bahia, 1962, p. 16 apud Cardoso, 2019, p. 78).

A *Declaração da Bahia* uniu estudantes, camponeses e operários na vanguarda do processo emancipatório do território brasileiro. Nesse contexto, a Revolução Brasileira se baseava na atuação conjunta desses grupos no cenário político. A Reforma Universitária, inserida nessa revolução, destacou o ensino universitário como privilégio da classe dominante, perpetuando as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira. No entanto, o compromisso dessa reforma era com o povo e as classes trabalhadoras, defendendo que toda a população deveria ter acesso à educação e que universidade deveria ser aberta para todos.

Havia o intuito de promover cursos para líderes sindicais, mestres de obras e cursos de alfabetização. Estava-se a serviço das classes desvalidas, oferecendo assistência gratuita (judiciária, médica e odontológica) e despertando o povo para seus direitos. É necessário ressaltar que, “para a esquerda brasileira a universidade deveria ser o espaço de defesa das reivindicações populares, por meio da atuação política dos estudantes” (Cardoso, 2019, p. 79). A *Declaração da Bahia* solicitava melhores condições de trabalho aos professores e estudantes, reivindicando o incentivo à pesquisa, à especialização e ao trabalho remunerado dentro das universidades. Além disso, buscava maior autonomia financeira, didática e administrativa por meio da transformação das instituições de ensino superior em fundações. Dessa forma, a universidade poderia ter grande autonomia para alterar os programas e currículos, bem como adotar novos métodos de ensino educacional.

Cardoso (2019) evidencia que a *Declaração da Bahia* apresentava uma forte influência da *Carta de Córdoba*, sendo essencial para estabelecer as diretrizes ao movimento estudantil brasileiro em sua luta pela Reforma Universitária. No ano seguinte, os estudantes redigiram a *Carta do Paraná*, que continuava as críticas e os debates em relação ao ensino brasileiro, sugerindo modificações.

Luiz Antônio Cunha (2007) demonstra que, entre os dias 17 e 24 de março de 1962, a União Nacional dos estudantes organizou, em Curitiba, o II Seminário da Reforma Universitária, resultando na redação da *Carta do Paraná*. Esse evento contou com a participação de 150 brasileiros, divididos em seis comissões, para analisar os seguintes temas: a análise da universidade sob perspectivas culturais, regionais, estruturais, sociais e políticas. A partir disso, percebe-se que a ideia de uma Reforma Universitária no Brasil teve sua origem no movimento estudantil, no contexto da Reforma de Base, estabelecida no plano de realização da Revolução Brasileira, que encontrou nos estudantes a sua concretização. A UNE desempenhou um papel ativo na realidade universitária, possibilitando a atuação política dos estudantes.

Esse debate sociopolítico, vivenciado nas décadas de 1950 e 1960, resultou na polarização entre os grupos de direita e esquerda existentes no Brasil. Cardoso (2019) destaca que a mesma divergência era evidente nos bastidores da Universidade do Brasil, o qual se refletiu nas discussões sobre o próprio estatuto da história e suas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Alguns estudantes que se identificavam com as orientações de esquerda, envolvidos em discussões do Partido Comunista Brasileiro, da UNE e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, buscavam maior envolvimento nas lutas sociais. Diante disso, “caberia à História a busca por soluções para os problemas vivenciados na atualidade brasileira. Com isso, a ciência histórica, como vinha sendo escrita e ensinada, deveria ser revisada” (Cardoso, 2019, p. 80).

Os partidos políticos nacionais influenciam a atuação dos jovens estudantes, buscando a adesão deles em suas fileiras como multiplicadores de suas opiniões nos espaços dos colégios e universidades, no seio da sociedade brasileira. Conforme Altino Dantas (1980), ex-líder do movimento estudantil e líder da UNE no período de 1964 até 1965, foi durante sua gestão que ocorreram as principais tentativas de reorganizar a união e resistir ao golpe militar.

O movimento estudantil de há muito, possui clareza teórica sobre o seu papel, parcela de pequena burguesia que é, pois a presença operária e de outros exploradores da população é praticamente nula, evidentemente não compõe as classes fundamentais da sociedade, o que lhe retira qualquer papel de vanguarda no enfrentamento entre explorados e exploradores. Embora disso se tenha clareza, por várias vezes se tem incorrido em graves erros de tentar, o movimento estudantil, dar tônica ou pretender a direção da luta geral do povo brasileiro. Até mesmo, por vezes, alguns setores estudantis tentam desempenhar o papel de vanguarda da luta de classes. Grave erro, que por vezes tem causado grandes prejuízos. Talvez possamos encontrar aí, um dos

componentes do vanguardismo que provocou o desvio militarista dos anos 60/72 (p. 49).⁴⁹

Diante do exposto, a crítica ao governo varguista deve ser analisada com cuidado, pois os fatores ligados ao acesso do conhecimento proporcionam aos estudantes o senso crítico da sociedade em que vivemos, levando os jovens a assumirem as posições mais progressistas e se colocarem ao lado das classes fundamentais. A grande mobilização realizada pelos partidos políticos acontece a partir da intensa participação dos sujeitos. Observa-se que os estudantes mais atuantes são aqueles que pertencem aos partidos políticos, em comparação com os demais atuantes. Os “esquerdistas são mais ativos do que os da direita e do centro, a conclusão lógica é que mais esquerdistas foram mobilizados pelos partidos políticos” (Soares, 1986, p. 257 apud Paula, 2009, p. 58).

Com o golpe de 1964, a UNE, como todo movimento popular, foi desmantelada pela oposição frontal de alguns setores sociais à quebra da legalidade. O movimento estudantil passou a depender dos partidos políticos, uma vez que as soluções dos problemas das universidades brasileiras estavam intrinsecamente ligadas à resolução dos problemas nacionais. A vitalidade desse movimento ocorre quando há uma conexão entre os problemas de ensino e as grandes questões políticas. Assim, é necessário motivar os estudantes a atuarem nos movimentos estudantis, baseando-se na realidade concreta que vivenciam na sociedade. Como afirmou Anita Prestes,

“o golpe foi realmente para essa geração a que pertencço, foi um corte muito violento na vida (...) um baque muito grande para todas as forças de esquerda. Começou logo uma perseguição muito grande e cortou a vida de todo mundo, quer dizer, os projetos que nós jovens tínhamos” (Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do rio de janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2011) (p. 17).⁵⁰

No período de 1965 a 1966, houve uma tentativa de manter viva essa união por meio do trabalho dos Centros Acadêmicos - CAs e Uniões Estaduais de Estudantes -

⁴⁹ Transcrito de: DANTAS, Altino Rodrigues. *História da UNE Depoimentos*, São Paulo: Editora Livramento, 1980.

⁵⁰ Depoimento de Anita Prestes. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013.

UEEs. Também ocorreu a criação de um Movimento Contra a Ditadura - MCD, mas pela ausência de uma orientação definida, ele acabou se desestruturando em 1966.

Desse modo, podemos compreender que o movimento estudantil desempenhou um grande papel histórico. Por um lado, ele convocava os estudantes a assumirem a responsabilidade de se politizarem e, ao mesmo tempo de politizar as massas populares em um cenário complexo da história política brasileira. Segundo Marialice Foracchi (1972),

o estudante brasileiro, tomando consciência da situação de exploração em que vive o país e o seu povo, é chamado ao papel histórico de conscientização das massas populares, papel esse de implicações nitidamente políticas. Sua responsabilidade nesse processo é dupla e não pode ser dividida: a politização das *massas populares*, no sentido de transformá-las em grupos de pressão junto ao governo visando a assegurar uma modalidade de desenvolvimento que não atenda somente aos interesses de classes dominantes e a politização da *massa estudantil*, com a finalidade preliminar de torná-la ciente dessa tarefa politizadora (Foracchi, 1972, p. 147 apud Cruz, 2013, p. 73-74).

Diante dessa reflexão, compreende-se que o movimento estudantil no território brasileiro se estabelecia por meio das reivindicações e intervenções que proporcionavam aos jovens estudantes uma relação com os problemas políticos da sociedade. Os estudantes lutavam pela transformação da ordem específica deste período, que conflitava com seus ideais políticos.

2º Capítulo- Os movimentos de resistência estudantil frente ao regime militar: o discurso da memória a partir dos depoimentos

Essas narrativas, principalmente as midiáticas e de redes sociais, cada vez mais, produzem conteúdos hegemônicos influenciando o significado que grupos sociais dão a eventos e processos históricos. Fazer história, seja no âmbito acadêmico ou escolar, é lidar com o senso comum, com aquilo que achamos ser natural, e buscar desvelar o processo de construção social do que se encontra arraigado. Isso abarca refletir sobre quem produz sentidos, dando forma e expressão ao passado, ou seja, implica considerar o mundo midiático e oligopolizado do processo de produção da informação (Kallás, 2020, p. 51 apud Fernandes, 2022, p. 9).

No final dos anos 1960, a juventude ganhava destaque no cenário brasileiro, questionando seus hábitos e costumes morais e políticos. O movimento estudantil surgiu como uma alternativa no cenário nacional, tornando-se uma força política organizada apta a discutir questões de âmbito nacional e buscar formas de intervenção.

Inicialmente, o movimento estudantil era composto principalmente por estudantes universitários, uma vez que a universidade no Brasil era considerada a principal “escola de formação de líderes políticos. [...] o movimento estudantil brasileiro é a forma mais organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. A luta dos estudantes adquiriu progressivamente o caráter organizado de emancipação” (Poerner, 1995, p. 39-59 apud Pereira, 2015, p. 21).

O objetivo desses jovens universitários era combater a censura, os baixos salários e a política econômica do governo. Eles entendiam que o orçamento destinado à universidade, à pesquisa técnico-científica, à profissão e ao mercado de trabalho estava diretamente ligado ao desenvolvimento capitalista em curso. Assim, houve uma articulação entre a luta estudantil, a luta social e a luta política no Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar.

Nesse sentido, a instituição escolar deve ser analisada como um cenário importante para o processo educacional dos sujeitos, além de ser significativa no processo educativo dos indivíduos que a constitui. Conforme Barbosa (2004), no seio da escola, os estudantes críticos, militantes e convictos de suas posições são discriminados no espaço escolar, onde são vistos como causadores de problemas e que não fazem o perfil da respectiva escola que está situado. Assim, “a escola perde o que de melhor existe de

potencial transformador dos alunos atuantes, deixando que se esvazie a boniteza do ‘ser militante’ e sua importância como força na transformação social” (Barbosa, 2004, p. 41).

Assim, as escolas são percebidas como ambientes de enfrentamento político. Os gestores, professores e os próprios alunos precisam aproveitar e reconhecer o potencial que as diferentes histórias oportunizam por meio do resgate da memória, do cotidiano dos alunos e do pensamento crítico e reflexivo que estes constituíram ao longo da história. O aluno precisa compreender os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, além de entender que ele tem o direito de se posicionar diante destas questões e que não devem ser silenciados.

Nesse segundo capítulo, analisaremos as notícias veiculadas nos jornais *O Popular*, *Folha de Goiás* e *Cinco de Março*, datadas em 1966 a 1968. Juntamente com alguns documentos escritos e organizados no livro “Arquivos Revelados- A Ditadura Militar em Goiás, Volume – I”, investigaremos os colégios Lyceu de Goiânia e Professor Pedro Gomes como espaços de enfrentamento e intervenção/luta no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964- 1968). Em seguida, objetivamos evidenciar que o debate em torno do movimento estudantil nos colégios Lyceu de Goiânia e Pedro Gomes ganha uma visibilidade e novos apontamentos no âmbito social e político. Neste sentido, analisando as dimensões da escola e o seu cenário para o processo educacional dos sujeitos, propõe-se uma problematização do discurso de um projeto ditatorial e autoritário sobre os referidos colégios da capital goiana.

O colégio Lyceu de Goiânia foi fundado em Vila Boa, atual Cidade de Goiás, por Joaquim Inácio Ramalho, após a proclamação da independência do Brasil. Posteriormente transferido para a capital goiana pelo Decreto nº. 4, de 27 de novembro de 1937, sob os indícios do discurso da modernidade que transpassava as iniciativas oficiais daquela época. No período da inauguração da nova Capital, o prédio do Lyceu de Goiânia, era “elegante, grande, confortável e novo”, construído segundo as exigências de um colégio padrão.

A outra instituição escolar contemplada na nossa análise é o Ginásio Estadual de Campinas, que se tornou o colégio Professor Pedro Gomes. Criado em 29 de outubro de 1947, na capital, a partir da Lei Estadual nº. 18, assinada pelo governador Coimbra Bueno. Esse projeto de lei propunha a criação de um colégio estadual em Campinas. Vinícius Machado (2019) explicita que sua efetiva instalação e funcionamento no bairro

de Campinas, na capital goiana, ocorreu apenas em 15 de abril de 1950, com uma cerimônia solene para essa celebração da abertura do colégio.

Em seguida, a Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, institui a criação da Universidade Federal de Goiás - UFG, na capital de Goiânia. De acordo com Silva (2022), três movimentos teriam influenciado diretamente nessa medida. O primeiro deles foi o de expansão e federalização do ensino superior brasileiro. O segundo movimento fez parte da política de expansão do ensino superior na Região Centro-Oeste. Por fim, o terceiro movimento foi a pró-criação da Universidade Federal, formada por professores e alunos.

Conforme Cruz (2013), essas duas instituições, escolas e a universidade, eram pontos de encontro e diálogo entre os alunos que faziam parte do movimento estudantil em Goiás. A partir disso, podemos perceber essa ligação da escola e da universidade com o movimento e o papel dos secundaristas e universitários na tentativa de mudar a realidade da educação. Com isso, é necessário evidenciar a luta dos estudantes por aquilo que acreditam e, para isso, os alunos dos colégios Lyceu, Pedro Gomes e os jovens universitários da Universidade Federal de Goiás organizavam comícios relâmpagos, panfletagens, passeatas e greves contra a ditadura civil-militar na capital goiana.

2.1- Movimento estudantil: o marco político do autoritarismo no território brasileiro

O Movimento Estudantil no Brasil teve expressiva repercussão durante a década de 1960, devido à conjuntura e aos inúmeros acontecimentos que marcaram a época. Conforme Cruz (2013), nesse período, os movimentos de protesto e mobilização política agitaram o Brasil. No qual, os estudantes constituem uma categoria social formada por indivíduos de distintos segmentos sociais. Em 1960 teve uma greve de estudantes para derrubar o aumento de taxas, isso ocorreu em diversos estados brasileiros, pois

o estudante Raimundo Nonato, Presidente da UBES, declarou ontem à noite ao JORNAL DO BRASIL, que a greve dos estudantes secundários pela derrubada do aumento das anuidades escolares tomou grande impulso ontem, em todo o Brasil, se alastrando pelas principais Capitais e inúmeras cidades

do interior. São Paulo, Salvador, São Luís do Maranhão, Goiânia, Pernambuco e Belo Horizonte já aderiram à greve. Já contamos com o apoio da União Nacional dos Estudantes, que espera somente mais alguns dias, para decretar a greve geral de todos os estudantes do Brasil – acrescentou (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05/03/1960, p. 10).

A partir dessa notícia de jornal, percebe-se que desde 1960 os secundaristas de vários estados brasileiros protestaram em favor dos seus interesses como estudantes, onde aderiram à greve, que pode ter sido interpretada como uma maneira de expressar suas inquietações em torno do aumento da anuidade escolar. Cruz (2013) afirma que, o movimento estudantil estava ganhando visibilidade no mundo todo. Com o golpe civil-militar no território brasileiro, a repressão surgiu contra as organizações estudantis, através da Polícia, do Exército e dos Comandos de Caça aos Comunistas - CCC.

A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, às lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela “infiltração comunista” que o corpo docente. Rodrigo Motta (2014), assimila que, a repressão mais aguda contra estudantes ficou simbolizada no episódio de depredação e incêndio, “na tarde do dia 1º de abril de 1964, no Rio de Janeiro, do prédio da União Nacional dos Estudantes - UNE, objeto de ódio dos grupos de direitas e fonte de preocupação constante dos governos militares, que acabaram por proibir seu funcionamento” (Motta, 2014, p. 30).

Motta (2014) expõe que, o número de estudantes presos foi bem superior ao de professores, e suas entidades sofreram intervenção por todo o país. Assim, para realizar a “limpeza” dos órgãos estudantis, o poder militar nomeou interventores em vários estados brasileiros, em geral, estudantes “democratas”, isto é, alinhados à nova ordem estabelecida. Vários estudantes foram expulsos da universidade e outros tantos abandonaram os estudos para fugir à repressão ou para dedicar-se inteiramente às atividades políticas. Contudo, alguns universitários só concluíram a graduação no exílio ou depois da abertura política.

Um dos episódios mais conhecidos de exclusão de estudantes ocorreu na Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi da UB, que atraía o rancor dos grupos conservadores pela força de militância da esquerda estudantil nos anos anteriores. A FNFfi era o maior baluarte dos comunistas nos meios universitários, por isso dificilmente sairia incólume do processo de expurgo. Dezenove estudantes foram excluídos da faculdade, acusados de infração aos regulamentos da instituição em atividades políticas realizadas no período pré-golpe (Motta, 2014, p. 31).

Além de expulsões e prisões, o poder “revolucionário” manifestou-se de outra forma marcante nas universidades, em decorrência das invasões e aos choques que aconteceram no momento do golpe. Na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP, também era bastante visada pelas forças da ordem, teve conflitos e quebradeira quando o Departamento de Ordem Política Social - DOPS invadiu o local. Nesse local, os policiais arrombaram portas a pontapés, interromperam aulas para prender estudantes, rasgaram papéis e empastelaram os equipamentos gráficos do grêmio estudantil.

Em relação à invasão de universidades no ano de 1964, a situação mais dramática foi a da Universidade de Brasília - UNB, onde o campus foi transformado em cenário de guerra, com ocupação por tropas da Polícia Militar - PM mineira e do Exército, de armas em punho. Muitos professores e estudantes foram presos, embora alguns dos mais procurados já tivessem se evadido, pois parte deles logo foi liberado, enquanto outros continuaram detidos por mais tempo, em instalações militares, submetidos a interrogatórios e humilhações. No qual, “os receios que a UNB gerava deviam-se, em parte, à ousadia e à audácia do seu projeto, pois fora planejada pra servir de ponta de lança para a reforma das universidades brasileiras” (Motta, 2014, p. 32).

Na maioria das universidades, as aulas foram suspensas em virtude das operações policial-militares. No entanto, aproximadamente duas semanas após o golpe, quando a poeira começou a baixar, as aulas foram retomadas sem que se soubesse quem estaria presente, quem ainda estava preso ou quem estava em fuga. Nesse período, centenas de professores e estudantes foram envolvidos em diferentes Inquéritos Policiais Militares - IPM's. Assim, nas universidades, as comissões de sindicância também tiveram impacto significativo, resultando em demissões efetivas.

O IPM não foi uma invenção dos golpistas. Tratava-se de procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das instituições militares e também na Lei de Segurança em vigor. A novidade em 1964 foi usar de maneira generalizada esse recurso previsto para investigar esporádicos crimes militares políticos. Nos dias iniciais da Operação Limpeza, alguém no “Comando Supremo da Revolução” teve a ideia de estabelecer um IPM para investigar os “crimes políticos” (Motta, 2014, p. 49).

Calcula-se que somente no ano de 1964, aproximadamente 760 Inquéritos Policiais Militares foram instaurados em todo o Brasil. No entanto, esses inquéritos deveriam se limitar a conduzir investigações e encaminhar suas conclusões ao Judiciário, a quem caberia julgar e estabelecer as penalidades para os condenados. Os oficiais responsáveis pela condução dos Inquéritos Policiais Militares não tinham o poder de condenar, embora ocasionalmente pudessem prender temporariamente para fins de investigações. Entretanto, “trocando em miúdos, eles não tinham instrumentos legais para demitir ou condenar ninguém, mas tiveram poder suficiente para amedrontar e coagir, causando muito aborrecimento e provocando várias crises políticas no governo (Motta, 2014, p. 49-50).

Partindo disso, é necessário enfatizar que a relação do governo Castello Branco com os militares da linha dura foi tensa. Esses militares o criticavam por excesso de moderação e, em algumas ocasiões, o acusavam de cumplicidade com o inimigo. Assim, em certos momentos, o presidente puniu alguns desses oficiais com prisões, transferência e até o afastamento dos mesmos no serviço ativo. Por isso, ele se viu obrigado a ceder também, promoveu alguns expurgos demandados pela linha dura, como “a intervenção em Goiás e o afastamento de Adhemar de Barros do governo de São Paulo, sob suspeita de corrupção” (Motta, 2014, p. 50).

Mas no final de 1964, a maioria dos inquéritos foi encerrada e os resultados foram enviados ao Poder Judiciário. Alguns continuaram funcionando em 1965, enquanto novos processos seriam abertos nos próximos anos, particularmente em 1968. As comissões de inquérito ou de sindicância conduzidas pelas instituições universitárias causaram tanto ou até mais prejuízo do que os Inquéritos Policiais Militares. Ao compreender a memória em sua circulação e construção, percebemos que ela vai além de uma perspectiva do passado. Ela ultrapassa a conservação de fragmentos memorialísticos de grupos sociais. Ou seja,

as transições de contextos históricos paradoxais, como no caso da ditadura e democracia são acompanhadas por complexas operações de reconstrução da memória como objetivo de recuperar as marcas traumáticas, as fissuras deixadas no tecido social e nas instituições. Essa operação é marcada tanto pelo reavivamento quanto pelo esquecimento de muitos fatos que envolvem atores sociais e políticos que disputam a hegemonia desse processo. O passado traumático é reiterado por versões que não são permanentes nem inquestionáveis, pelo contrário, são (re) construídas a partir de questionamentos e interesses típicos de uma época. A memória produz sentidos e é também alvo de disputas de diferentes grupos e torno dos seus significados (Bezerra, 2019, p. 157-158)

A memória é colocada como uma projeção de futuro e, sobretudo, como um processo consonante ao esquecimento. Por conseguinte, preservar determinada memória é suprimir outras memórias, de modo que a manutenção e o apagamento estão interligados no mesmo contexto social da mente humana a respeito de uma memória vivenciada.

No período de repressão, os estudantes foram a categoria social mais visada e atingida. Uma das táticas utilizadas pela ditadura contra os estudantes foi a “Lei Suplicy” de Lacerda, que extinguiu e proibiu a União Nacional dos Estudantes e as demais organizações estudantis, substituindo-as pelo Diretório Nacional de Estudantes. Apesar da intenção de suprimir a atuação estudantil, a União Nacional dos Estudantes continuou ativa, mesmo após ser declarada ilegal, durante o período de 1964 a 1968. Durante esse tempo, a organização realizou congressos e liderou manifestações de oposição ao governo. Segundo Vladimir Palmeira,

“começamos a ter um movimento estudantil mais forte em 1966, (...) onde tivemos alguns atos aventureiros como, por exemplo, a ocupação da Faculdade de Medicina (...). Nós fazíamos muita agitação de improviso – comício relâmpago, como a gente chamava. Isso era a arma da gente ou, então, grandes manifestações de massa quando fosse possível” (Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do rio de janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2011) (p. 20).⁵¹

Essa “Lei Suplicy” vedava aos estudantes a participação em questões políticas e lhes suprimia a liberdade organizativa, além de enquadrar o movimento estudantil em uma estrutura organizativa dependente das reitorias e do Ministério da Educação. De acordo com Bruno Cunha (2001), a guerra entre o movimento estudantil e o governo dos generais estava decretada, no qual, “a Lei Suplicy visava enquadrar o movimento estudantil em uma estrutura organizativa dependente das reitorias e do Ministério da Educação. A entidade máxima nacional a ser criada era uma diretoria nacional dos estudantes” (Cunha, 2001, p. 57).

Mas aceitar seria concordar com o estabelecimento da dependência do movimento estudantil pelo Ministério da Educação. Isso significaria também sepultar a

⁵¹ Depoimento de Vladimir Palmeira. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013.

atividade estudantil independente, que uma rica tradição de combatividade tanto afirmou a União Nacional dos Estudantes. Ou seja,

o Decreto número 56.241 regulamentou a Lei Suplicy. O Congresso da Une realizado logo após a divulgação do decreto aprovou o repúdio a lei e o boicote as eleições por ela regulamentadas. A decisão desse ponto não foi, entretanto, unânime e marcou o início do afastamento político entre a AP e o PCB e de sua aproximação política com o PC do B. A orientação do PCB terminava facilitando a participação nas eleições convocadas pela Lei Suplicy. A AP, o PC do B, outras organizações e o pessoal independente defenderam a posição de boicote, vitoriosa por fim (Cunha, 2001, p. 57).

Isso dificultou a retomada dos trabalhadores da Ação Popular nas frentes operárias, camponesas e em outras camadas da pequena burguesia. Muitos trabalhadores mudaram-se, com receio do governo atual, fugindo da repressão, em busca de trabalho local onde não fossem conhecidos. Pois “o movimento militar foi analisado como um duro revés para as massas populares brasileiras e como uma derrota do reformismo no Brasil” (Cunha, 2001, p. 58).

A partir disso, compreende-se que o movimento estudantil foi uma bandeira de enfrentamento importante. Para tanto, a maioria dos profissionais da educação e dos estudantes formaram frentes de oposição ao governo e foram às ruas durante o período do regime civil-militar como forma de mostrar o descontentamento com o regime, tendo seus interesses como bandeira, mas também lutando contra as restrições de liberdade e a repressão.

Entende-se que o movimento estudantil se organizava a partir das reivindicações que possibilitavam uma relação dos estudantes com os problemas da sociedade, permitindo, dessa forma, a radicalização como componente necessário do comportamento do jovem que se envolvia na luta pela transformação da ordem vigente. Em algumas capitais, houve uma grande movimentação estudantil.

Belo Horizonte e São Paulo (Meridional - Via Telex) - A Faculdade de Direito continuava cercada, ontem à noite, por forças policiais e dezenas de estudantes mantinham-se refugiados no interior do edifício. O Reitor Aluísio Pimenta⁵² e professores da escola continuavam, por outro lado, em seus esforços procurando uma solução que atenda aos universitários e às

⁵² Aluísio Pimenta nasceu no dia 09 de agosto de 1923, em Peçanha, Minas Gerais, faleceu no dia 09 de maio de 2016, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Foi um farmacêutico, educador, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e político brasileiro. Disponível em: <https://www.ufmg.br/90anos/aluisio-pimenta-reitor-em-defesa-da-autonomia-da-pesquisa-e-da-assistencia/>. Acesso em: 09/06/2023.

autoridades policiais mineiras. A polícia mantinha-se irredutível em seu propósito de não permitir a anunciada passeata, ainda que em silêncio, enquanto os estudantes mineiros a reivindicam, a mesmo tempo em que se negavam a abandonar o prédio. Em São Paulo a polícia surpreendeu ao utilizar a tática pacífica, limitando-se a acompanhar a passeata promovida pelos estudantes de Direito e engrossada pelos acadêmicos de Filosofia e Arquitetura. O trânsito ficou totalmente interrompido com a manifestação, que teve o seguinte trajeto: rua Direita, Praça do Patriarca, Rua Libero Badaró e Largo de São Francisco. [...] Os universitário reunidos em Assembleia Geral ratificaram a decisão de decretar greve por 24 horas, em solidariedade aos seus colegas do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. [...] As ruas vizinhas ao prédio da Faculdade de Direito continuavam fortemente policiadas. O dispositivo de segurança era integrado por forças da Polícia Militar, Guarda Civil e investigadores do Departamento de Vigilância Social (Folha de Goiáz, Goiânia, 17/09/1966, p. 2).

A análise desta matéria evidencia a atuação pacífica dos jovens universitários que não queriam abandonar o prédio da universidade, justificando sua lutar por soluções que atendessem às suas demandas curriculares dentro do espaço acadêmico. Nota-se que "policiais da DOPS acompanharam discretamente a passeata, causando perplexidade entre os próprios estudantes" (Folha de Goiáz, Goiânia, 17/09/1966, p. 2). Ou seja, os militares enfrentavam diretamente os militantes de maneira repressiva, mas dessa vez eles apenas observaram as manifestações. É relevante enfatizar que havia opressão e agressão por parte dos militares, e o fato de não ocorrer isso dessa vez surpreendeu os estudantes.

No entanto, a luta dos universitários continuou no ano seguinte. Em 13 de maio de 1967, o *Jornal do Brasil* noticiou os espancamentos no Rio Grande do Sul, resultando em uma greve geral. Os estudantes das capitais de Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte estavam revoltados com os espancamentos sofridos na véspera, quando promoveram uma “passeata para protestar contra a expulsão de um colega, a suspensão de outros e a cobrança de anuidades, os alunos de quase todas as Faculdades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul deflagraram hoje uma greve de grandes proporções” (Jornal do Brasil, 1967, p. 7). Na imagem a seguir, podemos observar o ocorrido:

Imagem 4- Perseguidos por cassetetes até mesmo na Catedral, os estudantes gaúchos, ao sair, decretam a greve geral.



Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13/05/1967, 1º Cad., p. 7.⁵³

Essa violência aplicada pela Brigada Gaúcha sobre os estudantes, no interior da Catedral Metropolitana, durante o ano de 1967, resultou na Câmara Federal, discursos de protesto dos Deputados Aldo Fagundes⁵⁴ e Caruso da Rocha⁵⁵, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Conforme eles, “o diálogo que o Governo queria manter com os estudantes era o de cassetete” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1967, p. 7). Sendo que, “o estudante de Jornalismo Jorge Batista interrompeu ontem as solenidades de sua posse na Presidência do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais para convidar todos os presentes- inclusive o Reitor da - UFMG)” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1967, p. 7). Esse estudante convidou todos os presentes “a

⁵³ Disponível em: Hemeroteca Digital-

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Movimento%20estudantil%20goias%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=99424. Acesso em: 09/02/2024.

⁵⁴ Aldo da Silva Fagundes, nasceu em Alegrete- RS, no dia 27 de maio de 1931 e, faleceu em 6 de dezembro de 2020. Foi professor, advogado e político brasileiro, ex-membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Pelo Rio Grande do Sul, foi deputado federal durante quatro mandatos e deputado estadual, além de vice-prefeito de Alegrete. Além de ter sido o primeiro ministro civil eleito presidente da corte Superior da Justiça Militar, escolhido pelo Plenário, observando o critério de rodízio para um mandato de dois anos e, presidente do Superior Tribunal Militar durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131639/biografia>. Acesso em: 09/02/2024.

⁵⁵ Otávio Francisco Caruso da Rocha, nasceu em 06 de maio de 1943, em Porto Alegre- RS. Foi deputado federal no Rio Grande do Sul pelo Movimento Democrático Brasileiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131331/biografia>. Acesso em: 09/02/2024.

observar um minuto de silêncio em protesto contra a expulsão e espancamentos de universitários no Rio Grande do Sul” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1967, p. 7). Esses estudantes demonstraram que estavam lutando por justiça e melhoria no ambiente educacional, expondo suas intenções com dessa ação. Infelizmente, foram perseguidos e agredidos de maneira violenta.

O ano de 1968 no Brasil foi marcado por manifestações estudantis que expressavam uma série de demandas e contestações. Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti (2007) evidenciam que, por um lado, reivindicavam melhorias no sistema educacional, incluindo ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e proporcionasse maior participação estudantil nas decisões acadêmicas, além de mais investimentos em pesquisas para resolver os problemas sociais e econômicos do país.

Por outro lado, os estudantes também protestavam contra a ditadura civil-militar vigente e as restrições às liberdades democráticas. Nesse período, “a maioria dos universitários estudava em escolas públicas e o acesso ao ensino superior era bem mais restrito que nos dias de hoje, havendo uma demanda muito maior que a oferta de vagas” (Antunes; Ridenti, 2007, p. 80).

Essas manifestações estudantis foram parte de um movimento mais amplo de contestação ao regime autoritário, representando uma importante resistência civil contra as políticas repressivas e a falta de liberdade política e de expressão. O ano de 1968 tornou-se um marco na história do Brasil, simbolizando tanto a luta por direitos sociais e educacionais quanto a busca pela democratização do país.

O primeiro grande conflito de rua em 1968, de acordo com Carolina Nunes (2019), ocorreu durante uma manifestação realizada no dia 28 de março de 1968 em frente ao Restaurante Central dos Estudantes no Rio de Janeiro, também chamado de *Calabouço* por ter abrigado escravos durante o Império. A Polícia Militar interveio de forma violenta, resultando na morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto⁵⁶, atingido fatalmente por um “tiro à queima roupa”. Em suma, essa “manifestação tinha o objetivo de protestar contra a má qualidade da comida servida no

⁵⁶ Edson Luís de Lima Souto, nasceu no dia 24 de fevereiro de 1950, em Belém. Estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968, durante uma manifestação estudantil. Tinha 18 anos e era um dos 300 estudantes que jantavam no local. Disponível em: <https://memoriadaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-luis-de-lima-souto/>. Acesso em: 09/06/2023.

Restaurante Calabouço” (O Popular, 29/03/1968). Este trágico acontecimento desencadeou uma série de protestos em todo o Brasil, liderados pelo movimento estudantil que clamava por justiça, democracia e melhores condições de vida e educação.

Imagem 5- Enterro do estudante Edson Luís



Fonte: Nunes (2019). Arquivo Nacional.

As passeatas de protestos se disseminaram por todo o país após o Massacre do *Calabouço*, em diversas cidades, incluindo Goiânia. Conforme Antunes e Ridenti (2007), nos meses subsequentes, abril e maio, ocorreram novas manifestações públicas, porém, os estudantes, de modo geral, buscaram recuperar as suas forças recolhendo-se para o interior das instituições. Na capital de Goiânia,

logo após terem tomado conhecimento dos episódios do Rio de Janeiro, foi convocada no DCE/UFG uma reunião para a noite do dia 29 de março, a qual compareceram os Presidentes da Diretórios Acadêmicos e dos Grêmios IE, do Liceu e outros quando então foi constituída a Comissão Central dos

Estudantes, que se encarregaria da coordenação das manifestações a serem realizadas em Goiânia (Arquivos Revelados, 2016, p. 615).⁵⁷

Diante disso, o fenômeno do maio de 1968 não se resumiu apenas a uma soma de revoltas e insatisfações nacionais fragmentadas. As revoltas desencadeadas por esse evento expressaram, de forma difusa, o surgimento do descompasso entre a crescente intensificação da internacionalização do capital, com seus múltiplos efeitos sociais, e o esforço para manter contidas lutas sociais em âmbito nacional.

Além disso, as proporções da revolta de maio de 1968 surpreenderam os partidos de esquerda, principalmente o Partido Comunista Francês - PCF, que errou em suas previsões em relação à situação e simplesmente acompanhou os acontecimentos. Para Reis Filho (2008), estes partidos não lideraram o movimento, e o preço por esses erros de cálculo foi serem considerados culpados pela derrota. Pois “os líderes do movimento de 1968 haviam tido uma relação com os partidos tradicionais de esquerda, socialistas ou comunistas e tinham rompido e sido expulsos destes por discordarem das suas formas de ação” (Marques, 2011, p. 89).

No mês de junho, o movimento estudantil voltou a tomar as ruas, atingindo seu ápice em todo o país. Houve ocupações de universidades, greves e passeatas. Em 19 de junho, no Rio de Janeiro, mais de cem pessoas foram presas após sete horas de enfrentamento nas ruas. No dia 21, as cenas se repetiram, ainda mais intensas, com quatro mortos, dezenas de feridos e centenas de presos em uma sexta-feira sangrenta. Logo,

no dia 22, ocorreu a primeira de uma série de ocupações de escolas pelo país afora, na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, logo seguida pela Faculdade de Filosofia. Sucediavam-se protestos, manifestações, ocupações e passeatas também em Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, João Pessoa, Florianópolis, Natal, Belém, Vitória, São Luís e outros centros universitários (Ridenti, 2002, p. 151).

Os estudantes, entre os anos de 1966 e 1968, realizaram inúmeras passeatas e manifestações políticas em várias cidades do país, levantando a bandeira “Abaixo a ditadura militar”, parte dessas atividades foi a “Passeata dos Cem Mil”, realizada em junho de 1968 no Rio de Janeiro, foi um dos marcos desse momento” (Araujo; Silva; Santos, 2013, p. 19).

⁵⁷ No tópico seguinte, os estudantes se mobilizaram na Praça dos Bandeirantes na capital de Goiânia, em protesto contra a morte de Edson Luís.

Nessas passeatas havia a participação de estudantes, intelectuais, religiosos, artistas e populares foram às ruas para protestar contra a ditadura e a repressão policial às manifestações. Contudo, o governo não reprimiu a passeata conforme a pressão da opinião pública.

Uma comissão ampla foi indicada para iniciar um diálogo com o governo, sem sucesso. Um impasse estava colocado ao movimento estudantil: as autoridades não faziam concessões e intensificavam a repressão. Enquanto isso, vários atentados terroristas eram praticados por uma organização paramilitar de extrema-direita, o Comando de Caça aos Comunistas - CCC, composto por estudantes e policiais de direita, financiados por grandes grupos capitalistas e com claro apoio da ditadura militar. (Antunes; Ridenti, 2007, p. 82).

A repressão intensificou-se, atingindo também as lideranças do movimento estudantil. Havia uma diferença entre os estudantes, visto que tinha os que entraram para o movimento estudantil para fazer carreira política e melhorar suas próprias vidas, enquanto outros o faziam com o intuito de lutar por causas sociais. Neste sentido, a resistência dos estudantes frente a esse regime militar pode ser analisada como um processo sociocultural que envolve a consciência de resistir. Em 1968, os jovens integrantes dos movimentos estudantis não podiam mais realizar seus protestos e manifestações nas ruas. Somente em 1974, que as greves como forma de luta nas universidades para reivindicações estudantis foram novamente decretadas nas faculdades de São Paulo, São Carlos, Campinas e Porto Alegre. Todavia, apesar da repressão, houve mobilizações dos estudantes nas ruas.

Um dos objetivos da união foi promover movimentos sociais, políticos e de cooperação com outras entidades organizadas de maneira coletiva no país. Além disso, eram contra os abusos cometidos com a população, a universidade, a inflação e não aceitavam a violação dos direitos. A Constituição Brasileira defendia o ensino público de qualidade gratuito e a democracia.

2.2- A capital goiana como palco de manifestações e protestos no período ditatorial

Cunha (2001) afirma que foi a partir do movimento universitário, incluindo principalmente os estudantes da Universidade Federal de Goiás, que a ação popular começou a reorganizar seus trabalhos de massa após o golpe de 1º de abril de 1964. A

ditadura não apresentou, de imediato, uma política geral para a Universidade brasileira, mas sua linha de conduta foi a repressão pura e simples à organização e mobilização dos estudantes. Os professores também foram perseguidos, seus magistérios postos em suspeição. Sendo assim, a ação popular procurou defender junto ao movimento estudantil a necessidade de resistir a todo esse processo drástico e obscurantista.

Mesmo antes do golpe civil-militar, a repressão contra os estudantes foi realizada de maneira violenta pelos Estados de Federação, como está exposto nesse livro de relatos da referida época. No entanto, havia uma diferença entre essas duas épocas. O que ocorreu após o ano de 1964 foi que “a criminalização a esses movimentos se fez de tal forma que, os que fossem presos em manifestações eram processados, sofriam torturas e condenados pela justiça militar, sob a acusação de serem agitadores, subversivos e comunistas” (Arquivos Revelados, 2016, p. 561).

Durante o período de 1964 até 1968, a capital de Goiânia foi marcada por situações de medo e perseguições. Intervenções ocorreram, provocando situações extremamente dramáticas. Funcionários eram demitidos e presos sem qualquer justificativa. Os estudantes, inclusive menores de idade, eram detidos e ficavam incomunicáveis. Inquéritos militares foram abertos envolvendo os estudantes, professores e intelectuais.

Em 1964, todos os estudantes que compunham a diretoria da União Goiana dos Estudantes Secundários - UGES foram perseguidos,

o que levou ao abandono da sua sede e, até uma semana após o golpe, alguns estudantes ainda permaneceram na entidade. Como consequência, a UGES foi extinta e a sua sede entregue para a CGE. Mais tarde, por meio de documento expedido pelo Goiás, o seu patrimônio foi legalizado em nome dessa nova agremiação estudantil (Arquivos Revelados, 2016, p. 563).

Nessa época, o militante Carlos Alberto Santa Cruz ocupava a presidência da União Goiana dos Estudantes. Segundo ele, essa entidade era uma “poderosa organização do movimento estudantil, com orientação socialista, já que quase todos os membros de sua diretoria pertenciam ao glorioso Partido Comunista Brasileiro - PCB” (Cruz, 2008 apud Salles, 2008, p. 61). Contudo,

entre uma cadeia e outra (ao todo foram nove), eu trabalhei no Seminário Cinco de Março, passando pela Rádio Riviera e Televisão Anhanguera. Com a extinção dos partidos políticos pela ditadura militar

e imposição das instituições do bipartidarismo, eu exerci durante muito tempo dupla militância partidária – no MDB e PCB. Essa dupla militância não era aberta, pois o Partido Comunista estava na clandestinidade e a direção do MDB estadual era extremamente conservadora para conviver com os comunistas (Cruz, 2008 apud Salles, 2008, p. 61).⁵⁸

A partir de 1965, além da intervenção no processo eleitoral, a política em relação aos movimentos sociais, como associações de trabalhadores, sindicatos e movimentos estudantis, mostrou-se constante. Conforme Camila Silva (2022), como resultado de um sistema organizado de repressão e eliminação de indivíduos e grupos que faziam oposição ao regime, dirigentes da União Brasileira de Estudantes Secundaristas foram presos. Ao mesmo tempo, com o Golpe militar, entre os movimentos sociais mais importantes do período, o de Trombas e Formoso⁵⁹ foi o mais aguerrido, provocando uma intensa repercussão nacional. No entanto, a partir das vitórias conquistadas por esses camponeses, houve um retrocesso: títulos de propriedades foram revogados, e seus líderes entraram para a clandestinidade, não tardando a serem localizados e presos. Assim, o espaço principal para obtenção dos depoimentos dos presos políticos e aplicação de torturas era o 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia. Essa resistência ao regime ditatorial estava associada, principalmente, às organizações de esquerda, tanto no meio rural quanto nas zonas urbanas.

⁵⁸ Depoimento de Carlos Alberto Santa Cruz. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008. 182 p. il.

⁵⁹ Na primeira metade da década de 1950, percebeu-se uma intensa procura pela titulação de terras ao norte do estado de Goiás e também na Zona do Alto Tocantins (região onde estava localizado Trombas). Isso está relacionado ao impacto que surtiu a construção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG ou Colônia de Ceres e de rodovias em uma região marcada por grande quantidade de terras sem proprietários. Assim, “a alta presença de ocupantes nessa região, se não indica explicitamente a existência de terras devolutas, indica que grande número de lavradores trabalhava em terras alheias, sem qualquer garantia jurídica” (Maia, 2008, p. 132-133 apud Silva, 2022, p. 27). Inicialmente, a resistência dos camponeses limitou-se ao espontaneísmo e ações pelas vias legais, em busca da legalização da posse das terras ocupadas. Rapidamente, os lavradores passaram a reagir em defesa de suas posses contra a ação de fazendeiros e grileiros, contando com a orientação e apoio do Partido Comunista Brasileiro. Em abril de 1955, irrompeu o primeiro conflito armado entre camponeses e milícias a serviço dos latifundiários (Borges, 2000, p. 148 apud Silva, 2022, p. 32). Os posseiros saíram vitoriosos, tendo a região ficado sob o controle dos pequenos produtores, no qual, haviam desenvolvido uma espécie de “autogestão da região libertada”. Criaram eficiente sistema de autofinanciamento, de atendimento médico-hospitalar, de promoção do lazer e defesa da região, além de terem se engajado em apoio a associações vizinhas, tendo por objetivo o fortalecimento da luta pela posse da terra no sentido amplo. Tudo isso foi desmantelado, com o golpe militar de 1964, quando a área foi invadida, de forma violenta, pela polícia militar e pelo exército (Borges, 2000, p. 148; Pessoa, 1999, p. 59 apud Silva, 2022, p. 32).

Cristiano Arrais (2016, p. 112 apud Silva, 2022, p. 61) afirma que, além dos movimentos de orientação socialista, de caráter militarista ou pacífico, as instituições que antes forneceram apoio ao golpe militar, foram afetadas pela repressão política imposta pelo regime. Um exemplo é a Igreja Católica, que, tendo à frente o arcebispo Dom Fernando, teve corroída sua relação com os militantes, a partir de abril de 1968, quando os policiais à paisana atiraram em estudantes que se refugiavam na Catedral de Goiânia.

Conforme Silva (2022), a Juventude Universitária Católica - JUC⁶⁰ foi criada oficialmente em 1950, na Semana Interamericana Juventude Estudantil Católica – JEC, e a Juventude Universitária Católica, ano no qual o movimento passou a ser nacional, dentro da Ação Católica Brasileira - ACB, passando a funcionar nas principais capitais e cidades do país, por exemplo, em Goiânia. Esses grupos de jovens da Ação Católica Brasileira organizavam-se hierarquicamente em Equipe Nacional e Equipes Regionais, compostas por dirigentes e participantes leigos orientados por padres. No começo da década de 1960, a equipe de Belo Horizonte passou a dirigir o organismo, ao mesmo fazendo parte da Regional Centro-Oeste, da qual a Equipe de Goiânia fazia parte.

A JEC (Juventude Estudantil Católica) igualmente foi um movimento muito expressivo no estado de Goiás. Gilberto Franco Teixeira⁶¹ (2015), que já tinha participação no movimento estudantil secundarista do estado e acompanhou o processo do nascimento da UGES (União Goiana dos Estudantes Secundaristas), mesmo depois de ter concluído o ensino secundário ingressou na JEC a convite de um colega. De início resistiu um pouco, mas logo percebeu que não era apenas um movimento de igreja, mas também de engajamento político. Assim como a JUC, o movimento viria a eleger as presidências da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), entidade máxima dos estudantes secundários no Brasil (Silva, 2022, p. 170).

⁶⁰ A Juventude Universitária Católica foi uma associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia episcopal, em 1950, como setor especializado da Ação Católica Brasileira. Tinha por objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Foi extinta entre os anos de 1966 e 1968, tendo a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em relação aos movimentos leigos da Igreja, provocado o esvaziamento da ACB (Silva, 2022, p. 169).

⁶¹ Gilberto Franco Teixeira participou da Juventude Estudantil Católica, em Goiânia, e, quando entrou para a Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Goiás, tornou-se presidente do Centro Acadêmico Onze de Maio. Foi dirigente seccional e regional da Ação Popular - AP, também chefe da delegação regional da União Nacional dos Estudantes. Entrou para a Ação Popular em 1963 e desvinculou-se em 1969, devido a ter sido preso em Alagoas, quando participava da política de integração na produção. É anistiado político (Silva, 2022, p. 170).

Naquele período, chegou a Goiânia um padre chamado José Pereira de Maria⁶², que desempenhou um importante trabalho social, inclusive entre os sem-terra. Silva (2022) mostra que, o então Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando, percebendo a simpatia e a ligação que ele tinha com os jovens, nomeou-o como seu assessor e orientador da Juventude Estudantil Católica e da Juventude Universitária Católica.

A partir de então, de acordo com a relação com o Padre Pereira, que era tido como progressista, os estudantes da época tinham Dom Fernando como reacionário e direitista⁶³, pois dizia que os estudantes da Ação Católica Brasileira eram comunistas e o Padre Pereira os defendia. Na verdade, a orientação de Dom Fernando era essencialmente fundamentada na Doutrina Social da Igreja, que, conforme Norberto Bobbio enunciava-se pelos “princípios da sociologia cristã, tendente a fundar uma ordem social baseada na renovação dos espíritos e na subordinação da economia à moral cristã” (Bobbio, 1986, p. 382 apud Silva, 2022, p. 172).

As críticas ao regime militar se intensificaram ao longo dos anos. A partir de 1970, a Igreja brasileira mudou progressivamente seu posicionamento, criando órgãos em defesa dos direitos humanos, como as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Essa mudança de comportamento culminou na intensificação dos conflitos entre a Igreja Católica e o Regime Militar, principalmente no que se refere às questões associadas à disputa pela terra no norte do estado.

Neste contexto, ocorreram greves em todo o país. No estado de Goiás, professores e operários da construção civil reforçaram as ondas de manifestações que ressurgiam pelo país. Isso marcou o início do processo de distensão política *lenta e gradual*. Entretanto, a redemocratização do sistema não aconteceu sem antes o aparato repressivo do regime realizar um verdadeiro saneamento entre a sociedade brasileira, principalmente nas esquerdas brasileiras, mesmo as pacíficas como o PCB. No entanto, “os *porões* da ditadura, em Goiás, em nada deixaram a desejar em relação aos demais estados brasileiros, deixando em seu rastro, dezenas de mortos e desaparecidos políticos” (Silva, 2022, p. 62).

⁶² José Pereira de Maria, mais conhecido como Padre Pereira, é ex-reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO. Teve profunda ligação com as universidades goianas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás, desde sua criação. Na década de 1960, o Padre Pereira era vigário episcopal da Arquidiocese de Goiânia, sendo também orientador dos jovens da Juventude Universitária Católica, em Goiânia (O Popular, 2013 apud Silva, 2022, p. 169).

⁶³ MARIA, Marcos Antônio P. O Padre Pereira. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). Memórias transcritas: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.

A cidade de Goiânia foi marcada por essa efervescência política estudantil, que teve de enfrentar os efeitos dos mecanismos de controle das informações orquestradas pelo governo militar vigente. Assim, “a região de Goiás tem no seu percurso histórico a marca dos movimentos de resistência contra as restrições da liberdade” (Melo 2011, p. 708). Sobre tudo,

a preocupação de todos ontem a noite na cidade foi a anunciada passeata dos estudantes em sinal de protesto e ao mesmo tempo em solidariedade aos estudantes cariocas e paulistas. Com a notícia de que a passeata seria realizada, como medida de resfriamento foram suspensas, em todos os estabelecimentos de ensino da Capital as aulas. Entretanto por medida de segurança, um esquema policial foi posto à rua criando um ambiente de tensão no povo que não gosta muito de ver soldados com fuzis e baionetas desfilando fora de uma parada militar em dias apropriados. Mesmo com todo o esquema, mesmo com as advertências e a nota oficial do Secretário de Segurança Pública, lida na televisão e publicada nos jornais da cidade, mesmo com tudo isso os estudantes saíram à rua com cartazes de protestos. Desde essa hora, a cidade parou. Parou em todos os seus setores operacionais, culminando com o fechamento dos bancos a parte da tarde. E, com a paralização, as ruas se encheram de povo, curioso, em saber os resultados daquela movimentação. O assunto era um só. Saem ou não os estudantes de seu QG para levar o seu protesto ao povo? E saíram. Iniciaram na rua 20 passando pela Catedral em direção ao Museu do estado na Praça Cívica onde fizeram o primeiro agrupamento cantando o Hino da independência. Surge o primeiro contingente militar em passo acelerado e os rapazes e moças se deslocaram em direção ao Liceu de Goiânia, onde novamente se concentraram. E a polícia sempre cercando, procurando evitar que ganhassem o centro da cidade, ou seja, a Praça do Bandeirante (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 3).

Essa manifestação ocorreu no ano de 1966, em sinal de protesto e solidariedade pela população dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Evidencia-se, assim, que havia uma relação forte e evidente entre os movimentos estudantis de todos os estados brasileiros, nos quais lutavam pelas mesmas intencionalidades e direitos, principalmente em prol do fim do período ditatorial.

Destarte, Goiânia foi construída na década de 1930 com a imagem de uma cidade moderna. Seu projeto urbano-arquitetônico prevê espaçamentos e organização de vias urbanas com ruas e avenidas interligadas por praças centralizadas em bairros. O centro de ligação é a Praça Cívica, onde se encontram o Palácio das Esmeraldas (centro do governo estadual), as secretarias estaduais e o Palácio de Campinas (espaço municipal). Vicente (2006) evidencia que as avenidas nascem na Praça Cívica em direção aos bairros, inicialmente denominadas como fazendas. No entanto, o elo entre o

centro, o norte e o noroeste são as avenidas Tocantins e Araguaia, cortadas pela avenida Paranaíba.

Dentre as praças interligadas com à praça Cívica a oeste, encontra-se a Praça Universitária, localizada no bairro Universitário. Nessa praça, situa-se o campus I da Universidade Federal de Goiás. Além disso, a Praça Universitária oferece acesso à Praça Cívica pela Rua 10, que é também conhecida como Avenida Universitária. Pois, “entre essas praças, na rua 10 próximo a praça Cívica, está a Catedral Metropolitana de Goiânia e a Cúria Episcopal do estado, além da organização estudantil e dos poderes clerical e Executiva” (Vicente, 2006, p. 86). Na Praça Cívica, em linha reta em direção à estação ferroviária, surge a Avenida Goiás, que, ao se encontrar com a Anhanguera, forma a Praça dos Bandeirantes.

Goiânia renasceu como símbolo do moderno e da busca pela modernização do estado de Goiás. Isso ocorreu porque teve uma imagem elaborada por políticos no começo do século XX, que foi agregada ao imaginário social da sociedade goiana. Para evidenciar as transformações políticas, econômicas e sociais em Goiás após a década de 1930, criou-se a ideia da expansão da economia capitalista no território brasileiro. Essa expansão explicava os crescimentos regionais com níveis diferenciados de acumulação. Dessa teoria surgiram os termos moderno e atrasado, usados para distinguir os vários polos econômicos. Sobretudo, “as regiões reconhecidas como atrasadas foram incorporadas aos polos economicamente hegemônicos, denominadas áreas periféricas do capital -, onde segundo estudos da época, Goiás se enquadrava” (Vicente, 2006, p. 88).

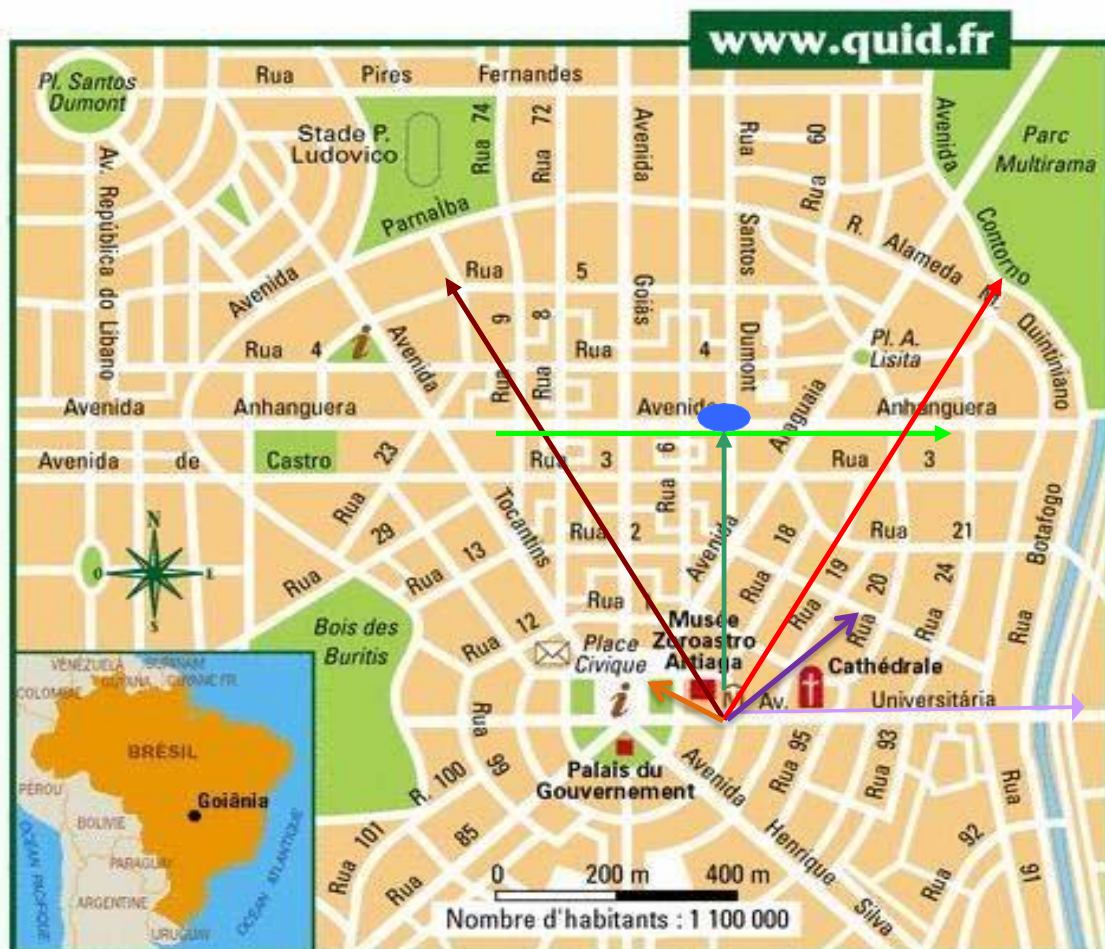
A década de 1960 foi uma época de novas construções na capital de Goiânia, como a criação da universidade pública, além de uma organização espacial no centro da cidade. A Praça Cívica foi um local utilizado por movimentos estudantis como uma maneira de tornar público as suas insatisfações e reivindicações.

Goiânia viveu um dia diferente, com grande movimentação de estudantes, militares e a população de um modo geral. A passeata dos estudantes – que fora proibida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, através de “Nota Oficial” – realizou-se parcialmente, e o número de universitário que dela participou foi relativamente pequeno. Em contrapartida não houve, em Goiás, os espancamentos e prisões em massa como ocorreu em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. A passeata dos estudantes teve início na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, seguindo pela Rua 20 até a Catedral Metropolitana e daí, pela Rua 10, até o prédio do Museu do Estado. Neste local, após a demora de um ou dois minutos, os estudantes se deslocaram, quase correndo em direção ao Colégio Estadual de

Goiânia (antigo Liceu), pela rua 22, pois soldados da Polícia Militar, de baioneta calada, e em passo acelerado, avançaram em direção aos universitários (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 4).

O movimento estudantil usou o poder de representação do centro da capital de Goiânia como um artifício e busca de materialização do que reivindicava. Não estavam realizando as manifestações somente em prol do seu próprio estado, mas reivindicavam e lutavam em favor de outros estados brasileiros. A luta era a mesma, ocorreria na mesma velocidade e em favor dos mesmos direitos sociais. Contudo, o espaço central desempenhou um papel importante na rememoração dos enfrentamentos e protestos dos estudantes secundaristas do Colégio Lyceu de Goiânia e dos jovens universitários da Universidade Federal e Goiás. Nesse contexto, as praças Cívica, Universitária e dos Bandeirantes são reconhecidas nos relatos jornalísticos como locais de organização estudantil, enquanto as ruas 10, 20 e 22 são mencionadas como espaços onde o número de manifestantes nas passeatas era significativo, a ponto de impossibilitar o tráfego e direcionar os sujeitos para a praça Cívica. O mapa a seguir ilustra essa dinâmica:

Mapa 1- Reprodução de mapa exibindo o centro de Goiânia e as avenidas que partem da Praça Cívica rumo aos bairros.



Fonte: Vicente (2006)⁶⁴

- Praça Cívica
- Praça dos Bandeirantes
- Avenida Tocantins
- Avenida Araguaia
- Avenida Goiás
- Avenida Anhangüera
- Rua 10/avenida Universitária
- Rua 20

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/imagens>>

Diversos jovens estudantes em Goiânia foram às ruas em defesa da vida, com o intuito de expressar suas opiniões, organizar-se e construir uma sociedade que desejavam, diferente daquela que os militares pretendiam.

No agrupamento feito no Liceu de Goiânia houve um princípio de tumulto com alguns policiais agredindo estudantes e efetuando a prisão do presidente do Grêmio Félix de Bulhões daquele secundário. As 11 horas as coisas pioraram na Faculdade de Direito da Rua 20, onde os alunos do Centro Acadêmico 11 de Maio se refugiaram colocando inclusive uma “barricada” com cadeiras, mesas e outros objetos nos portões impedindo entrada das forças da Polícia Militar (Folha de Goiáz, Goiânia, 1966, p. 3).

Entretanto, durante o período da Ditadura Civil-Militar, os jovens estudantes que eram contrários ao regime foram silenciados e impedidos de demonstrar a sua posição política de forma plena. Ou seja, eles expressavam suas opiniões por meio de protestos, pichações, passeatas e outras formas de manifestações.

Todo o centro da cidade foi tomado por soldados da Polícia (Civil e Militar). Barreiras de militares foram colocadas no cruzamento da Av. Araguaia com as Ruas Um, Dois e Três, e em todas as ruas que cruzam com a Avenida do Botafogo. Tornou-se, portanto impraticável aos estudantes atingirem o centro da cidade e, quando o tentaram, na confluência da Rua 3 com a Avenida Araguaia, foram barrados pelos policiais, tendo havido algumas pancadas, bombas de efeito moral e muita correria. Houve, então, a dispersão total dos estudantes, sendo o fim da passeata. Posteriormente, ainda na parte da manhã, os estudantes reuniram-se no Colégio Estadual de Goiânia e na Faculdade de Direito da UFG, de onde foram evacuados por soldados da PM. Apesar de ter saído às ruas, em passeatas, um número relativamente pequeno de estudantes, as vias públicas de Goiânia permaneceram durante toda a parte da manhã de ontem e até os primeiros minutos da tarde, repletas de populares e policiais, em constantes movimentações. A área compreendida entre a Avenida Goiás, Avenida Anhanguera, Praça Cívica e Rua 20 ficou vigiada pelos policiais durante todo o tempo, e qualquer aglomeração de populares era dispersada através do avanço das tropas ou da utilização de bombas de efeito moral.

Já ao final do movimento estudantil, os universitários (com infiltração de secundários) reuniram-se na Faculdade de Direito da UFG. Um agente do SNI, Sargento Oliveira, disfarçado de repórter-fotográfico, conseguiu penetrar no meio estudantil, no interior do prédio da faculdade, mas foi descoberto pelos estudantes [...]. Por volta de 12,30 horas de ontem o movimento estudantil chegava ao seu final, na Faculdade de Direito da Rua 20, onde, depois de dialogar demoradamente com o Vice-Reitor da UFG e Diretor da Faculdade, Professor Paulo Torminn Borges⁶⁵, o Coronel Odium

⁶⁵ Paulo Torminn Borges, é mineiro de Sacramento. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1957, concluiu o doutorado em Direito pela a UFG, recebendo a designação de titular de Direito. Foi o idealizador, organizador e coordenador do mestrado de Direito Agrário na Universidade Federal de Goiás. As aulas começaram em 1985, sendo o primeiro mestrado em Direito da Federal. Em 2006, a biblioteca do mestrado da UFG leva seu nome. A instituição também criou a medalha Paulo Torminn Borges de Honra ao Mérito do Magistério. Morreu em Goiânia, no dia 17 de dezembro de 1997, aos 83 anos. Disponível

Barbosa de Albuquerque Lima⁶⁶, permitiu que os estudantes saíssem da Faculdade- que estava cercada por policiais da PM- contanto que fosse de um a um, com o compromisso de não mais reunirem noutra local da cidade.

Antes da evacuação do prédio da Faculdade de Direito aquele local foi completamente isolado pelos soldados da Polícia Militar. Nessa ocasião um estudante atirou uma pedra em direção ao Comandante da PM, por pouco não o atingindo. O Coronel Odim de Albuquerque, quando dialogava com o Professor Paulo Torminn, afirmou a certa altura que se a pedra lhe tivesse atingido, “não saberia o que iria acontecer, podendo ficar bem mais grave o caso”.

A presença do Professor Paulo Torminn na Faculdade de Direito impediu que houvesse um choque entre policiais e estudantes, vez que ele conseguiu convencer os estudantes a saírem do prédio, o que foi feito, um a um, pelo portão principal, sob os olhos vigilantes da polícia. Alguns universitários- em número de 10 aproximadamente - deixaram a Faculdade pelos fundos, usando os telhados das casas vizinhas (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p.4).

Os espaços públicos foram atribuídos em função dos grupos de estudantes e das suas reivindicações, que eram visualizadas pela população, pelos políticos, pelos policiais e pela imprensa. Todo o centro de Goiânia foi ocupado por policiais, cujo objetivo era barrar a atuação política dos estudantes secundarista e dos jovens universitários. Contudo, a busca de autonomia do movimento estudantil passou a ser entendida como um fator de promoção das manifestações estudantis e do espaço da cidade como mecanismo para a realização das manifestações e protestos.

Em 1966, na Universidade Federal de Goiás, houve a atuação de um professor da Faculdade de Direito. Ele, como forma de evitar o choque entre os militares e os estudantes, articulou a saída dos alunos do prédio da faculdade, evitando os ataques. Esses militantes eram moldados pela angústia de sua situação vivenciada. A associação desses fatores levou à radicalização dos estudantes em direção à autonomia política, educacional e social, contrapondo-se à privatização e ao controle ideológico do ensino. Em outras palavras, “essas discordâncias impulsionaram os embates entre estudantes e governo militar, justificados pela busca de autonomia e nacionalismo, assim como pelos posicionamentos cristalizados na seleção e uso dos espaços físicos através de manifestações, passeatas e reivindicações” (Vicente, 2006, p. 98).

Essas manifestações políticas direcionaram à militância dos estudantes e universitários, tornando-os militantes estudantis. O espaço público, por sua vez, revelou-se como local de encontro e construção de memórias, emergindo a partir dos

em:<http://www.acadgo.org.br/ver/paulotorminborges29088#:~:text=Mineiro%20de%20Sacramento.,designa%C3%A7%C3%A3o%20de%20titular%20de%20Direito>. Acesso em: 09/06/2023.

⁶⁶ Odim Barbosa de Albuquerque Lima, foi coronel e ex-comandantes da polícia militar do estado de goiás. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/17398>. Acesso em: 09/06/2023.

interesses moldados durante um período ditatorial. Pois “A polícia efetuou algumas prisões, sendo que quase todos foram postos em liberdade. Até a noite de ontem ainda se encontravam presos, tendo sido ouvidos no DFSP, o estudante [...] Dorival Melo Sobrinho (secundarista)” (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 4). No qual, este estudante fazia parte do movimento estudantil na capital goiana e era estudante do Colégio Estadual de Goiânia.

Incitação à desobediência, à ordem pública e a desordem. Aos 21-setembro-1966, nesta Subdelegacia Regional do DFSP foi apresentado pelo condutor-testemunha, Otacílio Bitencourt de Andrade, natural da Bahia, casado, com 39 anos de idade, 2º Sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás, residente no Setor Pedro Ludovico, ou melhor, no 1º Batalhão da Polícia Militar, preso em flagrante e acusado DORIVAL MELO SOBRINHO, mais conhecido por “DORI”, por iniciar à desobediência a ordem pública e a desordem e ter participação ativa, nos acontecimentos do movimento estudantil, cujo objetivo era fazer realizar a passeata estudantil já proibida pelo Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado. O referido acusado, DORIVAL MELO SOBRINHO, é filho de Benedito Corrêa de Melo e Arteniza Nunes de Melo, brasileiro, natural deste Estado, solteiro, com 21 anos de idade, estudante, cursando o 3º ano clássico do Colégio Estadual de Goiânia, residente à rua 3, nº 6, centro, nesta. No local da ocorrência foram arrecadados faixas e bandeira nacional, descritas no auto de exibição e apreensão. Foi testemunha: Epitácio Souza, natural de Canavieiras, Estado da Bahia, casado, com 31 anos de idade, Cabo da Polícia Militar, servindo no 1º Batalhão, Setor Pedro Ludovico, nesta (Arquivos Revelados, 2016, p. 607).

Compreende-se que o ex-militante, Dorival Melo Sobrinho, foi detido por desobedecer à ordem pública ao liderar uma passeata que havia sido proibida. Essa prisão reflete uma das estratégias adotadas pelos militares para conter e silenciar os militantes, uma vez que, ao identificarem na repressão o seu inimigo, legitimavam o engajamento político de esquerda dos manifestantes. Tanto os policiais quanto os diretores das instituições de ensino eram vistos como inimigos que buscavam controlar e desestabilizar os estudantes na capital goiana.

Ao nomear os “inimigos”, os estudantes definem os pontos a serem atacados. Os inimigos diretos são reconhecidos por eles como quem cristaliza o poder militar e encara a força repressiva do Estado ditatorial. A política do governo militar denota propostas em tudo prejudiciais aos interesses estudantis e, por consequência, aos interesses pessoais dos estudantes. Nessa ótica, são identificados os outros “inimigos”: as políticas educacionais, os decretos e processo contra estudantes envolvidos no movimento organizado; o imperialismo dos EUA; a falta de liberdade de expressão e organização (Vicente, 2006, p. 46).

As imagens construídas sobre os militantes estudantis no decorrer do período ditatorial são carregadas de positividade. Elas “afirmam o papel de defensores, responsáveis e representantes da sociedade; também exprimem uma imagem dos inimigos. Dentre eles, a maioria é inimiga dos estudantes e de suas práticas, porém não da sociedade” (Vicente, 2006, p. 44). A mobilização e a participação estudantil tinham como referência a defesa dos grupos excluídos com base em suas posições sociais, econômicas, culturais, políticas e intelectuais dentro da sociedade. A partir dos relatos, fica evidente que os estudantes eram tanto de classe média baixa quanto alta, e independente de sua posição social e econômica no espaço político, lutavam pelos mesmos objetivos.

Ao analisar a fundação de Goiânia pelo viés econômico, ou seja, como uma etapa do desenvolvimento econômico do estado de Goiás, Matheus Germano (2019) afirma que as perspectivas da cidade estão centradas em um viés político-intelectual ou como um projeto de integração econômica que tinha o interesse na expansão das relações sociais capitalistas. Essa capital emergia como um ponto de transição para o capitalismo em Goiás, sendo a estratégia de poder estabelecida mais com base nos interesses econômicos do que ideológicos. Além disso, Goiânia foi fruto de um projeto que se estendia desde o desenvolvimento econômico do sul do estado e teve sua construção como uma maneira de efetivar uma política direcionada aos interesses econômicos.

O espaço urbano de Goiânia desempenha um papel crucial no processo de mobilização estudantil, viabilizando e contribuindo para o sucesso dos movimentos estudantis em suas lutas contra os adversários. Essas construções de memória, ancoradas em regiões específicas, são consideradas no século XXI como “lugares de memória”, espaços selecionados e vividos pelos significados atribuídos pelos ex-militantes. Diante disso, “Durante a passeata, o Sr. Gonzaga Jaime, Secretário de Segurança Pública, através do microfone da Rádio Clube de Goiânia, fez um apelo aos pais e mães de família no sentido de não permitirem que seus filhos participassem de passeata” (Folha de Goiás, 1966, p. 4).

Nesse contexto, a notícia do jornal *Folha de Goiás*⁶⁷, de 1966, revela que o Secretário de Segurança Pública, Sr. Gonzaga Jaime, apelou aos pais e mães de família

⁶⁷ Um ano após o surgimento do jornal *O Popular*, apareceu em Goiânia o *Folha de Goiás*, criado em 02 de julho de 1939, fundado por Gerson de Castro Costa, este periódico também era um semanário de quatro páginas e que posteriormente se tornou bissemanário, e em 1946 torna-se o primeiro jornal diário

para que não permitissem que seus filhos participassem das passeatas. O objetivo era evitar protestos contra o governo vigente, esperando que todos apoiassem o regime sem manifestações contrárias. As praças e ruas mencionadas evocam a imagem de ambientes que foram palco das ações dos movimentos de resistência. Esses espaços fornecem uma base sólida para os relatos históricos e são testemunhas das lutas e mobilizações da época. De modo que,

as imagens das ações praticadas pelos ex-militantes se exprimem nos jornais de circulação do estado, fazendo surgir questionamentos. A princípio, as memórias são selecionadas e narradas para justificar e positivar a ação estudantil, pois foram vinculadas pela imprensa no passado vivido; ou então são selecionadas pelo caráter da ação dos estudantes, visto que tais espaços eram pré-selecionados em razão de suas características e dos significados que têm para os goianos (Vicente, 2006, p. 90).

O movimento estudantil em Goiânia posicionou-se politicamente nos espaços públicos da cidade. Para Melo (2011), as ruas se apresentaram como um espaço simbólico onde os estudantes poderiam romper o concreto estabelecido pelas forças de manipulação e coerção do Estado. Dessa forma, como se pode observar pelas páginas do jornal *O Popular*⁶⁸ de 1968, as passeatas, comícios relâmpagos e mini passeatas foram organizados e sustentados por reivindicações que se opuseram, primeiramente, à violência policial, depois à política educacional do regime e, posteriormente, à situação de opressão e falta de liberdade.

O jornal *O Popular* do ano de 1968 mostra a prisão de um secundarista do Colégio Professor Pedro Gomes. Isso ocorreu porque estudantes de três escolas secundárias de Goiânia se reuniram em assembleia para deliberar a respeito do protesto que pretendem fazer contra a prisão de um estudante deste colégio, efetuada pelo Departamento de Ordem Política e Social. Assim, houve a

do Estado de Goiás. Esse jornal ainda existe, e atualmente é conhecido como jornal *Folha de Goiás*, no qual, tem até um portal na internet que foi criado em 2013. Contudo, é necessário compreender a importância desses jornais como veículos de comunicação que forneceu espaços para evidenciar questões a respeito do movimento estudantil desses respectivos colégios.

⁶⁸ A primeira edição do jornal *O Popular* chegou às ruas no dia 3 de abril de 1938, sob a direção de Joaquim Câmara Filho, Vicente Rebouças Câmara e Jaime Câmara e, um dos primeiros jornais impressos na nova capital Goiânia. A empresa do ramo gráfico J. Câmara & Cia, criada em dezembro de 1935, foi quem editou seu primeiro exemplar seguindo a prática de jornal semanário de quatro páginas e que, posteriormente, tornou-se bissemanário e mais tarde passou a circular como diário. Presentemente, este jornal está entre os veículos de comunicação mais influentes de Goiás.

concentração de secundaristas em frente ao restaurante universitário para pedir o apoio dos estudantes do ensino superior à programada “passeata monstro”: Os estudantes secundaristas de Goiânia vão realizar às 10 horas de hoje uma concentração em frente ao restaurante universitário, quando tentarão obter o apoio de seus colegas de ensino superior para a passeata de segunda-feira. A manifestação que pretendem realizar naquele dia já conta com a adesão de inúmeros Grêmios de escolas secundárias, a que esperam somar ainda a dos universitários e mães de alunos (O Popular, Goiânia, 1968c).⁶⁹

Então, as principais atividades estudantis estiveram ligadas ao ativismo dos secundaristas, que conseguiram mobilizar o espaço estudantil de forma política. Além disso, os movimentos estudantis contaram com a participação dos universitários e das mães dos estudantes, que protestaram contra a prisão de um estudante desse colégio específico. Melo (2011) demonstra que esse jornal se restringiu a noticiar os eventos gerados pela organização estudantil, através de seus editoriais, “que assimilaram a propaganda ideológica da ditadura militar brasileira e refletiram convicções legitimando, justificando ou defendendo, de alguma forma, as ações do governo autoritário” (Melo, 2011, p. 724).

A imagem a seguir mostra os estudantes aglomerados na Praça dos Bandeirantes, na mobilização contrária à morte de Edson Luís, no Rio de Janeiro.

⁶⁹ Transcrito de: MELO, Carolina Abbadia. *Resistência em Pauta: Movimento Estudantil nas Páginas de O Popular em 1968*. Goiânia, v. 38, n. 4, p. 707-730, out/dez. 2011.

Imagem 6 – Praça dos Bandeirantes tomada por estudantes.



Fonte: Vicente (2006). O Popular, Goiânia, 01/04/1968.

A passeata, “marcada para dia 1º de abril, saiu da Praça Universitária, seguiu em direção à Avenida Anhanguera, passando pela Praça do Botafogo, rumo à Praça do Bandeirante, onde se realizaria um comício” (Arquivos Revelados, 2016, p. 565). Chegando à praça, as lideranças estudantis subiram no palanque, montado para o governo comemorar o aniversário da “Revolução de 64”. Depois de muitos oradores terem se manifestado, a passeata começou seguir para a Avenida Goiás, rumo à Praça Cívica. Logo,

nas imediações da Praça do bandeirante (mais ou menos a 2 quadras de cada lado) ainda havia alguns lotes vazios, o que foi usado para a concentração de tropas. A Polícia Federal, a Civil, os agentes da DOPS e um considerável efetivo da Polícia Militar, comandado pelo Secretário de Segurança Pública, coronel do Exército Pitanga Maia, começou a repressão sob as suas ordens, desconhecendo a presença ilustre do representante da Igreja Católica. O centro de Goiânia virou um “inferno”, o que ocasionou a morte do lavador de carros Ornalino Cândido. Aquele dia terminou com muitas prisões e um total desconhecimento de quem era a pessoa que estava internada, em coma, com um tiro na cabeça, no hospital Santa Luzia (Arquivos Revelados, 2016, p. 565-566).

A imprensa registrou os eventos estudantis em locais significativos para a cidade e sua população, tanto em termos econômicos quanto políticos, como o centro da cidade, que possuía símbolos e significados construídos ao longo da história. Vicente (2006) destaca que o fotojornalismo goiano criou imagens fotográficas que geraram na sociedade opiniões diversas: tanto de apoio quanto de críticas aos estudantes da capital. As praças foram utilizadas pelos estudantes como símbolos do poder do movimento estudantil e como espaços de mobilização para os indivíduos que participavam das manifestações.

Ao convocarem os estudantes a se reunirem nas praças, os líderes estudantis preconizam a imagem messiânica e de vanguarda do movimento, centralizadas no líder estudantil, que pronuncia *slogans*, provoca os inimigos e conclama os estudantes à mobilização. Ao mesmo tempo, usam o espaço público da cidade para externar as propostas do movimento estudantil e evidenciam a publicização da ideologia do movimento, apropriando-se, assim, dos diferentes significados de praças e ruas. As manifestações nas praças podem ser percebidas como o clímax do movimento, que se projetava até a chegada dos policiais, marcada pelo enfrentamento e pela fuga dos estudantes. Em algumas ocasiões, quando “vazava” a informação das manifestações, os policiais esperavam de prontidão pelos estudantes (Vicente, 2006, p. 94).

Diante disso, ele compreende que as praças foram e ainda são reconhecidas como espaços de aglomeração, e as ruas da capital goiana são representadas como locais de passeatas e fugas. No meio estudantil, as passeatas são momentos de enfrentamento, mediados por faixas e cartazes, elaborados com frases apelativas e desafiantes, seguidas de *slogans* e pronunciamentos de curto alcance.

Ao se apoderarem desses espaços, os estudantes constroem uma *autonomia* do movimento estudantil em relação à sociedade. Visualizados pela fotografia dos jornais da década de 1960, esses espaços são recortes de imagens e locais construídos pelos secundaristas e universitários. Ou seja, refletem o uso que fazem do espaço público, conduzindo a ações estudantis e determinando, intencionalmente ou não, a captura de imagens. São esses recortes que apontam os locais a serem priorizados: as praças ou ruas que fariam repercutir as mobilizações. Para Jacy Seixas (2001), eles onstruíam outro mapa da cidade: o da ação (pelos estudantes); o da repressão (elaborado pelos representantes da ditadura militar); e o da rememoração (elaborado pelos ex-militantes no presente em que se recordam), pois é no presente que a memória é atualizada.

Esse novo mapa, de significados diferenciados pelo olhar social e cultural dos

distintos grupos envolvidos (militantes estudantis, representantes da repressão e da sociedade), é atualizado como espaço urbano decodificado e transformado simbolicamente nas memórias dos ex-militantes na década de 1990. Conforme Vicente (2006), ele pode ser comparado com um labirinto de signos produzidos pelo distanciamento entre o real e o imaginário. Nesse contexto, “os ex-militantes se transformam pelo discurso que impetram como sujeitos históricos do processo político em marcha nos anos de 1960 e sobre o qual refletiam no passado vivido e no presente de rememoração” (Vicente, 2006, p. 97).

Os alunos buscavam atingir a repressão, visando evidenciar seus ideais e opiniões sobre o contexto histórico, político, social e, principalmente, educacional em que o espaço escolar estava situado. Embora as fontes não tenham permitido situar de forma mais detalhada as demandas e as bandeiras dos estudantes, os recortes de jornais revelam que o movimento era de enfrentamento e que os colégios foram, de fato, palco de luta.

No ano de 1968, o movimento estudantil atingiu seu ápice, mas, ao mesmo tempo, sofreu uma ruptura devido à forte repressão do regime militar. Esses movimentos de rua aproximaram-se ainda mais da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundários, que eram clandestinas, mas atuantes, colaborando para o crescimento da conscientização política, ainda que seu raio de ação fosse a classe média brasileira.

Porém, o ano de 68 terminou com a edição do ato Institucional nº 5, quando o governo resolveu, de vez, acabar com o pouco que ainda restava de democracia como, por exemplo, o Habeas Corpus. Os grêmios estudantis foram fechados, os centros acadêmicos sofreram brutal perseguição e o Brasil mergulhou mais ainda no autoritarismo (Arquivos Revelados, 2016, p. 566).

Até o final de 1968, havia uma preponderância desse movimento secundarista no estado de Goiás. No entanto, a retomada desse grupo só ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970, principalmente pelos universitários. Vale ressaltar que “a sede da UGES só foi registrada na gestão do prefeito de Goiânia Darci Accorsi⁷⁰ (01/01/1993 e 31/12/1996) e, mesmo assim, nunca mais o movimento estudantil

⁷⁰ Darci Accorsi nasceu no dia 13 de junho de 1945 em Nova Prata, Rio Grande do Sul, e faleceu em 20 de novembro de 2014, em Goiânia, Goiás. Foi um professor, filósofo, prefeito de Goiânia -GO e político brasileiro. Disponível em: <https://secom.ufg.br/p/8153-morre-o-ex-prefeito-de-goiania-darci-accorsi>. Acesso em: 09/06/2023.

secundarista teve o vigor político e o poder de pressão do passado”⁷¹ (Arquivos Revelados, 2016, p. 567).

Para Dias e Melo (2014), em meio ao cenário de ampla movimentação e ação da sociedade civil em 1968, houve a instauração do Ato Institucional nº-5. Esse ato tinha como objetivo a eliminação dos movimentos estudantis e sociais, mas os estudantes não desistiram e, a partir disso, realizaram várias passeatas e protestos que invariavelmente eram reprimidos pelos militares com muita violência.

Os líderes dos movimentos estudantis perceberam que, sozinhos, não tinham condições de vencer a ditadura e, portanto, precisavam unir-se a outros movimentos sociais. Desta maneira, o Movimento Estudantil Goiano deixou um legado para as gerações futuras, ao reivindicar direitos igualitariamente para toda a sociedade brasileira, sem distinção de classe social.

Partindo desse pressuposto, é fundamental reconhecer que a escola, assim como os movimentos de resistências, por si só, não é capaz de promover a transformação da sociedade. No entanto, uma educação crítica e libertadora pode ser um instrumento importante nas mãos das forças transformadoras, contribuindo para a formação de jovens com consciências críticas. Nesse sentido, é essencial adotar uma abordagem educacional renovada que supere a mera reprodução e reforço da exclusão social. Como afirmado por Barbosa (2004, p. 11), “por mais que esteja emperrada pelo poder político, a transformação social se realiza através das pequenas mediações que estão ao alcance real das ações pedagógicas”.

É necessário destacar o envolvimento da juventude universitária nas décadas de 1960 a 1979 com os partidos políticos de ideologia de esquerda e suas estratégias na luta para estabelecer um novo modelo político de desenvolvimento para o país. Assim, a União Nacional dos Estudantes, como qualquer organização social, demandava por recursos e indivíduos engajados capazes de realizar ações. Com o tempo, o movimento

⁷¹ Os secundaristas ressurgiram com a ocupação das escolas públicas em Goiás, ocorridas em 2015 e 2016. Flávio Sofiati, José Elias Marques e João Roberto Ferreira (2021, p. 2) afirma que, “foi uma resposta ao despacho nº 596/2015 (Goiás, 2015), à política do Estado que buscava adotar modelo de gestão das escolas públicas estaduais a partir de parceria por meio de contrato de gestão com entidades privadas, qualificadas como Organizações Sociais de Educação - OSs”. Para os autores, esse movimento de ocupações das escolas pelos jovens secundaristas no Estado de Goiás, devem ser consideradas como um movimento social, “pois estão no centro das relações sociais em que interesses diferentes se fazem presentes no sentido de mudar ou conservar a sociedade contemporânea, em suas diversas dimensões” (Sofiati; Marques; Ferreira, 2021, p. 5). As ocupações das escolas tiveram início em 9 de dezembro de 2015, no Colégio José Carlos de Almeida - JCA, e se estenderam até início de 2016, sendo o JCA a última escola desocupada em 25 de março de 2016. No entanto, outros colégios da capital goiana foram ocupadas, como o Colégio Estadual Professor Pedro Gomes sendo ocupado por 41 dias, enquanto o CEPI- Lyceu de Goiânia foi ocupado por 62 dias, por secundaristas na capital de Goiânia.

estudantil goiano desenvolveu-se e adquiriu características próprias, com ideologia política elaborada, objetivos comuns e também o poder de mobilizar a sociedade.

De acordo com Vicente (2006), os ex- militantes estudantis goianos e a subjetividade dos militantes estudantis são permeados pelas representações de poder, reconhecimento e identidade. A condição de ser estudante é defender uma sociedade que reconhecem como apática frente às determinações políticas do momento, enquanto ser militante é estar incluído em um processo, integrar um grupo em detrimento de outro ou resistir a esse processo mediante uma proposta contrária à imposta.

Para analisar a dimensão da atuação do Movimento Estudantil Goiano em relação à escola e à educação, é necessário enfatizar a sua influência no cenário da política nacional, buscando intervenção nos debates sobre o ensino público. É importante compreender que os estudantes usaram vários meios para denunciar as atrocidades cometidas pelo regime. Quando eram impedidos de se manifestar pela imprensa oficial, recorriam à imprensa alternativa, utilizando cartazes e panfletos. Em linhas gerais, “*ser militante estudantil goiano* significou buscar reconhecimento nacional, inscrever o estado e a região no âmbito da nação através da ação do movimento estudantil e de seus representantes e líderes” (Vicente, 2006, p. 53).

A identidade do movimento social estudantil goiano adquire sentido por meio da linguagem dos sistemas políticos e da relação de poder. Essas identidades são representadas, construídas e marcadas pela diferença, que é o produto da experiência vivida. Tendo em vista que, “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” (Woodward, 2008, p. 10 apud Silva, 2012, p. 35). Compreende-se que “as identidades não se estabelecem imutavelmente, pelo contrário, elas se caracterizam volúveis, pois são construções que se modificam no decorrer da história, subordinadas as próprias pessoas que as constituem” (Silva, 2012, p. 35).

De acordo com Fabricio Silva (2012), outra característica inerente à identidade é a questão da memória: como resgatamos o passado e o adaptamos em relação ao presente, seja no esquecimento ou na lembrança de determinados aspectos. Assim, se a identidade é a territorialização da memória, a última é produzida com base nas experiências cotidianas de uma dada comunidade política. A dimensão da atuação do movimento estudantil goiano marcou sua influência no cenário da política nacional em busca do ensino público, que se deu na tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, promulgada em 1961.

Muller (2010) evidencia que o Conselho da entidade, já em 1970, escolheu a organização de “frentes de vanguarda” por turmas e faculdades como uma forma de ação em nome da resistência do movimento. Visto que um dos importantes meios empregados pelo movimento estudantil como forma de resistência ao regime militar nos “anos de chumbo” estava centrado na luta contra a Política Educacional do Governo - PEG. Os estudantes acreditavam na possibilidade de uma reforma que permitisse a solução dos grandes problemas educacionais.

Deve-se levar em consideração que a defesa do movimento estudantil era por uma escola pública e de qualidade, partindo do princípio que os alunos deveriam ser inseridos como sujeitos da sua própria história. Para tanto, este movimento tem levado para os anseios dos estudantes a luta por uma educação que respeite as diferenças e que possa lutar pela inclusão social. Uma vez que, “o movimento estudantil representa uma solidariedade de representativa ao contrapor a privatização da Educação neste estado” (Duarte, 2018, p. 30).

No ano de 1968, este movimento estudantil atingiu seu ápice, ao mesmo tempo em que sofreu uma ruptura à grande repressão do regime ditatorial. Esses movimentos de rua aproximaram-se da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundários, que eram clandestinas, mas atuantes, contribuindo para o crescimento da conscientização política, mesmo que o objetivo fosse a classe média brasileira. Logo após a promulgação da Lei da Anistia em 1979, “o movimento estudantil, tanto universitário como secundarista, cresce, ocupa espaço e começa ganhar as ruas” (Arquivos Revelados, 2016, p. 567).

Conforme a notícia publicada no Jornal do Brasil em 1979, uma semana após sancionada a Lei da Anistia, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou, em 04 de setembro de 1979, o primeiro processo de presos condenados pela Lei de Segurança Nacional. Assim,

decidindo por unanimidade extinguir as punições impostas a Hamilton Pereira da Silva e Pedro Rocha Filho. Eles foram condenados pelo Superior Estadual Militar por tentarem reorganizar o Partido Comunista no Brasil. O relator do processo foi o próprio Presidente do STF, Ministro Antonio Neder. Hoje o Supremo enviara ao STM os alvarás de soltura para que seja concedida a anistia aos dois presos que em 1968, participaram do movimento estudantil em Goiás (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05/09/1979, p. 1).

As manifestações e os protestos secundários e universitários estudantis tiveram repercussão em vários estados, capitais e cidades do território brasileiro, invadindo os espaços escolares e expressando o desejo dos jovens de melhorias nos aspectos político, cultural, econômico, social e educacional para a sociedade. Esses dois militantes mencionados na notícia do jornal acima são Hamilton Pereira da Silva e Pedro Rocha Bueno. Hamilton Pereira da Silva, conhecido pelo pseudônimo de Pedro Tierra, é um poeta e político brasileiro.

Antes de extinguir as punições impostas a eles, haviam sido indiciados no relatório da Secretária da Segurança Pública, em 18 de outubro de 1972, “brasileiro, solteiro, natural de Porto Nacional- GO, nascido aos 6/7/48, filho de Sabino P. da Silva e Ana Costa Pereira, profissional da subversão, [...] usava os vulgos de “Barroso e Manoel”, e os nomes = falsos de Carlos Antonio Sagrete e Antonio Sagrete” (Relatório do Inq. Pol. n.º. 9/72- 6 Vol.). Em seguida, Pedro Rocha Filho, “vulgo “João e Manuel”, = usava o nome falso de “Paulo Roberto Bueno”, brasileiro, solteiro, natural de Londrina- PR, nascido aos 27/4/1948, filho = de Pedro Rocha e de Ivete Machado Rocha, professor secundário, profissional da MOLIPO [...] (Relatório do Inq. Pol. n.º. 9/72- 6 Vol.).

De acordo com Silva (2022), Hamilton Pereira da Silva, também envolvido no movimento estudantil em Porto Nacional, ocupava um cargo de liderança em uma entidade estudantil local conhecida como Casa do Estudante Norte Goiano - CENOG. Influenciado por ideias revolucionárias e expressando sua criatividade artística, iniciou a formação de um grupo teatral no final dos anos de 1968. O relatório do IPM revela que as peças encenadas, consideradas “subversivas”, eram de autoria dele mesmo e: “faziam um trabalho inicial de doutrinação esquerdista sobre o seu grupo com o empréstimo de livros, romances de fundo social, palestras e a própria encenação onde ele, autor, extravasava suas ideias de esquerda” (Arquivos Revelados, 2016, p. 958).

Como observa Ridenti (1993), o meio cultural sofreu intenção perseguição, tanto através da censura que restringia a liberdade de expressão no campo das ideias e das artes, quanto pela repressão física, manifestada em prisões e torturas. Por diversas razões, muitos artistas se viram obrigados a buscar o exílio. A lista de indivíduos do meio cultural que foram detidos, ameaçados pela polícia e por grupos paramilitares, torturados e exilados é extensa. No entanto, “qualquer crítica ao regime era tomada,

após 1968, como subversiva e comunista, logo, passível de punição”. (Ridenti, 1993, p. 74).

Em março de 1969, devido às denúncias sobre o suposto teor “subversivo” das peças encenadas em Porto Nacional- TO, várias pessoas foram presas, enquanto Hamilton Pereira conseguiu escapar e buscar refúgio na casa de seu irmão em Curitiba-PR, onde posteriormente prestou serviço militar. Como resultado, o grupo teatral se dissolveu. Também em decorrência das peças encenadas, Athos Pereira da Silva e os companheiros da célula do Partido Comunista Brasileiro, em Goiânia, foram detidos. Assim, “após serem liberados, não houve novas reuniões, nem na capital goiana, nem com o grupo de Porto Nacional. Athos, então, que cursava o 2º ano de Jornalismo, em Goiânia, mudou-se para São Paulo, em 1970, tendo seu irmão Hamilton feito o mesmo, em sequência” (Arquivos Revelados, 2016, p. 958-959).

Silva (2022, p. 274) afirma que Athos Pereira, no ano de 1968, era militante do movimento estudantil, bem como do PCB na capital de Goiânia, tendo preparado uma Organização de Base - OB. Nos períodos de férias, “Athos visitava a família, em Porto Nacional. Foi assim que, no final de 1968 e início de 1969, foram realizadas algumas reuniões para a leitura e discussão de documentos do PCB, levados por ele” (Arquivos Revelados, 2016, p. 956).

Portanto, Hamilton Pereira entrou para a clandestinidade e, em outubro de 1971, dirigiu-se para a cidade de Anápolis, em Goiás, com o propósito de avaliar a situação do grupo de Goiânia. Logo, começou a realizar estudos políticos tanto em Goiânia quanto em Anápolis. Hamilton “permaneceu por mais 45 dias na cidade, analisando como poderia estimular o avanço do grupo de Goiânia, realizando eventuais contatos com outros integrantes, separadamente, na tentativa de despistar a repressão” (Arquivos Revelados, 2016, p. 962). Sendo assim,

Hamilton Pereira, que estava na capital goiana, nos primeiros meses de 1972, na tentativa de reestruturar a organização, após uma sequência de desfalques, também foi detido. Ele caiu em junho, após quase quatro anos na clandestinidade, vividos principalmente em São Paulo. Segundo o político e escritor, ele cumpria uma tarefa de ligação e formação política entre grupos que vinham se formando em Goiás e no Distrito Federal. Com a prisão dele, e de outros militantes, tinha fim a curta e tardia experiência da ALN, em Goiás (Silva, 2022, p. 281).

Percebemos que a atuação dos irmãos Athos e Hamilton foi fundamental para a experiência da Ação Libertadora Nacional no estado, sendo uma organização da luta armada de esquerda no Brasil, tendo como propósito, enfrentar o golpe civil-militar. Silva (2022) indica que, para Hamilton, o estado de Goiás aparentemente não teve sucesso na formação de um núcleo da ALN anteriormente, devido à lealdade dos quadros do PCB ao partido. É crucial considerar que a organização da luta armada surgiu de um racha entre os comunistas, e os dissidentes desempenharam um papel fundamental na formação dos primeiros grupos em torno de 1968. Conforme Hamilton Pereira, ele teve contato com as ideias da Nova Esquerda, isto é, “aquela que fazia oposição ao PCB, por meio de seu irmão Athos. Ele trazia os documentos provenientes da luta interna que se desencadeou dentro do próprio partido, após o Golpe, e resultou na formação da Corrente Revolucionária” (SILVA, 2022, p. 275).

Para concluir, na Nova Esquerda brasileira, havia um clima de solidariedade, mas ao mesmo tempo de competição. Segundo Ridenti (1993), as organizações solidarizavam-se na luta pela revolução e pela sobrevivência, porém competiam pela posição da vanguarda no processo revolucionário. Entre as facções de esquerda militarista, difundiu-se a ideia, supostamente atribuída por Marighella, que dizia: “quem dá o primeiro tiro arrasta o resto”. Pedro Rocha Filho, citado anteriormente, juntamente com Hamilton Pereira, no qual haviam sido indiciados após a Lei da Anistia, foi militante do Movimento de Libertação Popular - MOLIPO. De acordo com Ridenti (1993, p. 43), Pedro Filho comenta que, “um dito ideológico que prevaleceu o tempo todo. Continuou-se dando o primeiro tiro e, no final das contas, todo mundo ficou só dando tiro e aí não dá, não se faz revolução desse jeito”. A ideia de vanguarda armada tornou-se se tão difundida que alguns grupos pegaram em armas sem o menor preparo, facilitando assim a repressão policial no Brasil.

Partindo do exposto, é necessário evidenciar a memória coletiva, ou seja, uma recordação cultivada e com ampla circulação em grupos sociais, tendo o desígnio de reconstruções e construções complexas, que precisam de conjuntos de lembranças concordantes e análogos para se afirmar.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante ponto de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É

necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que a lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 1990, p. 33).

Contudo, a permanência, a construção ou o reavivamento de memórias que fazem parte da Ditadura Civil-Militar devem ser entendidos hoje por meio de múltiplos aspectos, e não apenas pelo que o senso comum determinou como uma certa falta de conhecimento sobre este período ditatorial. O caráter autoritário de determinados setores da sociedade civil se relaciona com as narrativas forjadas de grupos militares as quais de colocam como vigas para sustentarem, os argumentos não consideram a totalidade da situação violenta e antidemocrática do passado que não passou, isto é, um passado recente que continua marcado na memória. É nesse contexto, que a guerra de memórias se estabelece, porém, não a partir dos testemunhos individuais, mas por meio dos grupos sociais que tem interesse nessa memória histórica dos sujeitos e da sociedade contemporânea.

2.3- Cenário educacional e histórico: a fundação do Colégio Lyceu de Goiânia, Professor Pedro Gomes e da Universidade Federal de Goiás (UFG)

No estado de Goiás, do ano de 1930 a 1945, o Poder Executivo é ocupado por Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor por Getúlio Vargas, realizou um governo forte de controle autoritário. Francisco Campos (2009) ressalta que, em 1940, o contexto educacional em Goiás era marcado por 81% de analfabetos, contando com 95% das crianças fora da escola. Para o governo, o serviço público era ineficiente de acordo com a desqualificação dos profissionais. A maioria da população morava no campo (82,8%) e as maiores cidades do Estado contavam com até 20 mil habitantes. Nos municípios (73,1%) não tinham mais de 2 mil habitantes. Para Campos

[...] isto, de certo, é fruto da própria situação educacional do estado, onde a rede de ensino público primário nem atende a totalidade das sedes municipais. O ensino secundário, por seu turno, se restringe a apenas dezessete cidades, sendo em sua maioria constituído de escolas normais, (para formação de professores); o ensino superior se reduz à Faculdade de Direito, que no período passa por uma crise. Não é de se estranhar, então, o

elevado número de analfabetos [...] (Campos, 2009, p. 19-20 apud Carvalho, 2012, p. 94).

A Constituição Estadual de 1935 estabeleceu que o Estado lançasse um plano educacional instituído por lei própria, pois deveria o Estado criar escolas rurais, escolas ambulantes com sede transitória e curso letivo de quatro meses para o ensino das primeiras letras e das quatro operações fundamentais. Já, a Constituição Federal de 1937, do Estado Novo, implementou a versão que “o ensino era livre à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares (Art. 128). O dever da educação para o Estado aplicava-se àquelas pessoas que não conseguem frequentar o ensino privado (Art. 129)” (Carvalho, 2012, p. 95).

Essa Constituição também criou caixas escolares, que arrecadavam uma contribuição mensal dos próprios pais dos estudantes, que pudessem pagar para colaborar na educação dos seus filhos. Além disso, os membros componentes da coordenação da caixa escolar eram da comunidade escolar, mais a gestão era de caráter meramente financeiro. Em Goiás, as caixas escolares vigoravam até o ano de 2001, quando foram substituídas pelos Conselhos Escolares criados pela Lei Estadual n. 13.666/2001.

Nas escolas públicas, contudo, essas caixas escolares, em um primeiro instante, geraram uma personalidade jurídica à escola, no qual deveriam ter estatuto, ser formadas por membros indicados ou eleitos, ser registrada em cartório e ter inscrição ao Cadastro Geral de Contribuintes - CGC e, mais recentemente, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. Essas “caixas escolares, devidamente registradas, podiam receber recursos financeiros dos entes federados, assim essa estrutura foi utilizada para repasses de recursos da alimentação escolar e para aquisição de livros, por exemplo” (Carvalho, 2012, p. 95).

O Estado Novo caracterizava-se pelo poder com o apoio dos militares, com o controle da censura e com alianças estaduais que reafirmavam o poder oligárquico, consolidado no estado. Em Goiás, isso não foi diferente. No entanto, foi no contexto da Constituição de 1947 e a partir da influência direta da Lei n. 4.024/1961 que foi constituída em Goiás a primeira lei do Sistema Estadual da Educação. Desde a Constituição de 1934, tornou-se recorrente a legislação educacional evidenciar o sistema de educação, quer estivesse em vigor um governo democrático ou o autoritarismo ditatorial.

Para assimilar, a relação entre movimento estudantil, educação e escola é importante refletir sobre a política educacional na Ditadura Civil-Militar no Brasil. As políticas educacionais, instituídas no período ditatorial, revelaram uma continuidade com os projetos do Estado Novo.

Desde o começo da revolução eles foram tratados como inimigos e essa atitude hostil prossegue ainda, e pode-se dizer que faz parte da mentalidade do governo revolucionário. Não se nega que durante o regime comunacionalista do Sr. João Goulart, muitos estudantes deixaram-se influenciar pela corrupta liderança do PTB, tendo à frente o sr. Brizola e não pequeno grupo deles, sobretudo dos que formavam a direção da UNE, eram ao mesmo tempo corruptos e subversivos, pois recebiam dinheiro para dar apoio ostensivo aos propósitos desmoralizadores e anarquizantes do governo. Mas esses elementos foram punidos e afastados, logo nos primeiros dias ao movimento de 31 de março. Depois, o primeiro ministro da Educação do governo Castelo Branco adotou uma série de providências [...], todas inspiradas na intenção de reduzir ao mínimo a participação dos estudantes na vida política, contrariando, desse modo, uma tendência reconhecidamente característica da vida estudantil, não só em nosso País, como em todo o mundo. Mas tal participação não significa necessariamente que os moços universitários sejam subversivos, como aliás reconheceu o ministro da Educação, professor Moniz de Aragão em entrevista que acaba de conceder à imprensa. Nunca se procurou dialogo e entendimento com os estudantes em bases razoáveis, levando-se em conta as perturbações que, nos últimos anos têm contribuído tanto para a desorientação não só dos jovens como também dos homens mais velhos e mais responsáveis (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 1).

O passado é um campo de disputas que estão acirradas por conta dos negacionismos e relativizações vazias do ponto de vista científico, mas que ganham ares de verdade por um papel relegado ao ensino da disciplina de História, isto é, o ensino de História, como campo de pesquisa, atenta-se para além das formas de transmissão da ciência histórica no espaço escolar. Assim, “a compreensão da complexidade e especificidade da escola, de sua estrutura e das relações entre os agentes históricos envolvidos nesse processo, como professoras e professores, alunas e alunos, grupo gestor, etc.” (Fernandes, 2022, p. 8).

É importante frisar a desvalorização e o desrespeito aos jovens estudantes, que eram vistos como inimigos neste período, no qual, não havia um diálogo entre os militares e os estudantes. Essa conversa seria como uma forma de entender o posicionamento e o pensamento político dos mesmos a partir de toda a sua consciência histórica da realidade vivenciada.

Faltou ao governo revolucionário, nestes dois anos e meio, tato suficiente para conduzir a juventude universitária, sempre inspirada na intenção de fazer sentir a sua presença nas deliberações mais transcendentais do poder público, como parte naturalmente mais interessada nas consequências futuras da ação governamental. O ministro Moniz Aragão tem procurado, com habilidade e porque possui mais do que os seus antecessores mais experiência no trato com a juventude estudantil, contornar as dificuldades que resultam mais de uma acumulação de erros anteriores do que das condições dentro das quais orienta o seu procedimento à frente da pasta. A verdade é que os estudantes compartilham do mal-estar geral da impaciência de todos, vendo as indefinidas procrastinações do governo revolucionário em afirmar de maneira positiva a sua disposição de restaurar a normalidade democrática, como era o mais proclamado objetivo do movimento de 31 de março. Os que querem inculpar os rapazes e insistem em atribuir-lhes intuídos subversivos e por isso os encaram como inimigos da ordem pública, a serem tratados como se fossem incorrigíveis desordeiros, a se comprazerem com a anarquia nas escolas, não estão vendo o problema em sua realidade (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 1).

Com a ausência de inserção da juventude no campo político e social da conjuntura brasileira, eles eram compreendidos apenas como incorrigíveis, além de serem privados de uma voz ativa nos espaços políticos e escolares brasileiro. Dessa forma, “raciocinam como se não tivessem a responsabilidade de compreender a juventude e o dever de orientá-la com a serena inteligência de adultos” (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 1).

Partindo desse pressuposto, é importante frisar o colégio Lyceu de Goiânia, que manteve sua situação de escola tradicional e, mais que isso, fortaleceu-se após a mudança de cidade. De acordo com Fernanda Barros (2014), o Lyceu foi criado em meados do século XIX e tinha pretensões de se tornar um grande educandário, e isso foi alcançado. Na cidade de Goiás, a instituição cresceu, se adaptou ao regime nacional do ensino secundário e se propôs a continuar forte, formando os jovens que se tornariam os líderes do Estado. Com a mudança para Goiânia, a instituição foi levada, com descontentamentos e pedidos de permanência dos cidadãos vilaboenses, mas, quando se instalou no prédio construído para ser o modelo de educação secundária goiana, foi fortalecida.

O estilo *Art Deco* foi amplamente adotado para as principais construções em Goiânia, com a aprovação de Pedro Ludovico. Esse estilo continuou a influenciar, mesmo nas décadas seguintes, tanto como referência quanto como inspiração direta para novos prédios públicos e até construções privadas. Ele reflete a necessidade de combinar modernidade e eficiência a um custo satisfatório, em contraste com estilos arquitetônicos mais ornamentados. Machado (2019 p. 125) mostra que, os prédios escolares das décadas de 1930, 1940 e 1950 “certamente tiveram estas ideias incorporadas às suas concepções, embora apresentado estilo muito simplificado em relação ao acabamento das fachadas, se comparado a outros prédios de repartições

oficiais situados no centro administrativo da nova capital”. O prédio do colégio Lyceu de Goiânia, construído na década de 1930, exemplifica esse padrão:

Imagem 7- Em 1937, foi registrado o progresso das obras de construção do prédio do Liceu.⁷²



Fonte: Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/149515/lyceu-de-goiania-guarda-historia-sobre-a-educacao-da-capital>. Acesso em: 10/02/2024.

⁷² No início da sua construção era conhecido como Liceu de Goyaz, em seguida, passou a ser o CEPI-Centro de Ensino em Período Integral Lyceu de Goiânia, sendo transferido para Goiânia em 1938.

Imagem 8- Atualmente, entrada do CEPI- Centro de Ensino em Período Integral Lyceu de Goiânia.



Fonte: Letícia Coqueiro.⁷³

O Lyceu em Goiás foi um importante centro educacional no Estado de Goiás. Ele desempenhou um papel significativo na formação da elite e dos intelectuais tradicionais. Esses indivíduos eram responsáveis por manter a ordem estabelecida, tanto no âmbito político quanto no judiciário. A educação no Brasil, durante esse período, serviu como um instrumento de elitização, já que aqueles que frequentavam a escola eram vistos de forma diferenciada pela sociedade.

Esse colégio como instituição elitista, foi criado para um número definido de alunos e para classes sociais pré-estabelecidas: filhos de militares, de altos funcionários do governo, de funcionários civis, do judiciário, da administração municipal. Esta

⁷³ . Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/149515/lyceu-de-goiania-guarda-historia-sobre-a-educacao-da-capital>. Acesso em: 13/06/2023.

característica não foi apenas explorada na França, mas no Brasil também, o intelectual que seria formado na instituição teria características tradicionais, pois, como pertencente à classe dominante, o lyceano teria a função de perpetuar a estrutura de dominação (Barros, 2014, p. 6).

No estado de Goiás, a realidade se modificou a cada mudança na estrutura econômica e política. Com as transformações, o “grupo social essencial” tinha em seu contexto uma representação de intelectuais que já participavam do cenário político anterior ao que se formava. O colégio Lyceu teve participação efetiva nesta formação, abrangendo aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais. Até os anos de 1929, esse colégio era a única escola secundária do Estado de Goiás. No entanto, após o início dos anos de 1930, surgiram escolas de ensino secundário em cidades do interior que não competiram com o Lyceu, mas apenas completaram suas funções em um território geograficamente extenso como o de Goiás.

Essa instituição escolar uniu a classe dos latifundiários e dos eclesiásticos em torno de um objetivo, inserir os jovens goianos no cenário nacional, ligados tanto ao saber erudito, quanto ao saber político, ou seja, “em conjunto esses intelectuais, os artistas, os filósofos, os eclesiásticos, os rurais mantinham a instituição goiana firme em formar os profissionais liberais e também os políticos que iriam representar Goiás no cenário político nacional” (Barros, 2014, p. 10).

A estrutura arquitetônica e o mobiliário superavam tudo o que existia no Estado direcionado para a educação básica, equiparando-se às instalações existentes nos Estados mais desenvolvidos economicamente. Tendo em vista que,

quando veio de Goiás, tinha quase 200 alunos. No primeiro ano de sua presença em Goiânia, passou a trezentos, e em cada ano subsequente foi a 400, 500 e mais, até chegar à casa do milhar, sem parar de crescer. Fez-se na quadra no Liceu um auditório. Diante das necessidades, esse auditório foi dividido em salas de aula (1950), e mais tarde construiu-se mais um pavilhão, ao fundo da quadra, dando para a Rua 15, com numerosas salas de aula. As matrículas se faziam em três turnos (matutino, vespertino e noturno) e, ainda assim, o espaço era insuficiente. O estabelecimento chegou a 5.400 alunos em 1965, o que representava uma superlotação intolerável, provocando indisciplina e ineficiência (Bretas, 1991, p. 581 apud Paniago, 2006, p. 28).

O nome oficial dessa unidade escolar seria Colégio Estadual de Goiânia, diante disso, o Conselho Estadual da Educação - CEE, reconhece, por meio da Resolução n.º 193, de 19 de agosto de 2005, o direito dessa instituição manter seu nome tradicional,

49 grafado com “i”, certificando o nome pelo qual os goianienses sempre o chamaram. Conforme Paniago (2006), os documentos emitidos pelo colégio mantiveram a grafia adotada desde a década de 1930, isto é, Lyceu de Goiânia.

Essa instituição faz parte do acervo Arquitetônico Art Déco de Goiânia, tombado pelo Ministério da Cultura. O prédio do Lyceu é um patrimônio histórico na capital goiana, pois é um colégio que possui várias histórias, e um local que teve muitos alunos que se ingressaram no campo político como, por exemplo, o ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende Machado⁷⁴ que era filiado ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB e foi aluno da instituição cenário político nacional” (Barros, 2014, p. 10).

Contudo, o colégio Lyceu que chegou a ter indicadores de excelência nas suas primeiras décadas de funcionamento, com aproximadamente 5.400 alunos na década de 1960, vivenciou seu número de estudantes reduzir-se ano a ano depois da década de 1990. Paniago (2006) aborda que, em 2003, com a declaração das instalações mais antigas da instituição como patrimônio histórico, abriu-se uma oportunidade para o Lyceu de Goiânia se reafirmar como uma unidade escolar tradicional e centro de referência na Rede Pública Estadual, mas isso efetivamente não aconteceu.

A outra instituição escolar que deve ser abordada é o colégio Professor Pedro Gomes, o seu nome faz homenagem ao professor Pedro Adalberto Gomes de Oliveira, que nasceu no dia 23 de abril de 1882, na Cidade de Goiás e faleceu, aos 73 anos, em Goiânia, no dia 13 de novembro de 1955. Nesta data o CEPPG ainda era conhecido como “Ginásio Estadual de Campinas”, mas havia se passado apenas oito anos desde a sua criação em lei. Mas, quando esse professor faleceu, completava-se cinco anos da instituição, localizada ainda no prédio do grupo escolar Henrique Silva. Diante disso,

na década de 1950, embora o professor Pedro Gomes não tivesse ligações políticas, que tenham se tornado públicas, com os grupos que disputavam o poder naquele momento, o educador, através de seu nome e relativo reconhecimento público, foi envolvido em uma disputa de caráter políticoideológico travada entre agentes que representavam os partidos divergentes (Machado, 2019, p. 169).

⁷⁴ Iris Rezende Machado, nasceu na cidade de Cristianópolis, no interior de Goiás, no dia 22 de dezembro de 1933, e faleceu no dia 9 de novembro de 2021, aos 87 anos, na cidade de São Paulo. Foi um advogado e político brasileiro filiado ao Movimento Democrático Brasileiro. Tradicional político de Goiás, Iris Rezende assumiu diversos mandatos como prefeito de Goiânia, além de ter sido governador do estado de Goiás em duas ocasiões. Ingressou na política na década de 1950 e tornou-se uma figura importante, chegando a assumir cargos nos governos de José Sarney e de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <https://especiais.opopular.com.br/iris-rezende>. Acesso em: 19/02/2024.

Desde a época da sua fundação até os dias atuais, muitas transformações políticas, sociais e econômicas perpassaram sobre a instituição, seu público de professores, demais profissionais da educação e alunos, e também em suas condições de funcionamento. Campinas, lugar que está localizado esse colégio, era um bairro peculiar 50 entre todos os outros da nova cidade que se expandia, além de ser uma região estabelecida desde a segunda década do século XIX.

Conforme Machado (2019), em comparação com o prédio definitivo do Colégio Pedro Gomes, temos o mesmo caráter austero semelhante, caracterizado por linhas retas, sólidas e robustas. Sua fachada foi protegida para transmitir imponência e segurança, priorizando a funcionalidade. Isso foi alcançado através da presença de grandes janelas que proporcionavam ventilação natural e favoreciam a iluminação diurna.

imagem 9- Prédio próprio do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, em imagem de 1966.



Fonte: Machado (2019). Arquivo do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes.⁷⁵

⁷⁵ Vinícius Felipe Machado (2019) afirma que, essa é a imagem mais antiga da fachada do prédio, encontrada no acervo do colégio. Em 1959, o colégio foi transferido para essa nova construção e iniciou o ano letivo no novo endereço, localizado na Avenida Sergipe com a rua Benjamin Constant. Nesse mesmo ano, um novo pavilhão de dois andares foi inaugurado. Em 1960, a instituição ampliou sua oferta educacional para incluir os ciclos I e II, adotando o novo nome de Colégio Estadual de Campinas e abandonando a denominação Ginásio Estadual de Campinas. Somente em 1976, o prédio passou pelos primeiros procedimentos de sua primeira reforma.

Imagem 10- Atualmente, entrada do CEPI- Centro de Professor Pedro Gomes.



Fonte: Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/escola-publica-de-goias-cria-projeto-para-conectar-estudantes-a-sonhos-e-publica-livros-com-mais-de-mil-jovens-1.3037507> . Acesso em: 13/06/2023.

A instalação do colégio Professor Pedro Gomes representou um marco modernizador para Campinas. Foi somente com a sua criação que a região passou a contar com sua primeira instituição de ensino público estadual, voltada para os estudos em níveis intermediários, ou seja, ginásio e depois ensino secundário. Na capital goiana, nos anos de 1940 e 1950, a modernidade e a tradição conviviam lado a lado todos os dias, “construindo um modo de vida híbrido, caracterizado pela mescla do antigo e do novo. O processo de crescimentos da “nova” Goiânia, ao lado da “velha” Campinas, insere a apreciação que fazemos acerca do lugar-espaço” (Machado, 2019, p. 119).

Um marco histórico para os estudantes do colégio Professor Pedro Gomes, assim como para o Lyceu de Goiânia, foi o período do golpe civil-militar em 1964. Esse fato causou tensões internas entre os estudantes, o Grêmio estudantil e a direção da escola. Até hoje, o colégio Professor Pedro Gomes continua localizado no setor de Campinas, na capital goiana, onde atende uma diversidade de alunos, assim como o colégio Lyceu de Goiânia, que está localizado no centro da capital.

Após a redemocratização, o discurso de incentivo à cultura, por meio da ampliação do acesso à escolarização, revelou-se um poderoso instrumento nas mãos de

políticos daquela época. Apesar da importância desses colégios para a história da capital, não será aqui uma investigação específica sobre as instituições, uma vez que este não é o objeto dessa pesquisa.

Um marco desse colégio, assim, como no Lyceu foi o período do golpe civil-militar em 1964, ou seja, esse fato causou tensões internas entre os estudantes, o Grêmio estudantil e a direção da escola. Até hoje, o colégio Professor Pedro Gomes está localizado no setor de Campinas, na capital goiana, onde atende uma diversidade de alunos, assim, como o colégio Lyceu de Goiânia, que está localizado no centro da capital.

Logo, a criação da Universidade Federal de Goiás foi antecedida pela formação de um grupo chamado Comissão Pró-criação da Universidade Federal, composto pelos diretores de cinco unidades que deveriam constituir a Universidade, inicialmente. Eram elas: “Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia; Faculdade de Farmácia e Odontologia; e o Conservatório de Música” (Nunes, 2019, p. 23). Com isso, a Frente Universitária Pró-Ensino Federal realizou uma intensa campanha pela criação da universidade federal, no estado. Os principais aspectos de reivindicações eram: “aluno não paga mensalidade e têm refeições a preços simbólicos, as faculdades podem ter seus diretórios acadêmicos sem interferências das autoridades universitárias, os professores ganham muito bem e têm liberdade de cátedra, além de não correrem o risco de serem dispensados” (Nunes, 2019, p. 23).

Imagem 11: Estudantes em apoio à criação da UFG, na Praça Cívica em 18/12/1960.



Fonte: Hélio de Oliveira. Acervo: CIDARQ/UFG.

De acordo com Nunes (2019), a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Engenharia de Goiás foram as mais atuantes no movimento. Especificamente, a Faculdade de Direito, localizada na rua 20, no setor central de Goiânia, destacou-se como a principal delas conforme à natureza dos seus estudos, que preparava os universitários para um engajamento político mais combativo. Assim, a turma do curso de Direito liderou o movimento de resistência na capital goiana.

Imagem 12: Sede da Faculdade de Direito em Goiás, de 1937 a 1966- Rua 20, nº 17, setor central. Década de 60- Sé. XX.



Fonte: Hélio de Oliveira. Acervo: CIDARQ/UFG.

Imagem 13: Atualmente, entrada da Universidade Federal de Goiás – UFG, no setor central.



Fonte: Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=imagem+da+ufg+no+setor+universitario+goi%C3%A2nia&tbm=isch&chips>. Acesso em: 05/07/2023.

Com a recém-fundada Universidade Federal de Goiás, foi instituído o Centro de Estudos Brasileiros - CEB. Esse órgão não tinha sede própria, começando suas atividades em salas do Conservatório de Música, mas em julho de 1962, o reitor Colemar Natal e Silva, também presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cedeu salas do instituto para o funcionamento do respectivo centro de estudos. O CEB foi idealizado como um organismo suprapartidário, na função de atuar em prol da conscientização da realidade nacional, mas em especial, a realidade goiana. Para Nunes (2019), conforme as atividades de curso, exposições, publicações e conferências, esse centro ganhou repercussão e logo começou a ser procurado por indivíduos de outras universidades, como um grupo de estudantes de pelo Horizonte.

Nesse mesmo ano, foi criado o jornal *O quarto poder*, fruto da imprensa universitária da Universidade Federal de Goiás, sendo que, esse jornal circulava dentro e fora da instituição, teve sua primeira edição lançada em 17 de dezembro de 1962. A finalidade desse jornal era cobrir todas as áreas do saber, contendo notícias políticas, sociológicas, culturais e, principalmente, universitária. Em relação ao nome desse jornal foi ideia do ministro da Educação Darcy Ribeiro, “inspirado no ‘pensamento acadêmico’, de que os veículos de comunicação exerciam (e exercem) uma forte influência sobre a sociedade, chegando a ocupar o quarto poder” (Nunes, 2019, p. 34). Dentre os colunistas e os colaboradores estavam alguns professores, no qual, alguns deles eram militantes do Partido Comunista Brasileiro.

Ao evidenciar as instituições escolares, é importante frisar sobre a expressão sistema educacional, que pode ser entendida como um conjunto de partes organicamente relacionadas entre si. Saviani (2010), destaca três obstáculos para a não consolidação de um sistema nacional de educação, tendo como primeiro:

os obstáculos políticos que geram a descontinuidade nas políticas educativas; os obstáculos filosóficos- ideológicos que provocam uma resistência às mudanças de todos os envolvidos por causa de mentalidades pedagógicas consolidadas; por fim, os obstáculos legais: a atividade legislativa revela descompasso com um sistema em que de fato as partes sejam interdependentes e harmônicas (Saviani, 2010, p. 59).

O sistema nacional de educação apresenta-se na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n°. 4.024, de 20/12/1961. Assim, o Ministério da Educação deveria estabelecer as atribuições do Poder Público Federal em matéria de

Educação (Art. 6º); regulou e estabeleceu competência do Conselho Federal de Educação (essa denominação substituiu a de Conselho Nacional de Educação de 1943) e submeteu suas decisões a homologação do Ministro (Arts. 8º e 9º); criou os Conselhos Estaduais de Educação (Art. 10); determinou que a União, os Estados e o Distrito Federal organizariam os seus sistemas de ensino (Art. 11) (Carvalho, 2012).

A primeira lei do sistema estadual de educação em Goiás, foi elaborada no Governo de Mauro Borges, considerado como um governo que instalou as bases para o desenvolvimento do estado, orientando pelo planejamento contextualizado de suas ações. Neste período o Secretário da educação era o Pe. Ruy Rodrigues da Silva, “era um homem na época conhecido como membro esquerdista da Igreja Católica, chamada, então, “ala festiva da igreja”, razão porque o governo o escolhera para ocupar aquela pasta” (Bretas, 2001, p. 406).

No ano de 1962, esse secretário elaborou um diagnóstico a respeito da educação goiana,

[...] Se a insuficiência em número de classes e em número de educadores poderia decorrer do crescimento demográfico, as insuficiências pedagógicas, ao contrário, provinham de uma série de razões, entre as quais se destacavam: a ausência de consciência profissional e de motivação por parte dos professores; baixo nível de conhecimento geral e pedagógico da maioria dos docentes; lamentáveis condições de trabalho, em locais mal conservados e destituídos de equipamentos mínimos; organização inadequada do serviço central da Secretária do Estado e ausência de organismos intermediários descentralizados de orientação e controle (Silva, 2009, p. 44 apud Carvalho, 2012, p. 98).

Pe. Ruy Rodrigues da Silva, ainda discorre que,

a educação deve ser um fator secundário ao desenvolvimento econômico e nem, também, apenas sua consequência. Ela é, ao contrário, um fator determinante e a pedra angular. É indispensável, portanto, que os investimentos em educação antecipem ou pelo menos acompanhem os investimentos diretamente produtivos. É também indispensável que o sistema educativo se adapte às exigências da modernidade e prepare o cidadão para participar do processo de desenvolvimento. Para alcançar esse objetivo é imperativo que o ensino tenha um duplo conteúdo: a formação do cidadão para o exercício da democracia aliada a uma formação prática e objetiva que prepare o homem para a sua função produtiva (Silva, 2009, p. 46 apud Carvalho, 2012, p. 98-99).

O Secretário implementou um projeto de lei para o Estado de Goiás com uma maneira de organizar o serviço educacional, ou seja, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi consubstanciada na Lei Estadual 4.240, de 09 de novembro de 1962, sendo decorrente da lei nacional que abordava normatizar o Sistema Educacional de Educação. Além disso, essa lei estadual dividia a educação escolar nas seguintes etapas: pré-primário, grau primário, grau médio e grau superior.

Com o Art. 84 da Lei Estadual n. 4.240, de 09 de novembro de 1962, consoante a legislação nacional, proibia ao pai que não comprovasse a matrícula de filhos em idade escolar, o exercício de função pública, da ocupação em sociedade de economia mista e em empresa concessionária de serviço público. O autor Sebastião Donizete Carvalho (2012) afirma que, não seriam penalizados, os pais que comprovassem insuficiência de escolas, pobreza, matrícula encerrada, doença ou anomalia grave da criança, porém, “há a proibição legal, as exceções são tão amplas que a maioria da população goiana poderia alega-las para que os seus filhos não estivessem na escola. Conforme de depreende, o direito à educação para todos é previsto, mas não atendido” (Carvalho, 2012, p. 99). Pois,

o Art. 180 da LDB/GO estabelece que os órgãos do sistema devem estimular a criação de associações de pais e professores, no entanto, nesta lei não se trata da organização dos estudantes.

O Art. 10 da LDB/GO prevê as competências do Conselho Estadual de Educação. Dentre outras destacam-se: a) emitir parecer sobre assuntos de natureza pedagógica e educativa; b) sugerir providências; c) propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino; d) estabelecer planos de aplicação de recursos; e) envidar esforços para melhorar a qualidade do ensino (Carvalho, 2012, p. 100).

Carvalho (2012) informa que, de acordo com o 2º do Art. 11 da LDB/GO, esse Conselho Estadual precisaria ser composto por 12 membros, selecionados diretamente pelo Governador, sendo 3 representantes do ensino público, 3 representantes do ensino particular, 3 representantes do magistério oficial e 3 representantes do magistério particular.

Diante disso, abrange-se a possibilidade de entender o legado da educação e os diálogos em torno do conceito de cultura escolar na sociedade brasileira no decorrer do referido período. É importante entender a cultura como algo vivido de um lugar ou de um momento, a cultura como um produto histórico de um determinado período ou sociedade, e também se entende a cultura como a seleção intencional da história da

humanidade. Diante dessa perspectiva, Forquin (1993) explicita que a cultura escolar pode ser definida como um conjunto dos conteúdos simbólicos e cognitivos, uma vez que, são organizados, normatizados, rotinizados e selecionados, sob o efeito dos imperativos de didatização, que estabelecem o objeto de uma transmissão determinada no ambiente da escola e da cultura escolar.

De acordo com Julia (2001), cultura escolar deve ser apreendida como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, além de um conjunto de práticas que permitem a incorporação desses comportamentos, e não ser compreendida apenas por meio dos indícios encontrados em fontes e documentos ligados à organização burocrática das escolas, mas precisar ser analisada nas evidências heterogêneas da prática educativa.

Esse campo escolar no período da Ditadura Civil-Militar estava influenciado por questões políticas e sociais, além de evidenciar a escola como um espaço mercadológico pautado por um discurso autoritário.

Já é tempo de cuidar-se em Goiás, com mais seriedade e interesse, do problema educacional, objeto de tantas e tantas espúrias experiências de efeitos bastardos para as futuras gerações. Escopo da educação na ordem natural é o desenvolvimento da criança para se tornar um homem completo. Sublinhar esse elemento significa, portanto, falar daquilo que há de mais profundo e intrínseco no homem, exatamente a sua consciência, a saber, o seu mais íntimo e secreto núcleo. Essa consciência atua como organismo vivente, com segurança e agilidade, iluminando e aprofundando as verdades também morais e necessárias ao aperfeiçoamento do indivíduo. [...] Goiás ainda não se emancipou da praga do individualismo político e esse, sujeito às limitações do tempo, invade a esfera da instrução pública com lamentáveis repercussões ou funestas consequências na preparação cultural dos que há de suceder aos de hoje na tarefa de administrar o país. [...] As matrículas nas escolas aumentam de modo surpreendente. Há uma explosão escolar, difícil de ser controlada e ela desencadeia uma série de complicações, umas agravando outras, absolutamente impossível de contenção imediata. Por seu turno, talvez por incapacidade, o Governo não dimensiona com exatidão a importância de sua responsabilidade e fica esquecido à margem do tempo, numa atitude bastante cômoda porque de concupiscência, de egoísmo e de indiferentismo. É, como se vê, um sutil artifício de subtração da consciência ao império das circunstâncias. Assim fala de política e de educação que não têm necessidade de tomar conselhos com outras ciências (Cinco de Março, Goiânia, 02/01/1967, p. 5-A).

Pode-se constatar que os processos constitutivos da cultura na escola estão relacionados a experiência histórica e concreta dos sujeitos, no interior dos espaços de escolarização. Partindo desses pressupostos, “entende-se que as reflexões e investigações sobre a melhoria da qualidade do ensino e a aprendizagem histórica necessitam levar em

conta a interpretação que os sujeitos fazem da realidade escolar” (Schmidt, 2012, p. 95). Sendo que, esses sujeitos são compostos: pelos alunos, professores, pais e todos os indivíduos que estão dentro e fora do ambiente escolar. Com isso, dando ênfase a produção de uma consciência histórica.

Os discursos oficiais são pródigos em referências ao planejamento educacional, à necessidade de dar-se escolas às nossas crianças, à formação e aperfeiçoamento do professorado, ao estabelecimento de métodos práticos que, ajustados à moderna técnica pedagógica, sejam instrumentos hábeis do desenvolvimento cultural em Goiás. [...] O que se deve fazer imediatamente em Goiás é separar o joio do trigo. Quer dizer, situar a política num ângulo e a educação no seu currículo específico [...] (Cinco de Março, Goiânia, 02/01/1967).

A partir desses pressupostos, compreendesse-se que a cultura histórica é uma categoria de análise que permite entender a produção e usos da história no campo público da sociedade atual. Assim, o conceito de cultura escolar também é apresentado por Luciano Faria Filho, Irlen Antônio Gonçalves, Diana Vidal e André Luiz Paulilo (2004), com o intuito de compreender este conceito de cultura escolar como algo ligado a uma função de mediação didática, que recobre a distintas manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de professores a alunos, e de teorias as normas. Elementos estes importantes para a reflexão dos espaços dos colégios.

A elaboração de um projeto educacional no período do regime militar foi uma das maneiras de garantir estabilidade e hegemonia ao poder político. Na prática, o governo militar se esforçou para criar um projeto educacional que fosse ao encontro do modelo de governabilidade e também da estrutura econômica idealizada. Nesse sentido, as primeiras ações do governo militar foram:

(...) através da repressão a professores e alunos indesejáveis ao regime, através do controle político e ideológico do Ensino visando à eliminação do exercício da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação. A atuação do Estado na área de Educação – coerente com a ideologia da segurança nacional, reveste-se assim de um anticomunismo exacerbado, de um anti-intelectualismo que conduzia à misologia, ou seja, à negação da razão, e mesmo ao terrorismo cultural (Germano, 2011, p. 105).

Além de situar contexto e o modelo de atuação do regime militar no que se refere ao projeto educacional, também apresenta um conteúdo com alguns pontos essenciais para

se entender as atitudes do Ensino militar de maneira mais ampla, como a “repressão aos professores e aos alunos”. Essas atitudes sobre a atuação do regime militar foram realizadas nos primeiros anos desse período, logo, os militares realizaram as transformações que aprofundariam a implementação do projeto educativo. Assim, “com as alterações na legislação educacional feita pelos militares, com início a partir de 1967, a perseguição política a alunos e professores tornou-se rotineira” (Oliveira, 2015, p. 30).

É necessário mostrar que o movimento estudantil, além de se envolver nas lutas dos trabalhadores brasileiros, atuou pela reforma universitária e também dentro dos espaços escolares, como nos colégios Lyceu de Goiânia e Professor Pedro Gomes, no qual, mobilizou os estudantes. Para Rodrigues (2008), os movimentos em Goiás estavam ligados ao envolvimento de estudantes, universitários, artistas e intelectuais contra esse regime autoritário e antidemocrático implementado pelos militares dentro do território brasileiro.

No ano de 1969, entrou em vigor a Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, Lei da Reforma Universitária, regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969, mesma data em que foi aprovado o Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE n. 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. Deve-se compreender que, “por meio do Fórum “A educação que nos convém”, a entidade empresarial decidiu atuar como um grupo de pressão junto ao Estado, receando que a resposta do governo à crise do ensino superior não correspondesse às suas expectativas” (Saviani, 2008, p. 297). Diante disso,

o projeto de lei da reforma universitária deu entrada no Congresso Nacional em 7 de outubro e foi aprovado em 6 de novembro de 1968, sendo a lei promulgada em 28 de novembro, porém com vários vetos, fazendo a assepsia dos dispositivos que não se coadunavam com os interesses do regime. Com o Decreto n. 464, de 11/02/1969, ajustou-se melhor a implantação da reforma aos desígnios do regime instaurado pelo golpe de 1964. Efetivamente, o artigo 2º do Decreto negava autorização para funcionamento de universidade ou estabelecimento isolado, mesmo quando satisfeitos os requisitos estabelecidos para sua criação, caso não correspondessem às exigências do mercado de trabalho. Tal determinação encontra-se em consonância com as recomendações do IPES enunciadas no fórum “A educação que nos convém” (Saviani, 2008, p. 297-298).

Esse legado do regime militar materializou-se na institucionalização da visão produtivista de educação. O aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente no nível superior, foi possível pelo inventivo governamental assumido

com uma política educacional. Saviani (2008) mostra que, além desse fortalecimento do setor privado, o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, para adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e também em aproximar o processo formativo ao processo produtivo.

Interfere-se com os aspectos mencionados acima que essas políticas educacionais perduram até os dias atuais, com: a grande vinculação da educação pública às necessidades e interesses do mercado; o favorecimento à privatização do ensino; e a estrutura de ensino, a partir da implantação dos mecanismos organizacionais.

Então, a passagem da década de 1960 para a de 1970 foi sinalizada por mudanças estruturais no sistema nacional de educação. A Ditadura Civil-Militar, condicionada pelo “milagre econômico”, deliberou uma vinculação entre a educação e o modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção. Assim,

o arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas que reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros. O processo da sua proletarianização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979 (Bittar; Ferreira Júnior, 2006, p. 1166).

O comportamento social que retratava os movimentos grevistas da categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, no final da década de 1970, “era do tipo que já engendrava uma consciência da solidariedade de interesses gestadas entre todos os membros do grupo social e que questionava, ainda que do ponto de vista econômico, as bases jurídicas do Estado ditatorial brasileiro” (Bittar; Ferreira Júnior, 2006, p. 1167). Do ponto de vista político, essas greves, evidenciaram, naquele período, um instrumento de conquista das liberdades democráticas, pois possibilitavam questionar de maneira exata o estado ditatorial estabelecido pelo golpe civil-militar em 1964.

O movimento associativo protagonizado pelos professores durante a chamada transição democrática, entretanto, pode ser classificado como um dos principais fatos da história da educação brasileira contemporânea. Ele teve o mérito de chamar a atenção para a nova realidade da escola pública engendrada pelas políticas educacionais da ditadura militar. O principal corolário decorrente dessas reformas foi, sem dúvida nenhuma, a queda brutal da qualidade de ensino [...]. A nova composição social da categoria dos professores que emergiu da política de expansão quantitativa da escola pública, após 1971, e a conseqüente luta sindical por melhores condições de vida e

trabalho foram a mais evidente materialização das profundas mudanças que a educação havia sofrido (Bittar; Ferreira Júnior, 2006, p. 1176).

Com base em todos esses pontos, é necessário refletir que as manifestações dos professores significaram a entrada definitiva da escola pública brasileira no campo educacional da sociedade de massas. Mas também é importante pensar sobre o envolvimento das políticas educacionais na educação, as influências e as características estabelecidas pela ditadura neste período. Uma vez que, no estado de Goiás, os professores sofreram o drama maior do atraso no salário,

centenas de pessoas - na sua maioria professores - lotaram os corredores das Secretarias da Educação e da Fazenda, nos últimos dias, na esperança de conseguir solucionar um difícil problema: receber seus vencimentos atrasados. Existem processos referentes aos exercícios de 1.966 e 1.967, além das pilhas deste ano. A correria aumenta cada vez mais, pois os interessados temem que seus vencimentos caiam em "exercício findo", como aconteceu em anos anteriores, ficando para serem pagos lá por meados de 69. Mais de dois mil processos de professores que trabalham pelo regime de PRO-LABORE e todos os mestres nomeados de Goiânia, estes com vencimentos atrasados nos meses de outubro e novembro aguarda pagamento (Cinco de Março, Goiânia, 23/12/1968, p. 5).

Percebe-se que tanto os secundaristas e universitários reivindicavam seus direitos e deveres dentro da sociedade brasileira, os professores também faziam o mesmo. Estes não baixavam a cabeça e seguiam na luta em prol dos seus benefícios e do seu direito como profissional que recebia pelo seu trabalho como educador nos espaços escolares.

2.4- Memória dos ex-militantes do movimento estudantil em Goiânia

As memórias são caracterizadas individuais, porém surgem conflitos quando as pessoas tentam impor que as lembranças dos outros sejam iguais às suas. Cada indivíduo possui sua própria memória de um evento ou experiência, embora ocasionalmente as lembranças de diferentes sujeitos possam se assemelhar. Para Alessandro Portelli (2006), a memória pública, materializada em suas próprias narrativas, em seus narradores e nos livros de depoimentos, não só é totalmente legítima, mas também está repleta de valores importantes, como obediência, humildade,

inocência, perdão, compaixão e solidariedade familiar e grupal. Essa memória “se fundamenta na experiência vivida e em emoções profundamente sentidas. Mas não deixa de ser uma construção bastante ideológica e institucional, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia” (Portelli, 2006, p. 126-127).

Conforme Portelli (2016), se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira, mas não é dessa forma. Pois cada indivíduo, extrai memórias de uma diversidade de grupos e as institui de maneira própria, como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser partilhada em seus testemunhos. Então,

Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa. Mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memórias, e sim também dentro deles. A brilhante definição, “memória dividida”, precisa ser ampliada e radicalizada para definir não só a dicotomia (e hierarquia implícita) entre a memória institucional da Resistência e a memória coletiva da comunidade, mas também a pluralidade fragmentada de diferentes memórias (Portelli, 2006, p. 127-128).

Ao considerar os depoimentos dos secundaristas e dos universitários como uma memória vivenciada por ex-militares, bem como os colégios Lyceu de Goiânia, o colégio Professor Pedro Gomes e a Universidade Federal de Goiás como espaços de intervenção política, encontramos elementos relevantes para a pesquisa histórica. Especialmente ao considerar esses locais como parte do movimento estudantil, percebemos a necessidade de explorar aspectos específicos da política educacional, levando em conta a estruturação dos colégios e a proposta de enfrentamento e intervenção contra a Ditadura Civil-Militar.

Partindo dessa discussão podemos notar que as memórias são objeto de descrição produzido para registrar e instituir narrativas sobre distintos grupos socioculturais, além de compreender as divisões da memória e como ela pode ser moldada conforme os diferentes interesses e pela própria experiência daqueles que vivenciaram o evento em questão. Dessa forma, podemos estudar a memória, de um determinado indivíduo ou grupo, por meio da história oral. A memória como fonte do conhecimento histórico, pode ser situada dentro em um contexto social, econômico, cultural e político, percebendo-se os sujeitos que tomam a palavra para “enunciar sobre

essa narrativa coletiva, uma vez que a rigor a memória nunca é apenas individual, por mais que seja sempre um ou mais indivíduos que sejam autorizados e/ou conduzidos a falar em nome dessa perspectiva urdida coletivamente” (Barrero Junior; Costa Júnior, 2019, p. 172).

Para o desdobramento dos aspectos metodológicos, a discussão de Marson (1984) nos permitirá entender o que o documento é capaz de nos falar sobre o passado dos estudantes no movimento estudantil, que envolvem a trama dos acontecimentos e as situações descritas. Além de compreender o documento como uma possibilidade de entender o real, é necessário analisar o documento na totalidade e perceber o valor substantivo que este registro documental possui. Para isso, pode-se perceber que essa discussão acerca de documento é essencial para a compreensão das fontes, a partir da forma que elas devem ser analisadas e entendidas no âmbito histórico, social, político e educacional.

Ao analisar as transcrições dos depoimentos, é necessário evidenciar que as fontes históricas orais são fontes *narrativas*. Conforme Portelli (1997),

mas o realmente é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (Portelli, 1997, p. 33).

Pode-se encontrar com narradores cuja consciência histórica parece ter sido capturada em situações climáticas de suas experiências pessoais, exemplo disso, são os certos membros da Resistência, ou os veteranos de guerra, e talvez alguns militantes estudantis dos anos de 1960. Possivelmente, estes sujeitos são absorvidos pela totalidade do evento histórico do qual fizeram parte, “e seu relato assume cadências e fraseologia de *épicos*. A distinção entre estilo épico e irônico implica uma distinção entre perspectivas históricas, que deviam ser levadas em consideração em nossa interpretação do testemunho” (Portelli, 1997, p. 34).

Conforme Barros (2010), é necessário realizar uma descrição, um contexto, uma re-contextualização e além disso, identificar as vozes que estão presentes nas fontes. Assim sendo, quando pensamos em diferentes “vozes”, é possível indagar, além do

discurso da repressão ao movimento, quais seriam as forças externas, os estudantes e a gestão dos espaços.

Para circunstanciar esses aspectos centrais, precisamos primeiramente evidenciar o “lugar” em que serão constituídas as críticas e reflexões em torno de nosso objeto de pesquisa. De acordo com Certeau (1982), toda pesquisa historiográfica está ligada a um lugar de produção cultural, política e socioeconômica. Desse modo, “é em função desse lugar que se instaura os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas se organizam” (Certeau, 1982, p. 66). Com isso, as propostas de intervenção delineadas nestes espaços serão lidas/interpretadas no campo da História.

Esse “lugar” é ocupado pelos historiadores no campo da história, visto que o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia. Partindo disso, é necessário pensar na especificidade da fonte jornalística. Os jornais não são “obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (Luca, 2008, p. 140). De fato, é evidenciando o “lugar” e a partir da escrita que o historiador consegue responder à sua problemática por meio das fontes. Nesse caso, através dos recortes de jornais, o “lugar” onde serão constituídas as reflexões e as críticas.

A partir do movimento estudantil secundarista e universitário desses respectivos colégios, o intuito é evidenciar que esses lugares foram espaços de enfrentamento e intervenção contra a Ditadura Civil-Militar no estado de Goiás. A respeito do Colégio Lyceu de Goiânia,

este Colégio devido a sua atuação central e o seu grande número de alunos, com funcionamento de três (3) turnos, tem sido palco de uma série de movimentos políticos estudantis. Após a Revolução de 31 de março de 1964, já no Governo do Excelentíssimo Senhor Marechal Emílio Rodrigues Ribas Júnior⁷⁶ houve uma greve naquele Educandário, articulada e comandada por JÚNIO ANDRADE DE CARVALHO (atual estudante de Filosofia da UFG) culminando com o afastamento da Diretora daquele Colégio, HECÍLIA MILAZZO, por ter expulsado alunos baderneiros. Logo, após o afastamento daquela Diretora o Secretário da Educação tornou sem efeito as expulsões (Arquivos Revelados, 2016, p. 601).

⁷⁶ Emílio Rodrigues Ribas Júnior nasceu em Amazonas no ano de 1897 e faleceu em 1973, foi marechal e governador de Goiás, de 23 de janeiro de 1965 a 31 de janeiro de 1966.

Diante do que está exposto nessa citação, é necessário entender a partir desse contexto histórico uma questão fundamental: foi “Revolução” ou “Golpe”. Para os militares esse período da ditadura foi analisado como uma Revolução, mas a partir dos estudos historiográficos pode-se compreender que, segundo Napolitano (2014), houve no Brasil um golpe causado por uma “trama de engenharia política”, que ficou conhecido como o início da Ditadura Civil-Militar. Além disso, essa fonte evidência que nesse colégio Lyceu de Goiânia houve uma série de movimentos políticos estudantis, com isso, entende-se que era um movimento estudantil que tinha cunho político, mas também social e educacional.

Em relação à greve ocorrida no Lyceu de Goiânia, quem articulou e comandou esse acontecimento foi o estudante de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Júnio Andrade de Carvalho, nascido no dia 10 de junho de 1945, em Ipameri/GO.

Foi indiciado no Inquérito Policial Militar - IPM, instaurado pela Portaria nº 015- AJG, de 23 SET 66, do Comandante Militar de Brasília e 11º Região Militar - CMB/11º RM, para apurar atividades subversivas desenvolvidas no meio estudantil, na política e na imprensa, em Goiás. O encarregado do Inquérito concluiu que os fatos apurados constituíam crimes cujo o julgamento competia a Justiça Militar. Em 26 Nov 66, os autos do Inquérito foram remetidos ao CMB/11º RM para os devidos fins de direito (Arquivos Revelados, 2016, p. 608).

Este militante foi um forte articulador contra a repressão militar, manifestou juntamente com os estudantes dessa instituição, na qual, foi ex-aluno. Percebe-se que nesta época a atuação estudantil era compreendida como um crime, ou seja, o posicionamento dos militantes eram investigadas e julgadas pelos militares. Mas depois dessa fase no movimento estudantil, Júnio Andrade de Carvalho, no decorrer da década de 1980, torna-se membro do Conselho Consultivo da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás - ACIEGO; “secretário-geral do Centro Democrático Empresarial - CDE; Coordenador do Sistema Nacional de Empregos - SINE/GO) suplente do Diretório Regional do PMDB/GO e por último suplente do Diretório Municipal do PMDB em Goiânia/GO” (Arquivos Revelados, 2016, p. 608).

Na obra, *Arquivos Revelados* (2016), tem uma abordagem sobre o movimento estudantil em Goiás que deve ser visto apenas a partir de 1959, no governo de José Feliciano Ferreira, do Partido Social Democrático - PSD, quando teve uma greve liderada pela União Goiana dos Estudantes Secundários – UGES, que estava sob a

presidência do estudante Tarzan de Castro, um dos maiores líderes estudantis de Goiás no período da Ditadura Civil-Militar.

Tarzan de Castro nasceu em 05 de junho de 1938, em Alto Araguaia, no Mato Grosso, na época ele tinha vários nomes de guerra ou codinomes como: Sérgio, Antônio, Paulo, Rodrigo, Rogério, entre outros. Mas com doze anos mudou-se para Jataí, no interior de Goiás, e no ano de 1956 foi morar em Goiânia. De acordo com o depoimento do militante Tarzan de Castro,

em 1956, quando era estudante no Lyceu de Goiânia, comecei a fazer parte do movimento secundarista (presidi importantes entidades). Engaje-me, também, na luta pela reforma agrária, participando ativamente na fundação de associações e sindicatos. Conforme dados levantados pela Polícia Técnicas do Dops, minha ficha fazia parte de todos os arquivos do país e até do FBI, a pretexto de registrar a liderança exercida por mim em todos os movimentos no Estado de Goiás (Castro apud Salles, 2008, p. 150).

Este militante era procurado, além disso, os algozes da ditadura civil-militar passaram a perseguir vários membros da sua família, com ameaças de torturas, prisões e mortes. Tarzan de Castro participou de maneira ativa e intensa no movimento estudantil na capital goiana, desde jovem atuava como militante nos movimentos de resistências.

Evidenciando essa questão, devemos lembrar que além da relação com o passado, a memória também pode ser motivada consoante o período em que o relato é colhido. Sendo assim,

temos que ter em mente que os depoimentos estão relacionados a determinadas escolhas pessoais ou coletivas, as quais estão contidas na psique do indivíduo, sendo também definidas pelo momento de vida da pessoa que relata, ou seja, o indivíduo ou um determinado grupo que narra uma experiência específica de uma maneira em um momento de alegria e de outra em um período de pesar. Tal formulação nos leva a pensar numa operação racional de reflexão sobre essas experiências individuais, as quais também são influenciadas por certas carências de orientação no tempo desses agentes (Barrero Junior; Costa Júnior, 2019, p. 176-177).

Lembra-se que a memória está sempre sendo remodelada conforme os seus fatores específicos. Com isso, também é importante frisar que os alunos eram interpretados como baderneiros e, só queriam se projetar dentro desses movimentos estudantis. A realidade era outra, porém, não apenas nessa fonte, mas em outras fontes

os alunos não possuem voz e são barrados por diretoras e militares dentro e fora do ambiente institucional. De fato,

dando sequência aqueles acontecimentos colegiais houve, no referido LICEU, no primeiro semestre do corrente ano, a título de reclamação pela inovação adaptada no uniforme, outro movimento grevista de agitação, promovido pelos mesmos estudantes, a saber: DORIVAL DE MELO SOBRINHO, MÁRIO PÁSCOA BORGES, MARCANTÔNIO DELLA CÔRTE, com a colaboração de JÚNIO ANDRADE CARVALHO, (estudante de Filosofia, ex-aluno do LICEU) que conseguiu um manifesto do D.A de sua Faculdade apoiando o movimento grevista do LICEU, por essa ocasião houve expulsões de alunos daquele estabelecimento de ensino pelos mesmos motivos, isto é, de agitação e, também, ocasionando o afastamento da Diretora ORPHÉLIA DE PINA e a anulação do ato de expulsão (Arquivos Revelados, 2016, p. 601).

Nessa fonte mostra de maneira explícita que os alunos reclamaram a respeito da inovação do uniforme, visto que, isso acabou gerando uma greve com grande agitação pelos estudantes deste respectivo colégio. Compreende que eles reclamavam e não eram ouvidos dentro do ambiente escolar, então a alternativa que eles encontravam era de organizar e realizar as greves estudantis, visto que, eles contaram com a participação de um ex-aluno desse colégio, Júnio Andrade de Carvalho, que naquela época era um universitário, que acabou conseguindo um manifesto da UFG apoiando essa greve. Por ser um ex-aluno dessa instituição escolar, percebe-se o seu interesse em manifestar em prol dos interesses dos atuais estudantes desse colégio, além de deixar em evidência essa parceria política dos secundaristas com o jovem universitário.

Conforme o depoimento de um dos estudantes, Marcantônio Della Corte, que nasceu em 12 de outubro de 1946 e ingressou no PC do B em 1963, sonhando com uma revolução que transformaria este mundo em um lugar mais igualitário, justo e mais humano para todas as mulheres e homens. Assim, “acredito que a essência de toda luta política não se restringe a atos solitários, mas, sim, a ações coletivas que legitimam a prática revolucionária e sustentam, ideologicamente, os objetivos a ser alcançados” (Corte apud Salles, 2008, p. 117).

Os partidos de esquerda, em Goiás, preferiram seguir as tendências nacionais e os dois principais tipos de revolução social, que era a pacífica pelo Partido Comunista Brasileiro, a armada pelo Partido Comunista do Brasil, a Organização Revolucionária

Marxista Política Operária - POLOP⁷⁷ e, entre outras. Esses partidos políticos inseriam-se aos poucos nos movimentos estudantis e foi o ponto de controvérsias acirrando o início do conflito entre estudantes e a Ditadura Civil-Militar em Goiás, pois os militantes do movimento estudantil foram acusados de subversivos e comunistas.

O jovem participa do Movimento Estudantil como uma opção pessoal, motivada por fatores sociais, econômicos, políticos, com significativa influência dos partidos políticos que atuam na universidade, dominando a estrutura burocrática das entidades estudantis. As diversas teorias que tentam explicar o significado da atuação dos estudantes não priorizam o fato que não existe o movimento estudantil organizado sem a vinculação de suas lideranças como os partidos políticos (Paula, 2009, p. 69).

Diante do exposto, os movimentos de esquerda desempenharam um papel significativo no cenário político brasileiro, e o estado de Goiás não foi exceção. O PCB influenciou a luta sindical e política, direcionando muitas políticas da direita, e suas propostas eram conhecidas como nacional-reformistas, influenciando os movimentos estudantis e sociais.

Para Marcantônio Della Corte, em 1966 existia o Partido Comunista, fundado em 1922 e se reorganizou em Goiás em 1962, tendo como proposta fazer a revolução brasileira, a revolução socialista. O PC do B em Goiás sobreviveu ao golpe; já o Partido Comunista Brasileiro, não. O Partido Comunista Brasileiro foi totalmente esfacelado com o golpe de 1964 em Goiás, mas o PC do B não foi. Pois “Tarzan era o dirigente máximo naquela época. Ele caiu, mas o PC do B, não. Tarzan sempre teve uma posição muito reta (Corte apud Alves; Côrtes, 2013, p. 375). Marcantônio Della Corte afirma que,

no decorrer do período quatro importantes companheiros foram presos e eu gostaria de dizer que é muito complicado alguém julgar o outro. Tenho na minha mente que ninguém entrou obrigado em uma luta clandestina, uma luta contra o governo. Quem fez, o fez de forma espontânea e voluntária. Era uma luta voluntária. Você entra e você sai. Você fica, ou você não fica. Em uma luta voluntária, é claro que existem determinados princípios que norteavam e ainda norteavam um militante comunista, um militante socialista, um militante de esquerda. Mas só quem passou por um inquérito, por IPM, só quem passou pelo processo inquisitorial sabe como as coisas acontecem. Formas de torturas existem várias, imensas, desde a psicológica à física; e é muito complicado chegar e julgar um companheiro, se ele foi ou mais ou menos resistente (Corte apud Alves; Côrtes, 2013, p. 375).

⁷⁷ POLOP foi uma organização da esquerda extraparlamentar brasileira, contrária à linha do Partido Comunista Brasileiro, e que deu origem a várias outras: Comando de Libertação Nacional - Colina e a Vanguarda Popular Revolucionária - VPR.

Além da sua participação no movimento grevista do colégio Lyceu, como estudante dessa instituição, logo depois, teve uma participação fora dessa instituição, onde ele e seu companheiro Juarez Ferraz da Maia foram presos em 13 de novembro de 1967, pela polícia estadual, distribuindo panfletos contra o governo, não teve nenhuma resistência da parte deles, mesmo assim, alguns companheiros foram agredidos. Portanto,

qualquer reação seria loucura. Não postávamos nenhuma arma nem tínhamos preparo para reagir. Éramos membros do Comitê Secundarista do PCB. A nossa luta não era militar, era política. Mesmo assim, do ponto de vista da Lei de Segurança Nacional, nossas ações colocavam em risco a segurança do País tanto quanto as ações das esquerdas que advogavam a luta armada (Corte apud Salles, 2008, p. 119).

Após cumprir a pena, Della Corte, voltou para Goiânia, e continuou militando abertamente no movimento estudantil e clandestinamente também contra o Governo, mesmo já tendo sido preso no PC do B e com um processo pesado em cima. Por fim, Marcantônio Della Corte em seu depoimento afirma que,

na verdade, éramos jovens estudantes, podendo até ser considerados imaturos, porém plenamente conscientes do que estávamos fazendo. Nosso partido não adotava a luta armada para chegar ao poder. Acreditava que poderíamos vencer o governo, unindo as forças progressistas e democráticas em uma grande frente política que poderia desestabilizar e derrubar o regime estabelecido pela força das armas (Corte apud Salles, 2008, p. 126).

No entanto, as iniciativas dos secundaristas para organizar o movimento democrático foram duramente rebatidas por forças liberais, neoliberais e conservadoras. Como demonstrado por Sofiati, Marques e Ferreira (2021, p. 15), “o uso da força policial revela a falta de diálogo e debate com os principais sujeitos envolvidos, como os alunos [...]”. Era essencial compreender a formação de opinião, comportamentos e atitudes dos jovens estudantes em relação aos valores políticos diante da realidade política.

Além dos estudantes Dorival de Melo Sobrinho, Júnio Andrade Carvalho, Tarzan de Castro e Marcantônio Della Corte, outros alunos também participaram ativamente do movimento estudantil no colégio Lyceu de Goiânia. Logo em seguida, destaca-se o depoimento de Luiz José do Rego da Cunha Lima, Mário Páscoa Borges,

Roberto José do Rego da Cunha Lima, José Elias Fernandes, Allan Kardec, entre outros, que também contribuíram para a mobilização estudantil.

Luiz José do Rego da Cunha Lima, nasceu em 13 de agosto de 1950, em seu depoimento menciona que veio no embalo da construção da capital de Brasília, com uma geração constituída por sete irmãos. De acordo com ele,

depois do golpe de 64, no universo das amizades, passei a conviver com dois companheiros que já militavam na juventude de um partido clandestino, um partido de esquerda que era uma dissidência do tronco do glorioso Partido Comunista Brasileiro, o PC do B de João Amazonas. Havia uma militância de reuniões, de estudos políticos, algumas ações de pichações, distribuição de folhetos, de manifestos. Enfim, um setor de propaganda dentro do movimento estudantil, porque éramos secundaristas do Lyceu, já naquela ocasião (Lima apud Alves; Côrtes, 2013. p. 349).

Lima estava fazendo o ginásial em 1965, no Lyceu de Goiânia, nesse período passou curiosamente do PC do B, naquela ocasião, para as bases da juventude do PCB. Nessa instituição havia o Grêmio Literário, onde ele e seus amigos viviam muito mais na sala do Grêmio do que na sala de aula propriamente, essa sala do Grêmio era uma sala de formação e informação. O grêmio Literário Felix de Bulhões representava um plano político em que a disputa era encarada com muita força e seriedade, em uma proposta política filosófica. Luiz José Lima discorre que,

as marchas e contramarchas que eram configuradas nas mobilizações de greve no Lyceu e passeatas, principalmente. Esse era o tipo de luta que era desenvolvida dentro do movimento estudantil entre 1964 e 1968 [...] Lembrome que o Lyceu foi cercado uma ou duas vezes, principalmente no ano de 1968, onde o conflito se intensificou entre o movimento estudantil e as forças de repressão da ditadura militar” (Lima apud Alves; Côrtes, 2013, p. 351).

O Lyceu foi palco de acontecimentos muito intensos e vibrantes, ocorrendo várias greves dentro e fora do ambiente escolar. As forças policiais atuaram mais no momento em que alguns dos movimentos de rua tinham como refúgio, ou zona de início de partida, o Lyceu de Goiânia. Para o militante Luiz José Lima,

eram mais nesses momentos que o Lyceu era atingido pelas forças policiais, sendo cercado e às vezes acontecia de não só jogarem bomba de lacrimogêneo, como bater com cassetetes em pessoas que tentavam fugir e em pessoas que tentavam entrar. Soldados que adentravam até a zona dos corredores e nos prendia dentro do Lyceu. A repressão ia quase que dentro do

coração da escola para buscar os líderes, aqueles que eles consideravam ativista (Lima apud Alves; Côrtes, 2013, p. 351).

A memória desse estudante evidencia que, nesse período ditatorial teve momentos dramáticos, com prisões em volta do campo do Lyceu e até nas ruas adjacentes e também no pátio. Ainda nessa época havia comícios relâmpagos, eram comícios que acontecia rapidamente, em lugares estratégicos, para não se dar tempo ao esquema da repressão e poder sufocar a ação.

Esses comícios aconteciam em alguns pontos da cidade, como em Campinas, no mercado, na Vila Nova, nas ruas, na Avenida Goiás, na Avenida Anhanguera e próximos a zona da escola. Havia vários companheiros que participavam dos comícios relâmpagos, e eu era um dos que participava desses comícios, além das pichações que fazíamos, onde as palavras de ordem eram: abaixo a ditadura, abaixo ao Mec-Usaid, fora gorilas. Enfim, existiam diversos tipos de ações que realizávamos (Lima apud Alves; Côrtes, 2013, p. 352).

A realização desses comícios relâmpagos pelos estudantes em Goiânia tinha como um dos aspectos centrais a luta pelo fim do acordo entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e a United States Agency for International Development - USAID. Esse acordo foi implementado no Brasil com a lei 5.540/68, mas foram negociados secretamente e só se tornaram públicos em 1966 após intensa pressão política e popular. Para Fávero (2009), essa adesão previa reformas e privatização no ensino brasileiro, inspiradas em modelos e aplicadas por técnicos dos Estados Unidos. A partir daí, a USAID soube desfrutar da abertura de Castelo Branco à nossa educação, com projetos que envolviam o ensino primário, médio e o superior, além de capacitar os educadores das nossas instituições de ensino, que também intervêm na produção e na veiculação de livros didáticos e técnicos.

Conforme Schimdt (2012), é importante pensar a cultura escolar para além do espaço educacional, isto é, refletindo em torno da consciência histórica que os alunos desenvolvem a partir do contexto histórico, social, econômico e cultural. Partindo disso, é preciso salientar que não está em pauta apenas a inovação do uniforme, mas toda a abordagem dessa consciência que os alunos teriam a respeito de se posicionar enquanto estudante crítico e reflexivo, no qual, a construção da identidade se realiza geralmente em meio ao poder e da tentativa de dominação, isso acontece tanto na intimidade dos sujeitos individuais como também na relação entre eles.

Logo, alguns estudantes do colégio Lyceu participaram ativamente no movimento desencadeado na segunda quinzena do mês de setembro. Mário Páscoa Borges, aluno desse colégio e presidente do grêmio, foi quem articulou a participação dos secundaristas da capital goiana no mencionado movimento. Este estudante no dia 21, pela manhã, levou para o Centro Acadêmico XI de maio, da Faculdade de Direito da UFG, “um altofalante do seu Grêmio e material de desenho para os preparativos durante a concentração antes do início da passeata, sendo ele pertencente a equipe da Rádio Riviera e de cobertura radiofônica ao movimento, através de telefone” (Arquivos Revelados, 2016, p. 602). O jovem universitário e ex-aluno dessa instituição escolar, Júnio Andrade de Carvalho, foi quem manteve constantes contatos com os alunos desse colégio.

Havia uma preparação entre os estudantes para os protestos e as manifestações. Eles utilizavam alto-falante e materiais de desenho, como cartolinas com informações e frases que desejavam exibir quanto para o público que estava nas ruas quanto para aqueles que estavam junto a eles. Ao analisar esse contexto, fica evidente que o público alvo dessas manifestações incluía as pessoas que estavam nas ruas, outros estudantes e, principalmente, os militares. Os alunos queriam transmitir suas reivindicações políticas e educacionais para a sociedade, especialmente em um período marcado pela autoritariedade.

No ano de 1968, ocorreu uma nova assembleia na qual Jackson Luiz Pires Machado, presidente do Grêmio Literário “Félix de Bulhões” do colégio Lyceu de Goiânia e estudante a 3º série do Curso Científico, “foi relacionado entre os estudantes que compareceram às assembleias do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás - DCE/UFG, realizadas nos dias 29 e 30 Mar 68” (Arquivos Revelados, 2016, p. 686). Entretanto,

quando, das medidas de repressão por parte das autoridades para coibir as atividades subversivas e movimentos de agitação eclodidos no meio estudantil, em Goiânia/GO, o nominado, então presidente do Grêmio Literário “Félix de Bulhões”, do Liceu de Goiânia, fez publicar no semanário “Cinco de Março”, edição de 22 Abr 68, uma nota de protesto em solidariedade a um estudante, colega seu, preso durante os referidos movimentos (Arquivos Revelados, 2016, p. 686).

Ainda em 1968, Jackson Machado, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado por determinação do comandante Militar do Planalto. Isso ocorreu

porque, na qualidade de presidente do grêmio, convocou uma assembleia geral para tratar de manifestações de solidariedade com entidades universitárias, além disso, “permitiu a interferência de universitários nessa assembleia (presidente do DA/Faculdade de Direito da UFG); participou das reuniões do DCE integrando inclusive a Comissão Central dos Estudantes [...]” (Arquivos Revelados, 2016, p. 687).

Dessa forma, “é possível compreender que a contestação dos jovens pretendeu, negar sua vinculação ao sistema, por uma prática diferenciada, capaz de implementar um novo projeto de sociedade (Cruz, 2013, p. 13). Esse novo projeto está pautado no objetivo de estabelecer uma representatividade estudantil dentro do espaço social, na perspectiva que os jovens tenham voz e as suas opiniões sejam compreendidas e respeitadas no âmbito político.

Maria da Glória Gohn (2011) argumenta que, as lutas e os movimentos em prol da educação são processos históricos que ocorrem dentro quanto fora das instituições escolares. Esses movimentos não se limitam apenas às demandas educacionais, mas também englobam a luta por direitos e contribuem para a construção da cidadania. Assim, os movimentos sociais pela educação abordam uma variedade de questões, incluindo aquelas relacionadas às escolas, aos direitos culturais e humanos, entre outros. Diante disso, os movimentos sociais servem como fontes e agências na produção de saber. O ambiente escolar desempenha um papel essencial nesse processo, pois a participação ativa na escola gera aprendizado político para o envolvimento na sociedade em geral.

No início da Ditadura Civil-Militar no Brasil, o Colégio Estadual Professor Pedro Gomes se manteve afastado do movimento estudantil, apesar dos contatos dos dirigentes do seu grêmio com os correlatos e terem tomado parte ativa nas articulações, não conseguiram empolgar os alunos dessa instituição. No entanto, através de ameaças telefônicas recebidas pela Diretora, boatos espalhados no seu interior, fizeram com que se desenvolvessem os fatos, já relatados, que ocasionaram a morte do cabo da Polícia Militar - PM de Goiás. Desse modo,

tiveram atuação destacada neste Colégio: ARIVAM MINASI, Presidente do Grêmio, que após insistência de seu colega JOSÉ CARLOS DO CARMO, (foragido) secretário daquela agremiação, procurou manter contato com MÁRIO PÁSCOA BORGES, ROBERTO JOSÉ DA CUNHA LIMA e DORIVAL DE MELO SOBRINHO, estudante do Liceu de Goiânia, para entrosamento no movimento [...]. CESMAR MOURA DE OLIVEIRA, ex-presidente do Grêmio, tomou parte nas articulações e no desenrolar dos acontecimentos estudantis, cooperou na confecção de faixas e cartazes, tendo,

inclusive, levado ao DCE folhas de cartolinas. Foi quem levou o boato da morte de TARZAN DE CASTRO para seu Colégio (Arquivos Revelados, 2016, p. 602).

A partir disso, é necessário evidenciar que Roberto José do Rego da Cunha Lima era irmão do militante Luiz José do Rego da Cunha Lima. Sendo que, Roberto José, era menor e estudante do colégio Pedro Gomes, participou de muitas reuniões da União Estadual dos Estudantes em Goiás - UEE-GO como representante dos secundaristas nas articulações e no desencadeamento das agitações estudantis e foi considerado como um dos elementos que mais se destacaram no movimento estudantil, assumindo “a vice - presidência da União Brasileira de Estudantes Secundários - UBES, e militou na Ação Popular - AP e na Aliança Libertadora Nacional - ALN, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1967 até 1969 (Arquivos Revelados, 2016, p. 679).

Com a decorrência dessa atuação política, Luiz José Lima sofreu as perseguições do regime militar de execução então vigente no país. Foi preso muitas vezes, indiciado em IPM's, denunciado e condenado a 12 meses de detenção pela Justiça Militar, pena que cumpriu, parte no 10º Batalhão de Caçadores do exército brasileiro, em Goiânia, a parte nas dependências da DOPS da cidade de São Paulo. Além disso, “em 1966 foi indiciado em Inquérito Policial Militar para apurar atividades subversivas desenvolvidas no meio estudantil, em Goiás” (Arquivos Revelados, 2016, p. 680). Mas no ano de 1967, como militante ativo, infiltrou-se na Vila Piloto de Jupiá-São Paulo, sendo contratado pelas Centrais Elétricas de São Paulo - CESP, com fachada de legalidade às suas verdadeiras intenções.

Conforme a notícia mencionada acima, os alunos envolvidos nos movimentos estudantis tinham articulação política para organizar protestos e demandas educacionais, para lutar a favor dos seus direitos educacionais. Com o depoimento do militante José Elias Fernandes, nascido em 4 de dezembro de 1941, jornalista profissional e bacharel em Direito, e estudante do colégio Lyceu de Goiânia,

em 1966, ocorreu a notícia que Tarzan de Castro havia sido assassinado ao fugir do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Eu estudava no Lyceu de Goiânia, onde já granjeava como jornalista e orador da época, eu era boa liderança no colégio, ao lado de Nelson Figueiredo e outros colegas. Convoquei uma greve geral no colégio à noite e, à medida que o colégio parou, reunimos todos no pátio e começamos os discursos. A polícia chegou, comandada pelo oficial do Exército na época, e promoveu um tiroteio que, eu acho, nunca antes foi visto em um estabelecimento de ensino. Cobriram o colégio de tiro, quebrando paredes e telhas com balas de carabina, fuzil e

revólver. Deram tantos tiros que acabaram matando um soldado, próprio colega deles (Fernandes apud Alves; Côrtes, 2013, p. 260-261).

A ação dos militares, que deveria ser voltada para o ensino, conscientização e empatia diante da perda de um estudante e militante, muitas vezes se manifestava de forma violenta e repressiva, exacerbando ainda mais as tensões no ambiente escolar. É importante destacar a cultura política e escolar, influenciada pela consciência histórica dos jovens estudantes em relação à Ditadura Civil-Militar e ao contexto que culminou no golpe de 1964. Dentro do ambiente educacional, a relação entre os acontecimentos políticos e as tentativas de suprimir os direitos sociais era amplamente discutida e questionada.

As recordações mais individuais estão ligadas à memória coletiva, uma vez que, a relação entre memória e história torna-se mais sensível no período da Ditadura Civil-Militar, em decorrer da “prisão arbitrária de pessoas, seguida quase sempre de tortura, e, várias vezes de morte” (Fico, 2012, p. 44). A memória, antes de ser individual, é coletiva, essa coletividade em primeiro lugar se constrói como um grupo a partir de laços políticos. Para Ricouer (2007), a memória dos indivíduos é incorporada na contribuição da identidade por meio da função narrativa, sendo que, a reconstrução da memória se torna possível pelos recursos oferecidos pela configuração da narrativa histórica dos sujeitos, visando modelar a identidade dos protagonistas da ação.

O estudante José Elias Fernandes teve outra experiência marcante em sua trajetória estudantil e política, foi preso, ainda trabalhando no jornal “Cinco de Março”,

dando cobertura a uma greve na porta do Lyceu de Goiânia, fui recolhido pela Polícia Federal e conduzido ao 10º andar de um prédio na Avenida Goiás com a rua 1, onde funcionava uma delegacia, juntamente com Eduardo, meu colega do jornal. Lá ficamos das dez da manhã até as duas da madrugada, sem beber água, recebendo apenas insultos (Fernandes apud Alves; Côrtes, 2013, p. 261).

No contexto político da época, os alunos enfrentavam um forte silenciamento devido à suas próprias opiniões e decisões. Como destaca Schmidt (2012, p. 97), a dimensão política da cultura histórica “baseia-se no princípio de que, qualquer forma de dominação necessita da adesão e/ou consentimento dos dominados e a memória histórica tem um papel importante nesse processo, particularmente devido à necessidade de legitimação para o consentimento”. Nesse sentido, os alunos que desafiavam o status

que buscavam expressar suas vozes enfrentavam resistências e repressão, pois representavam uma ameaça à ordem estabelecida.

A Diretora do colégio Professor Pedro Gomes acabou recebendo ordens da Secretária da Educação para suspender as aulas, mas “foi ela interpelada pelo ex presidente do grêmio estudantil, no momento em que mandava os alunos para suas respectivas casas, a respeito do movimento e, a seguir, se dirigiu aos colegas dizendo lhes “...Somente os covardes vão para casa...” (Arquivos Revelados, 2016, p. 602).

Se, a partir daquele momento, os alunos fossem para suas casas, eles eram colocados como “covardes”, mas se ficassem eram compreendidos como “baderneiros”. De toda forma seriam avaliados e julgados, seja pelos colegas do movimento ou pela gestão, que não deveriam estar nas ruas fazendo manifestações, só deveriam aceitar o que estava decretado pelos políticos, militares e pelas diretoras do colégio.

Os estudantes foram silenciados e expulsos pelas diretoras dos colégios. Nas fontes estão explícitas apenas as vozes da repressão, e não há espaço para os estudantes expressarem suas opiniões e demandas políticas sobre o período. É importante fazer uma contraposição a essa repressão policial, especialmente considerando uma reportagem em que um estudante chama aqueles que optam por ir para casa de “covardes”. Isso evidencia a posição do aluno em relação à necessidade de luta no contexto do regime ditatorial. Essa atitude demonstra a determinação dos estudantes em enfrentar a repressão e resistir às injustiças do sistema autoritário.

Destarte, é importante evidenciar a História Oral como um referencial para esta pesquisa, de acordo com Verena Alberti (2005), a fonte oral possibilita o registro de testemunhos e o acesso a ‘história dentro da história’ ampliando as possibilidades de interpretação do passado. Assim, Ricoeur (2007) define como memória enferma a memória relacionada a uma memória de traumas que tende a ser esquecida para controlar essa situação de dor e sofrimento. Logo, ao evidenciar o depoimento de alguns ex militantes que viveram o período do regime civil-militar no estado de Goiás, pode-se perceber que foram torturados, ameaçados ou ficaram desaparecidos. Além disso, os panfletos eram considerados subversivos, o ex- representante da classe e orador do grêmio “Félix de Bulhões”, do colégio Lyceu de Goiânia, Léo Lynce do Carmo Rodrigues, era participante ativo de greves estudantis na capital de Goiânia.

Teve sua matrícula recusada no Colégio Estadual de Goiânia em 1967, em virtude de suas atividades de agitação no mencionado estabelecimento de

ensino. Escolhido em princípio de 1968 por uma assembleia de Presidentes de Grêmios estudantis de Goiânia, para candidato à Presidência da CGE. Deu todo o seu apoio pessoal e de presidente da CGE aos estudantes expulsos dos diversos estabelecimentos de ensino em Goiânia (Arquivos Revelados, 2016, p. 690).

Esse militante ofereceu apoio aos envolvidos em atividades de subversão e agitação, sendo identificado “responsável, como presidente da CGE, pela divulgação e difusão de inúmeros panfletos e manifestos de caráter subversivos em Goiânia” (Arquivos Revelados, 2016, p. 690). Percebe-se que esses panfletos eram vistos como uma forma de protesto contra o regime ditatorial, o que levava o governo vigente a não tolerar sua divulgação e veiculação entre os estudantes.

Além disso, as notícias veiculadas nos jornais *O Popular* e *Folha de Goiás*, fazem referência aos jovens estudantes dos colégios Lyceu de Goiânia e Professor Pedro Gomes, abordando a participação desses alunos no movimento estudantil durante o período ditatorial em Goiânia. Os recortes de jornais têm como eixo central as manifestações e nos protestos que os alunos realizados pelos alunos desses colégios, tanto nas ruas quanto no próprio ambiente escolar, com os grêmios estudantis e alguns alunos da Universidade Federal de Goiás atuando como organizadores. Essas ações eram vistas como um desafio à ditadura, o que muitas vezes resultava em uma percepção negativa dos alunos dentro do ambiente escolar.

A notícia do jornal *Folha de Goiás* em 23 de setembro de 1966, página 3, evidência que as manchetes de jornais davam conta de que um aluno sempre se destacava como liderança do Movimento estudantil, desde o golpe de 1964, quando ainda era secundarista. Em matéria do dia 05 de outubro de 1966, esse jornal comentou a notícia da *Folha de São Paulo*, que perguntava o paradeiro do estudante. Desaparecido dois meses antes, este aluno dizia estar preso por uma viagem que fez à China e foi descoberta pela polícia.

O corpo docente daquele estabelecimento, não havia, até aquele momento, participado ativamente do movimento que há três dias eclodiu nesta capital. Todavia ao discutirem, em classe, a propalada morte do estudante Tarzan de Castro, acordaram em fazer uma greve nas aulas, até na próxima segunda-feira. Acertada a greve entre os líderes estudantis, alguns alunos, em número aproximado de 100(cem), resolveram abandonar as suas classes e se dirigiram ao portão de entrada do colégio. Nas adjacências do “Pedro

Gomes” encontrava-se uma centena de elementos da polícia civil e alguns do DFSP (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 3).⁷⁸

Os estudantes do colégio Pedro Gomes saíram as ruas, mas “foram dispersos por aqueles agentes policiais, que usaram suas armas de fogo, sem, contudo, fazerem vítimas, com exceção de José Ribeiro de Freitas, que passava nas proximidades de lambreta e que nada tinha a ver com o movimento e que foi ferido à bala” (Folha de Goiás, Goiânia, 1966, p. 3).

De acordo com Pereira (2015), esse jornal abordou o acontecido e no dia seguinte, os protestos e as passeatas na capital goiana mostravam que os alunos e os militares não se entendiam. Os estudantes desafiavam a Lei Suplicy, e mesmo na ilegalidade, estavam organizados e sabiam que os problemas políticos eram à ordem vigente. Diante disso, pode-se perceber que havia a participação dos discentes da Universidade Católica e não apenas dos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás.

Os militares estabeleceram mais um Decreto em 1967, Lei nº. 228/67, que não alterou muito a Lei Suplicy. As resistências dos alunos assustaram os militares pelo poder de organização e agilidade, que cada dia ganhava apoio da sociedade de intelectuais, artistas e músicos, mas a nova lei fortaleceu a destruição de qualquer atividade política do movimento estudantil no interior das Universidades, então as bases de repressão dos militares estavam formadas em 1968, “com a edição do AI-5, que buscava a eliminação dos movimentos estudantis e sociais, mas os estudantes não desistiram e, na ilegalidade, procuraram aproximar-se dos partidos de esquerda, buscando formas alternativas de combate” (Pereira, 2015, p. 66).

O jornal *O Popular* de Goiânia do dia 05 de setembro de 1968, explicita que o diretor do Colégio Professor Pedro Gomes baixou portaria, expulsando vinte quatro alunos do estabelecimento, “por considerar que são incorrigíveis, e que as ações por eles praticadas são muito graves, por isso que além de constituírem desrespeito as autoridades, tumultuaram a vida do estabelecimento” (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3).

Um dos estudantes expulso desse colégio foi Felix Valois Guará Bezerra, que iniciou sua militância política com 16 anos, e antes de ingressar no colégio Professor Pedro Gomes, era estudante no Lyceu de Goiânia. Estudou no colégio Lyceu de Goiânia

⁷⁸ A referida fonte encontra-se na seguinte referência: PEREIRA, Geziel Alves. *Movimento Estudantil em Goiás em Tempos de Ditadura (1964- 1979)*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2015.

até 1968, época em que foi expulso antes do Ato Institucional N°- 5. Percebe-se, que Felix Bezerra, enfatiza em depoimento:

consegui milagrosamente me matricular no Pedro Gomes, em Campinas. Lá eu já havia ingressado naquele grupo que ficou isolado do PC do B. Naquela época evidentemente não tínhamos maiores discernimentos em termos de política, estratégias políticas, inclusive por causa da censura. Na nossa idade tínhamos muito mais capacidade, e elementos inclusive, para discutir as situações internacionais, que a nacional e a local. Sabíamos muito mais das correlações de forças na arena internacional, a luta contra o imperialismo, principalmente ouvindo as emissoras dos países socialistas. O destino depois até me reservou uma surpresa, digamos assim. Naquela época tínhamos mais conhecimento da situação internacional. Não digo desconhecimento da situação nacional, mas para discutir as tendências faltava informação. Fui expulso em 1967. Lembro-me de 1967, pois foram comemorados os 50 anos da Revolução de Outubro. Lembro-me que houve várias atividades de pichação, e eu já estava no Colégio Estadual Pedro Gomes, no Bairro de Campinas (Bezerra apud Alves; Côrtes, 2013, p. 129-130).

A primeira greve feita na capital goiana depois do golpe civil-militar foi no Colégio Professor Pedro Gomes. Felix Bezerra, esclarece que, “durante a noite a polícia cercou o Colégio Pedro Gomes, houve um tiroteio e morreu um policial militar. Até hoje não sei o desdobramento que teve aquilo. Essa greve foi em caráter abertamente político” (Bezerra apud Alves; Côrtes, 2013, p. 130). Essa greve era um protesto em relação ao militante Tarzan de Castro, que estava desaparecido.

O movimento estudantil estabeleceu-se como uma força política organizada e apta a discutir os aspectos gerais de âmbito nacional. Os estudantes dos movimentos estudantis se organizavam em muitos grupos, principalmente, nas capitais, onde acabaram formando, órgãos estaduais e criaram uma sólida organização nacional. Conforme Duarte (2012),

as décadas de 1960 e 1970 se caracterizam pela radicalização dos jovens na ação política em contraposição ao modelo vigente naquela época, ou seja, contra a ditadura civil e militar impetrada no Brasil a partir de 1964. O movimento estudantil se constituiu em uma importante organização que agregou parte dos jovens brasileiros no processo de resistência à ditadura militar, produzindo assim, um importante movimento de contracultura, aliado a outros da época, tais como: movimento tropicalista, movimentos camponeses e feministas (Duarte, 2012, p. 42 apud Cruz, 2013, p. 11).

Duarte (2012), explicita que esse período se caracterizou por perseguições, torturas, censuras e assassinato, pois isso acontecia principalmente com

jovens que se contrapunham à Ditadura Civil-Militar. Os protestos tiveram repercussões em todo o Brasil, invadindo os espaços escolares e expressando o desejo dos jovens estudantes de melhorias do ponto de vista cultural, social e econômico para a população. Tendo em vista que os jovens militantes eram identificados pelas instituições oficiais do período como agitadores, rebeldes e baderneiros.

Os boatos em relação ao desaparecimento e possível falecimento do estudante Tarzan de Castro, levou o movimento estudantil ao seu ápice na luta contra a Ditadura Civil-Militar em Goiânia. Os secundaristas e universitários juntaram-se em prol de justiça pela morte do seu parceiro, ao realizarem uma greve estudantil na capital. Outro estudante que fez parte na organização e planejamento dessa greve foi João Silva Neto, nasceu em 05 de dezembro de 1945, mudou para Goiânia no ano de 1960, e fez o curso secundário no colégio Professor Pedro Gomes e, posteriormente o curso de Direito na Universidade Federal de Goiás. No seu depoimento, afirma que,

houve uma greve que, aconteceu quando recebemos a notícia que Tarzan de Castro havia sido morto pela ditadura, em 1966. Eu nunca tinha visto o Tarzan de Castro, mas achava aquilo um absurdo. Procurávamos pretextos para motivar a resistência democrática. Lideramos a greve no Pedro Gomes, onde houve a chegada da polícia, quebra-pau, tiros e, inclusive, a morte de um soldado. Foi uma greve poderosa, resultado do movimento que tínhamos ali. Esse movimento do Pedro Gomes só foi desbaratado com o advento do AI-5. De 1964 a 1968, Pedro Gomes foi um dos poderosos núcleos da resistência democrática no meio estudantil aqui em Goiânia e era comandado pela nossa base de estudantes. Em 1966 e 1967, criamos e ampliamos os grêmios estudantis. Usávamos a seguinte motivação: procurávamos várias escolas como o Cinco de Julho, o Lyceu de Goiânia com o pretexto de fazermos um concurso de oratória (Silva Neto apud Alves; Côrtes, 2013, p. 228).

A base estudantil do Partido Comunista em Goiás para a articulação das manifestações e greves, no colégio Professor Pedro Gomes, foi criada logo após o golpe civil-militar em 1964, onde saiu um movimento extraordinário de resistência democrática à ditadura baseado na luta estudantil. “Criamos ali um poderoso Partido Comunista, com muitos estudantes, no meio da massa estudantil. Dominávamos completamente o grêmio; dominávamos as representações de classe. Criamos um movimento de embate contra a ditadura” (Silva Neto apud Alves; Côrtes 2013, p. 228).

Ao realizar o concurso de oratória mencionado logo acima, o interesse era que os militantes conhecessem os estudantes que falavam, expressavam e combatiam contra a ditadura. Assim sendo,

nos aproximávamos daqueles estudantes, passávamos material, íamos conversando. Tivemos a oportunidade de incentivar a criação do Partido Comunista em várias escolas de Goiânia, e fazer com que essas pessoas participassem da direção dos grêmios. Muitas delas ganharam a direção de grêmios e isso ajudou na criação de um grande bloco de resistência contra a ditadura no meio juvenil, no meio dos estudantes (Silva Neto apud Alves, Côrtes, 2013, p. 228).

Visto que, além dos alunos dos colégios lutarem juntamente com os universitários em favor dos interesses acadêmicos e de liberdade, os grêmios estudantis eram alvo dos militares, do Comando Caça Comunista (CCC) e de seus diretores dentro do próprio colégio, no qual, eles fechavam os grêmios e os seus integrantes eram expulsos e até mesmo presos. Entretanto, essa medida extrema foi tomada em consequência “das manifestações promovidas pelos estudantes, em represália a portaria do Secretário da Educação que fechou os grêmios estudantis e que culminaram com o arrombamento da porta da sede da entidade de representação dos alunos desse colégio” (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3).

Conforme Fico (2009), as nossas inquietações e questões ao redor do objeto só se tornam possíveis devido às experiências do presente. Partindo disso, entende-se que na análise da maioria das fontes teve esse movimento entre passado e presente, pois precisamos partir do presente para pensarmos o passado, além disso, responder as nossas inquietações. É importante circunstanciar o movimento entre o passado e o presente, visto que, isso possibilita uma compreensão mais ampla sobre a discussão acerca da representação dos estudantes nos respectivos colégios mencionados acima na luta contra a ditadura, a partir do movimento estudantil no estado de Goiás.

Ao ressignificar o depoimento de alguns estudantes que eram militantes do movimento estudantil em Goiânia, percebe-se a semelhança entre os depoimentos de José Elias Fernandes, Felix Valois Guará Bezerra e João Silva Neto. Ambos evidenciam o possível falecimento do militante Tarzan de Castro pelo regime ditatorial ao articularem e realizarem greves, mas este militante não morreu, estava apenas desaparecido. Participou das resistências e tentou resistir ao golpe de estado, isto é, quando percebeu que não tinha jeito, acabou fugindo. Tarzan de Castro foi torturado e preso por muitas vezes, em seu depoimento, afirma que, quando foi preso no DOI-CODI no Rio de Janeiro, que:

começaram a me bater e pensei que morreria. Disseram que eu era o atleta da laje; que tinha fugido de lá; que eu era um filho da puta. Bateram e ironicamente me deram as boas vindas ao Exército brasileiro. Estava de capuz, pensei que fosse morrer. Bateram com um soco inglês no peito e desmaiei. Devo ter acordado um tempo depois; estava no chão, jogaram água em mim. Não sei quanto tempo durou, pois começaram de dia e já era noite. Nesse dia também pensei que fosse morrer, mas não morri. Levaram-me para uma solitária e lá fiquei por noventa e três dias. Apanhei mais uma vez, queriam que eu assinasse alguns papéis e eu me recusei. Eu queria ler o que estava escrito. Eles estavam me transferindo, pensei que pudessem estar me levando para matar. Perguntaram-me se não ia assinar e começaram a me dar pancada, até que assinei (Castro apud Alves; Côrtes, 2013, p. 465).

O relato de Tarzan de Castro sobre sua experiência e as circunstâncias de sua prisão e transferência para o DOI-CODI evidenciam a gravidade da situação vivenciada pelos militantes naquele período. Sua condenação a quatro anos e meio de prisão em Juiz de Fora reflete a dureza das punições impostas pelo regime civil-militar aos seus opositores. O fato dele ter pensado muitas vezes que poderia morrer durante esse período ilustra o clima de incerteza e medo que permeava a vida dos militantes políticos naquele momento. A notícia de seu desaparecimento e as especulações sobre seu possível falecimento também refletem a intensidade das perseguições e da violência enfrentada pelos opositores do regime. Esses eventos marcaram profundamente seus colegas militantes, demonstrando o impacto que a repressão política teve sobre suas vidas e suas trajetórias políticas.

Na outra fonte do jornal *O Popular* sobre o Colégio Pedro Gomes do mesmo dia que a fonte anterior, isto é, 05 de setembro de 1968, mostram que a decisão tomada com a base do artigo 52 do Regimento Interno, contou com a unanimidade do Conselho de Professores do colégio e está contida na portaria n° 19/68. No qual,

justificando a expulsão dos estudantes, a portaria cita nominalmente os alunos, atribuindo-lhes atitudes caracterizadas no desdobramento dos fatos. Alguns foram punidos por incitamento, através de discursos, levando colegas a “abrir violentamente as portas da Sede do Grêmio Literário “Wander Borges”, na noite do último dia 30. Reporta-se o documento ao arrombamento perpetrado no mesmo dia, sempre mencionando os nomes dos 60 que participaram do ato, depois de distribuírem panfletos, pincharam paredes e insuflaram o espírito de rebeldia- dos colegas (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3).

A Confederação Goiana dos Estudantes - CGE protesta “veemente contra a brutal expulsão de colegas, por parte da Diretoria do Colégio Estadual Pedro Gomes” (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3). Manifesta que a “indignação aumenta na medida que

constatamos o caráter sumário de tal ato, denuncia a nota da CGE que nenhum inquérito houve que apurasse responsabilidades e que nenhum dos colegas atingidos teve oportunidade de se defender não sendo ouvidos” (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3).

Com isso, os estudantes foram expulsos do colégio e não tinham nem como se defender e explicar o motivo de estarem protestando. Partindo disso,

considera a nota que o ato constitui um atentado as eleições livres e democráticas que foram realizadas a poucos dias naquele colégio e que muitos – dos colegas atingidos cursam o último ano colegial, não existindo vagas em- cursos similares, estando, portanto, tolhidos seus inalienáveis direitos a educação. Finaliza a nota oficial da CGE considerando que não só é ilegal como também criminosa a atitude do Diretor, admissível de apenas numa época em que a autoridade se alicerça na força e na prepotência” (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3).

O secretário de Educação e Cultura, em declarações ao jornal *O Popular*, informou que a Procuradoria Geral do Estado deverá promover inquéritos a respeito das depredações de prédios públicos, tão logo seja elaborado um esquema de trabalho pela secretária. Tendo em vista que, o secretário

Sr. Jarmund Nasser disse que prédios como o Museu, o Colégio- Rui Barbosa, o Pedro Gomes e outros, serão examinados conforme solicitação desta Secretária pela Procuradoria Geral, a fim de se estabelecer responsabilidades. Quanto a expulsão de alunos no Colégio Pedro Gomes, disse o Secretário- que o Diretor daquele estabelecimento tem total liberdade administrativa para punir quem é faltoso, mas não são do meu conhecimento tais expulsões” (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3).

Ainda no jornal *O Popular* do ano de 1968, exemplifica que os alunos do Colégio Lyceu de Goiânia promoveram novas assembleias, dirigidas pelo estudante Allan Kardec, para estudar o roteiro das passeatas que pretendem realizar durante o desfile de 7 de setembro. Além dessas passeatas, várias outras manifestações foram preparadas pelos secundaristas, que acabaram encontrando o apoio dos universitários, conforme “o presidente do grêmio Literário Félix de Bulhões, sobre as expulsões do Colégio Pedro Gomes, nada comentou aquele líder, apenas frisando que “contra nós do Lyceu nada poderão fazer, pois não depredamos nem estragamos nada dos prédios públicos” (O Popular, Goiânia, 1968, p. 3).

O militante Allan Kardec era estudante do colégio Lyceu de Goiânia, e participava de forma ativa no movimento estudantil, quando no ano de 1968 “os

estudantes tomaram a Rua 4, onde foi realizado outro comício relâmpago, momento em que Allan Kardec Pimentel ao usar a palavra conclamou a unirem-se com o intuito único e exclusivo de derrubar o Governo” (Arquivos Revelados, 2016, p. 639).

Os alunos queriam atingir a repressão visando evidenciar seus ideais e opiniões sobre o contexto histórico, político, social e principalmente educacional em que o espaço escolar estava situado, pois nessas fontes não foi possível situar de forma mais pormenorizada as demandas e as bandeiras dos estudantes, os jornais ao darem espaço para o tema, revela que o movimento era de enfrentamento e que os colégios e a UFG foram espaço de luta, “esta Faculdade tem sido o palco da agitação de alunos que vem demonstrando suas tendências esquerdistas e agitadoras” (Arquivos Revelados, 2016, p. 602-603).

Percebe-se, uma conexão entre os universitários da UFG e os secundaristas do Colégio Lyceu de Goiânia e do Colégio Professor Pedro Gomes. Esses alunos estavam unidos pela sua força e objetivos políticos em favor de uma sociedade onde suas vozes fossem ativas e ouvidas por todos, na luta pelos seus direitos. Os melhores narradores são aqueles que deixam as palavras fluírem, levando em conta “as lembranças, registros, observações, silêncios análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida” (Delgado, 2003, p. 22-23).

Alguns militantes e estudantes dos colégios Lyceu de Goiânia e Professor Pedro Gomes, ao concluir o ensino secundário foram realizar o ensino superior na Universidade Federal de Goiás, com isso, manteve o contato com os secundaristas desses respectivos colégios dando continuidade ao movimento estudantil e a parceria entre secundaristas e universitários goianos. Em seguida, veremos o depoimento de Abrão Marcos da Silva, nasceu em 1948, natural da cidade de Inhumas, ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1967, com militância na Organização de Base - OB da UFG, “devido a minha militância política nos movimentos estudantis universitários, fui indiciado em Inquérito Policial Militar - IPM, no ano de 1968, por ter participado da elaboração das ideias para a realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE, em Ibiúna/SP” (Silva apud Salles, 2008, p. 31). Em suma, no seu depoimento este militante explicita,

já que eu estava dentro da universidade, teria que funcionar politicamente dentro da universidade, que era onde as pessoas me conheciam, e onde já

havia uma participação em diretório acadêmico. Talvez as pessoas que não tenham vivido a época não tenham ideia da efervescência que havia, porque não havia só uma diretriz política. Na época nós tínhamos discussões com os próprios setores da esquerda. Aqui em Goiânia havia uma participação maciça da universidade, da Ação Popular - AP (Silva apud Alves; Côrtes, 2013, p. 22).

Compreende-se que a universidade desempenhou um papel central nas manifestações em prol de um governo democrático. Os diretórios e centros acadêmicos estabelecidos pelos estudantes dentro das instituições de ensino superior e colégios serviram como locais para a articulação e organização do movimento estudantil goiano. Um dos militantes da UFG foi o universitário José Fernandes da Silva, nascido em 17 de dezembro de 1935, no interior de Minas Gerais, mas mudou para Goiânia no ano de 1960.

Sua conexão com o ativismo político teve início durante seus estudos no colégio Professor Pedro Gomes, onde cursou o segundo grau. Foi por meio do grêmio estudantil que teve seu primeiro contato com colegas engajados na esquerda, ligados ao PCB. Em seu depoimento, Jose Fernandes da Silva esclarece que,

Entrei em reunião do partido depois do golpe do Estado, em 64. Antes era apenas grêmio estudantil, cursos de oratória. Antes do golpe eu já tinha uma tendência natural para a esquerda. Eu sempre protestava contra as injustiças sociais e já estava meio condicionado, antes mesmo de entrar em contato com a esquerda para ir por esse caminho [...]. Naquela época, no ensino médio era grêmio, na universidade era diretório. Eu fiz parte do diretório primeiramente na Católica e depois na Federal. Eu era estudante universitário. Aí sim era realmente muito pesado porque eu suponho que havia espões por todos os lados. Havia alunos que estavam ali estudando mais para espionar, eram agentes da polícia. E nós não confiávamos praticamente em ninguém, a não ser nos colegas que militavam com a gente ou na esquerda ou no grêmio, no diretório acadêmico [...]. Eu acreditava muito no Partido, eu achava que a linha do Partido estava correta. Havia uma estratégia, havia uma tática. Eu lembro muito bem que a nossa tática era a destruição do sistema ditatorial. Era desenvolver lutas e alianças entre a classe operária e todas as demais classes que estivessem contra a ditadura para destruir esse inimigo principal. Mas o objetivo principal do ponto de vista estratégico seria chegar ao socialismo (Silva apud Alves; Côrtes, 2013, p. 274-275).

A concepção é que a luta pelo socialismo pressuponha enfrentar muitos inimigos dentro do espaço educacional e sociedade na totalidade. Mas, em relação à ditadura, está já estava caminhando para um estreitamento, ou seja, havia uma ampla base de protesto contra esse período. Os estudantes precisaram ao longo desse processo reformular táticas para alcançar futuramente um objetivo mais profundo.

Levando em consideração o depoimento de todos esses ex militantes, para Breno Mendes (2016), o testemunho pode ser compreendido como um importante ponto de reflexão entre História e memória. Pois “o ato de testemunhar também emite uma opinião sobre a sequência de acontecimentos e o encadeamento das ações. Ele valora os motivos de uma ação, o caráter de uma pessoa, em suma, atribui um sentido aos eventos (Ricoeur, [1973] 1994c apud Mendes, 2016, p. 25).

Ao analisar as fontes expostas, uma questão mencionada no texto de Kushinir (2004) está diretamente relacionada à percepção que nas questões militares deveria usar “a máxima discrição e o maior cuidado”. Visto que, as atividades políticas e as rearticulações do movimento estudantil de contestação mereciam “extremo cuidado”, para serem publicados nos jornais daquele período da Ditadura Civil-Militar. Pode-se compreender que realmente havia uma descrição ao abordar o que aconteceu, pois só evidencia os jovens estudantes como baderneiros, e não falam o quanto as atitudes repressivas dos militares foram horríveis para com os alunos. Com isso,

questões que também mereciam “extremo cuidado” são as atividades e as rearticulações do movimento estudantil de contestação. As atividades de luta armada, intituladas subversivas, e as “maquinações da esquerda”, também não receberiam o apoio do jornal (Kushinir, 2004, p. 45).

Diante do que foi exposto, a autora Kushinir (2004) considera que, é preciso mostrar que os jornalistas e os donos de jornal que, ao apoiarem os governos militares naquele período, escolheram por estar ao lado do poder, no qual, se tornaram agentes, como “vítimas”, dessa autocensura. Todavia, os principais órgãos de comunicação da imprensa nesse período ditatorial são fontes privilegiadas para a investigação, de modo que, “podem explicitar o papel da imprensa na construção de representações de si e da ditadura militar, além de contribuir para a compreensão dos interesses e conflitos que estavam em questão entre as várias perspectivas das elites liberais em torno do regime” (Chammas, 2012, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa aborda o período do regime civil-militar, que marcou a história brasileira nos aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais. Em nossa narrativa, observamos que os eventos e processos foram desenvolvidos por sujeitos históricos, que deram vida ao movimento estudantil na capital goiana, compartilhando bandeiras e objetivos semelhantes. Eram estudantes da rede pública de Goiânia, incluindo representantes do PCB e do PC do B, que lutavam em prol da democracia e dos seus direitos como cidadãos. Ser estudante do ensino médio e universitário no contexto analisado era um privilégio de um pequeno e reduzido grupo de estudantes.

Partindo disso, é necessário refletir sobre as marcas do século XX que seria de angústia e instabilidade diante das mudanças aceleradas, ou seja, “o traço marcante da memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças” (Fico, 2012, p. 50). Assim, a sociedade brasileira foi marcada pela impunidade e ausência de uma verdadeira ruptura, tornando a ditadura um processo que não terminou. Neste sentido, Fico (2012, p. 58) exemplifica que, os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio, pois “se nós entendermos “verdade” em seu sentido relativo, como um esforço contínuo de esclarecimento e explicação dos fenômenos, então podemos afirmar que a “verdade” que os documentos da ditadura registram é mobilizadora”.

Embora a Comissão Nacional da Verdade não tenha poderes para punir, devido a Lei da Anistia de 1979, há a possibilidade de pressão da sociedade brasileira em pressionar o Congresso Nacional para alterar essa legislação ou impor sanções. É um cenário bastante improvável, pois demandaria uma pressão muito grande, ou seja, uma demanda social. No mínimo, podemos esperar uma compreensão mais ampla e menos estereotipada desse período histórico. As comissões da verdade, como sugere o nome, correm o risco de se tornarem narrativas oficiais, mas a abertura dos arquivos pode funcionar como uma espécie de sublimação ou catarse, capaz de superar o sentimento de impunidade e frustração. De modo que, terminou sua atuação em 2014 com a publicação de seu Relatório Final.

Essa história do presente nasceu bem mais de uma impaciência social do que de um imperativo historiográfico. Tendo em vista que, essa história, experimentada hoje por meio de uma argumentação simples, contribui para evidenciar as questões ligadas à

disciplina histórica, pois “como não sentir que uma reflexão histórica sobre o presente pode ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea, a medir o pleno efeito que destas fontes originais, sonoras e em imagens, que as mídias fabricam” (Rioux, s/d, p. 46).

Para compreender o movimento estudantil em 1964, é necessário analisar o contexto atual e retroceder ao passado, destacando o processo que levou à intervenção política. No estado de Goiás, o movimento estudantil se destacou por protestos e manifestações organizadas por jovens estudantes e universitários nas ruas de Goiânia. O centro da capital e as praças Cívica, Universitária e dos Bandeirantes foram utilizados como espaços de intervenção política, onde essas mobilizações buscavam responder às condições políticas, sociais e educacionais da época, caracterizadas pelo autoritarismo e pela ausência de liberdade democrática.

A partir da análise dos jornais e dos relatos de alguns ex militantes com envolvimento político na capital de Goiânia, revela que os estudantes eram silenciados pelos militares e até mesmo por profissionais das instituições de ensino. Apesar disso, os colégios Lyceu de Goiânia, Professor Pedro Gomes e da Universidade Federal de Goiás foram palcos de intensa atividade política protagonizada por secundaristas e universitários. Com o apoio dos estudantes da UFG, eles tomaram as ruas de Goiânia em busca de seus ideais e reivindicações.

A relação dos movimentos sociais e da educação existe por meio das ações práticas de movimentos e grupos sociais, acontecendo de duas maneiras: na interação dos movimentos em contato com as instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. Gohn (2011) afirma que, os movimentos sociais evidenciam as opressões e as injustiças, revelando aos setores da sociedade civil, política e, em especial aos órgãos públicos, os reais interesses em jogo na esfera pública. Dessa forma, a participação política dos secundaristas e jovens universitários em Goiânia é classificada como movimentos sociais, além de serem fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes.

No entanto, não são processos isolados, mas sim de natureza política e social. Conforme Gohn (2011), por isso, para analisar esses saberes, é necessário buscar as redes de conexões que os movimentos estabelecem na prática diária e questionar o contexto político, econômico e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são fundamentais para entender os fatores que impulsionam as

aprendizagens e os valores da cultura política que são gradualmente moldados no processo interativo.

Em resumo, essa atuação política dos estudantes na capital goiana pode ser compreendida como movimentos sociais, de acordo com a sua luta por justiça social, democracia e direitos humanos, e sua capacidade de articulação e mobilização para promover mudanças significativas na sociedade brasileira.

A imprensa como fonte histórica está ligada ao fato de que no século XX os canais de comunicação transformaram em órgão de poder. Para Chamas (2012), os interesses desses órgãos procuram representar os interesses e os valores dos setores da sociedade. Ao produzir a realidade à sua forma, como objeto de uma articulação entre sua ideologia, “suas representações simbólicas, seus interesses político-econômicos imediatos e suas constante tentativa de formulação e delimitação da agenda de debates públicos-, os órgãos de comunicação tentam exercer o seu poder de influência sobre os leitores” (Chammas, 2012, p. 15-16). A ideia de imparcialidade dos jornais e o entendimento da imprensa como expressão da opinião pública são instrumentos que atuam na elaboração ideológica dos jornais, isto é, ao confirmar sua imparcialidade e o caso de serem porta-vozes dos interesses dos indivíduos.

De modo geral, mesmo com um governo autoritário, podemos evidenciar a força e a coragem desses jovens que não se calaram diante daquele contexto de repressão, tortura e silenciamento dos sujeitos no tempo histórico. A partir dos acontecimentos no período da Ditadura Civil-Militar, é necessário pensar que no século XXI, os profissionais educacionais precisam investir na consolidação de uma educação crítica e estabelecer nas escolas uma cultura de participação política dos acontecimentos do presente, pois os estudantes precisam ter suas próprias opiniões, assim, como os alunos de 1964 tinham, e mesmo sendo punidos e conhecidos como baderneiros, eles ainda lutavam.

Conforme Tania Regina de Luca (2008), as renovações no estudo da História Política e Social, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada um dos pontos de embates na arena do poder. Como podemos observar nesta pesquisa, os jornais foram importantes fontes para compreender a atuação política dos ex militantes nos movimentos estudantis dos respectivos espaços educacionais. Ao analisar esses recortes de jornais e os depoimentos dos militantes, devemos levar em consideração o papel da imprensa e sua veiculação em um período que os sujeitos

deveriam ter cuidado ao se expressar com palavras, atitudes, posicionamentos políticos, sociais e intelectuais.

O uso das fontes evoluiu ao longo do tempo, refletindo as distintas necessidades e interesses dos historiadores em contextos específicos. Luca (2008) exemplifica que, essas variações estão intimamente relacionadas às características individuais e identidades culturais dos historiadores, tanto em suas trajetórias pessoais quanto em seus contextos sociais. Ser historiador, seja do passado ou do presente, sempre exigiu não apenas erudição, mas também sensibilidade no manejo das fontes, pois é a partir delas que se constrói de maneira convincente o discurso histórico.

As narrativas, como os lugares da memória, são fontes históricas, além de instrumentos necessários de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições. Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. Para Lucilia de Almeida Neves Delgado (2003), as narrativas orais e a memória desempenha uma função essencial como meio de transmissão, passando de geração em geração as experiências cotidianas mais simples, assim como os grandes eventos que moldaram a história da humanidade.

No entanto, as memórias são consideradas como suportes das identidades coletivas e no reconhecimento do ser homem em seu contexto. Elas possuem uma natureza dinâmica e, como um gênero específico de discurso, fazem parte da cultura de diferentes comunidades, sendo peculiares e incorporando dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias. Dessa forma, “a história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (Delgado, 2003, p. 23).

Gohn (2011) enfatiza que, o compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas centradas na participação social e no protagonismo da sociedade civil demandam uma clara vontade política por parte das forças democráticas organizadas. Isso visa construir uma sociedade e um espaço público diferente do modelo neoliberal, que frequentemente é caracterizado por exclusões e injustiças. É preciso respeitar os direitos de cidadania e trabalhar para aumentar progressivamente os níveis de participação democrática da população.

Em suma, esta pesquisa desempenhou um papel significativo ao proporcionar uma nova perspectiva sobre os sujeitos e os espaços educacionais, tanto durante o

período de 1964 quanto nos dias atuais. As fontes históricas desempenharam um papel fundamental nesse processo, fornecendo os materiais necessários para a análise e compreensão desse momento importante da história brasileira. Portanto, através desse estudo, busquei responder ao problema de pesquisa e às questões levantadas, contribuindo assim para uma melhor compreensão dos eventos e processos que moldaram o contexto educacional e social da época.

REFERÊNCIAS

Fontes:

A Ditadura Militar em Goiás- Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM'S, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. – v.1. – Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

ALVES, Célia Maria; Côrtes, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos.* Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013. 504 p.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho.* 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013.

A Renúncia. O GLOBO, 26 de agosto de 1961, p.1.

ARQUIVO NACIONAL. *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca e Dilma Rousseff.* -5° ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. 248p.: il.; 21cm.

BRASIL. *Discursos selecionados do presidente João Goulart.* In:___ Wanielle Brito Marcelino (Orgs). Brasília: FUNAG, 2009. 100p.

BRASIL. PRESIDENTE (1961). *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros.* In: ___ Camille Bezerra de Aguiar Muniz (Orgs.). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 64p.

CINCO DE MARÇO, Goiânia, 02/01/1967

CINCO DE MARÇO, Goiânia, 23/12/1968, p. 5

CINCO DE MARÇO, Goiânia, 02/01/1967, p. 5-A

CORREIO DA MANHÃ. Disponível em www.hemerotecadigital.bn.br/artigos/correio-da-manha

DANTAS. Altino Rodrigues. *História da UNE - Depoimentos.* São Paulo: Editora Livramento, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo- A Memória Militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIÁRIO DO OESTE, São Paulo, 30/08/1961

DIÁRIO DO OESTE, São Paulo, 29/08/1961, p. 8

FOLHA DE GOIÁZ, Goiânia, 1966, p. 1

FOLHA DE GOIÁZ, Goiânia, 17/09/1966, p. 2

FOLHA DE GOIÁS, Goiânia, 1966, p. 3

FOLHA DE GOIÁZ, Goiânia, 1966, p. 4

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 05/03/1960, p. 10

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 13/05/1964, p. 1

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1965

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 13/05/1967, 1º Cad. p. 7

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 05/09/1979, p. 1

JORNAL OPÇÃO, Goiânia, 16/08/1979

JORNAL ZERO HORA, Rio Grande do Sul, 30/06/1964, p. 4

Marighella, Carlos. *Mini Manual do Guerrilheiro*. São Paulo, 1969. Documento digital. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2023.

O POPULAR, Goiânia

O POPULAR, Goiânia, 21/07/1964

O POPULAR, Goiânia, 11/1964

O POPULAR, Goiânia, 1968c

O POPULAR, Goiânia, 1968, p. 3

O POPULAR, Goiânia, 29/03/1968

O POPULAR, Goiânia, 01/04/1968

O POPULAR/JORNAL DE BRASÍLIA, 24/10/77, p. 1

REVISTA MANCHETE, 1964, p. 14

Relatório do Inq. Pol. nº. 9/72- 6 Vol. *Secretaria da Segurança Pública*. Dependência Delegacia Especializada de Ordem Social.

SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008. 182 p. il.

Fontes documentais orais:

ARANTES, Aldo. Depoimento. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008, p. 45-46.

BEZERRA, Felix Valois Guará. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 129-130.

BORGES, Mauro. Depoimento. In: *O Golpe em Goiás. História de uma Grande Traição*. 2. ed. Goiânia: Ed. UCG; Ed. Vieira, 2006, p. 42.

BURSZTYN, Ana. Depoimento. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013, p. 25.

CASTRO, Adry Fiúza de. Depoimento. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo- A Memória Militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 65.

CASTRO, Hecival Alves de. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 148.

CASTRO, Tarzan de. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 465.

_____. Depoimento. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008, p. 150.

CORTE, Marcantônio Della. Depoimento. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008, p. 117-126.

_____. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 375.

CRUZ, Carlos Alberto Santa. Depoimento. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008, p. 61.

DANTAS. Altino Rodrigues. Depoimento. In: DANTAS. Altino Rodrigues. *História da UNE-Depoimentos*. São Paulo: Editora Livramento, 1980, p. 49.

FERNANDES, José Elias. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 260-261.

FONTOURA, Carlos Alberto. Depoimento. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo- A Memória Militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 83.

GEISEL, Ernesto. Depoimento. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro. FGV, 1997, p. 225.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16; n°. 47; maio-ago. 2011.

GOMES, Horieste. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 171.

LIMA, Luiz José do Rego da Cunha. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos*. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 349-352.

MACHADO, Jackson Luiz Pires. In: *A Ditadura Militar em Goiás- Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM'S, sentenças de tribunais militares*,

certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. – v.1. – Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 686-687.

NETO SILVA, João. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos.* Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 228.

ORRO, Luiz Carlos. Depoimento. In: JORNAL OPÇÃO, 16/08/1979.

PALMEIRA, Vladimir. Depoimento. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho.* 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013, p. 20.

PANDOLFI, Dulce. Depoimento. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho.* 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013, p. 34.

PRESTES, Anita. Depoimento. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho.* 1. ed. – Rio de Janeiro; Ponteio, 2013, p. 17.

RODRIGUES, Léo Lynce do Carmo. In: *A Ditadura Militar em Goiás- Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM'S, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens.* – v.1. – Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 690.

SANTANA, Eudes Pacheco. Depoimento. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história.* Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008, p. 86-88.

SILVA, Abrão Marcos da. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos.* Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 22.

_____. Depoimento. In: SALLES, Antônio Pinheiro. *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a história.* Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008, p. 31.

SILVA, Jose Fernandes da. Depoimento. In: ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Org.). *Memórias transcritas: depoimentos.* Goiânia: ANIGO/NDH-UFG/FUNAPE, 2013, p. 274-275.

SILVA, Ruy Rodrigues da. Depoimento. In: CARVALHO, Sebastião Donizete. *A mediação do conselho de educação de Goiás no processo de eleições de gestores das escolas estaduais de educação básica (2003 a 2010).* Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012, p. 98-99.

Bibliografias:

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História.* In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.

ALVES, Laurenice Noletto. *Flores no quintal: memórias de sonhos e de lutas.* Ed. Kelps, Goiânia, 2013.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: Edusc, 2005. Livro.

ANDRADE, Caio César Vioto de. *Da tecnoburocracia à desburocratização: a trajetória das reformas da administração pública no regime militar brasileiro (1964-985)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista - Unesp - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. Franca, 2021, 238 p.

ANJOS FILHO, Zenir Rodrigues dos. *Lamarca: Mito e História*. Monografia (História) – Universidade Federal de Uberlândia- MG. 1999.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. *Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil*. Mediações, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul/Dez. 2007.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados, Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1954-80)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 53.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *O século XX em Goiás: o advento da modernização*. 1. Edição. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. *O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora*. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

BARRERO JUNIOR, Roger Camacho; COSTA JÚNIOR, José dos Santos. *Limpendo o passado para viver no presente: modos de pensar a memória e a história oral em dois textos de Meneses (1992) e Portelli (2006)*. **Revista Hydra**, v. 4, n°. 7. Dezembro de 2019.

BARROS, Fernanda. *Formação Intelectual no Lyceu em Goiás: organicidade e tradicionalismo*. Goiânia- GO. 2014.

BAUER, Caroline Silveira. *Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura*. Estudos Ibero-Americanos, v. 45, n°. 1, p. 91-103, mar. 2019.

BECKER, Jean-Jacques. *Histoire politique de la France depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 2000, p. 135.

Begliomini, Helio. *Juscelino Kubitschek de Oliveira: patrono da Sociedade Brasileira de Urologia*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

BENTIVOGLIO, Julio. *Políticas e práticas de esquecimento em um país sem memória: enredamentos da ditadura militar no Brasil*. In:_____. FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (Orgs.). **História e trauma: linguagens e usos do passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. 384 p.

BERG, C. *Mecanismos de silêncio: expressões artísticas e censura ao regime militar (1964-1984)*. São Carlos: Ed. UFS. Car, 2002.

- BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. *Os embates em torno da memória das ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. In:_____. MENESES, Sônia (Org.). **História, memória e direitos**. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 153-164.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. *A ditadura militar e a proletarização dos professores*. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n. 1159-1179, set./dez. 2006.
- BOBBIO, Norberto et all. *Dicionário de Política*. Trad. João Ferreira, Carmem C. Varrialle e outros. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2. ed. 1986.
- BORBA, Carlos Alberto Vieira. *A Contra Revolução Antes da Revolução: o golpe de 1964 em Goiás*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia. 2012.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás*. História de uma Grande Traição. 2. ed. Goiânia: Ed. UCG; Ed. Vieira, 2006.
- BRANCO, Jamile de Sales. *Movimentos Culturais e Juventude em Goiânia nas décadas de 60 e 70: utopia revolucionária no “coração do Brasil”*. 2008. 139p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás, 2008.
- BUENO, Bruno Bruziguessi. *Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo*. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.2, n.1, 47-64, 2014.
- BUCK, R. C. *O “Habeas Corpus”*. *Cadernos de Direito*. In: **Cadernos do Curso de Mestrado em Direito da universidade Metodista de Piracicaba**; 2001; UNIMED; vol. 1; Nº 1; p. 201-208.
- CAMPOS, Francisco. *A política tradicional: 1930 a 1960*. In:_____. SOUZA, D. B. (Org.). **Goiás, Sociedade & Estado**. 2. ed. Goiânia: Canône Editorial, 2009.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *Memória de 68: terror e interdição do passado*. In: *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: 2(2): 101-112,2. Sem. 1990.
- CARDOSO, Vanessa Clemente. *A História do Ensino de História e a Formação da Elite Intelectual Brasileira: Uma análise a partir da História Nova do Brasil (1963-1965)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.
- CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- CARONE, Edgard. *A quarta República: 1945-1964*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1980. p. 181.
- CARVALHO, José Murilo de. *Passo atrás, passo adiante (1964-1985)*. In:_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 159-198.
- CARVALHO, Sebastião Donizete. *A mediação do conselho de educação de Goiás no processo de eleições de gestores das escolas estaduais de educação básica (2003 a 2010)*. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura e a grande imprensa: Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

CHAUÍ, Marilena. *O pensamento político e a redemocratização do Brasil*. São Paulo: 2006.

CHAUL, Nasr Fayad. (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Kelps, 1998.

CHERVEL, A. *História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, v.2, 1990, pp. 177-229.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?*. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Lucas Berlanza. *Carlos Lacerda jornalista: Repórter, gestor e teórico da imprensa*. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Escola de Comunicação- ECO. Rio de Janeiro, 2015.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. *Adhemar de Barros (1901-1969): A origem do “rouba, mas faz”*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CRUZ, Fabíola Peres da. *Jovens Estudantis do IEG: Memórias do Movimento Estudantil (1964 a 1968)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação. Goiânia, 2013.

CUNHA, Bruno Domingues. *História da Esquerda em Goiás: 1960-1979*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 3º ed. São Paulo: UNESP, 2007c.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de Chumbo- A Memória Militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. *História Oral*, 6, 2003, p. 9-25.

DIAS, Thales Luan Pereira; MELO, Carolina Abbadia. *Movimentos de oposição à ditadura no jornal goiano O Popular em 1968*. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação- XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- Rio de Janeiro- RJ- 4 a 7/09/2015.

DINIZ, Eli. *Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais*. In: ____. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUARTE, Aldimar Jacinto. *Aspectos históricos das representações sociais dos jovens pobres do Brasil*. In: ____. DUARTE Aldimar Jacinto; GUIMARÃES Maria Tereza (Orgs.). **Processos formativos de jovens na EJA em Goiás**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

DUARTE, Marcilon. *Resistência do movimento estudantil ao contrato de gestão pelas organizações sociais na educação do estado de Goiás*. Dissertação (Mestrado). Brasília- DF, 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação da história da educação brasileira*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FAVARO, Tereza Cristina Pires. *O Governo Mauro Borges (1961-1964): O Planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás- UFG. Goiânia. 2015.

FÁVERO, Regina de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rev. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2004. Livro.

FALCON, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: A trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2007.

FERNANDES, Gabriel Dias. *Ditadura Militar em tempos de negacionismo: uma análise do tema em livros didáticos*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Goiânia, 2022.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FICO, Carlos. *História do tempo presente-eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 45-59, jan./jun. 2012.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCISCO, Robson Leal. *1964- O espectro que não veio: Anticomunismo e ideologia nos editoriais dos jornais O Globo e o Estado de S. Paulo durante o governo João Goulart*. Dissertação (Mestrado). Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2014.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. *Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas*. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n°. 20, p. 439-455, ago. 2017.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

GERMANO, Matheus Nascimento. *Notas sobre a formação de Goiânia: uma história da vida cotidiana nas primeiras décadas da capital goiana (1930-1955)*. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2019.

GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Priscila Madruga Ribeiro. *Operação Condor: Lei de Anistia nº 6.683/79X Tratados de Direitos Humanos*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). Goiânia, 2013.

GUSSON, Claudia Maria. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 1º ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: A repressão no Paraná*. Curitiba: Paz e Terra/Secretaria da Cultura do Paraná, 1988. Livro.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan/jun, 2001.

KALLÁS, Ana Lima. *O debate público de professores historiadores acerca da ditadura pós-1964 no Brasil: ensino de história, memória e usos públicos da história recente (1985-2015)*. 361 f. 2020. Tese (Doutorado em História)- Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

KUSHINIR, Beatriz. *Os donos do tempo: jornalistas e historiadores*. In:____. **Cães de Guarda- Jornalistas e Censores, do AI-5 a Constituição de 1988**. São Paulo; Boitempo, 2004, p. 35-67.

LACAPRA, Dominick. *Historia em tránsito: experiencia, identidad, teoria crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 94-95.

LANGARO, Jiani Fernando; SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Olhares sobre a história social no e do Brasil Contemporâneo: Trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais*. Dossiê: Diálogos entre Cultura, Política e História Social. V. 11, nº. 22, 2019.

LEME, Renata Bento; BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino. *Formação de professores: currículo mínimo e política educacional da ditadura civil-militar (1964- 1985)*. **ORG & DEMO**, Marília, v. 20, n. 1, p. 83-98, jan./jun. 2019.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In:____. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, David. *A Esquerda Goiana nos Anos 60/70: Do Nacionalismo Estatista a Luta Contra a Ditadura Militar*. **OPIS**, Catalão- GO, v. 14, n. 1, p. 361-379- jan./ jun. 2014.

MACHADO, Vinícius Felipe Leal. *Um Colégio para Campinas: Educação e Modernidade na cidade que virou bairro*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Goiás- Faculdade de História- Programa de Pós Graduação em História. Goiânia-GO, 2019.

MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar 1964/1968*. São Paulo: Editora Papirus, 1987.

MARTINS, Maria do Carmo. *Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor*. In: _____. CERRI, Luís Fernando (Org.). **O Ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH-USP, 2002.

MELO, Carolina Abbadia. *Resistência em Pauta: Movimento Estudantil nas Páginas de O Popular em 1968*. Goiânia, v. 38, n. 4, p. 707-730, out/dez. 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso de; Novais, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: NOVAIS; SCHWARCZ. **História da vida privada no Brasil: contrastes na intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 559-658.

MENDES, Breno. *Memória, testemunho e escrita da História nos arquivos da Ditadura Militar brasileira*. **Revista eletrônica Literatura e Autoritarismo**: Dossiê nº 16- ISSN 1679-849X. 2016.

MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. Coleção Primeiros Passos, nº. 23. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MICHEL, Johann. *Podemos falar de uma política do esquecimento?*. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, ago./nov. 2010 - ISSN-2177- 4129.

MORAES, Adriano dos Santos. *O movimento estudantil brasileiro em tempos de ditadura: um contexto latino-americano*. Grupo de pesquisa do projeto “Memórias da Baixada Fluminense: vida, trabalho e desenvolvimento urbano em testemunhos de anciãos 1950-2000.”, coordenado pelo Professor Doutor Álvaro P. Nascimento. UFRRJ, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da Une à cena pública (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

NAGLE, J. *A educação na primeira república*. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1985. t.3, v.2, p. 261-291.

NAPOLITANO, Marcos. *A ditadura entre a memória e a história*. In: _____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 313-333.

_____. *O carnaval das diretas: o golpe civil-militar*. In: **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 43-67.

NAVES, Jales. *Otávio Lage: Empreendedor, político, inovador*. Goiânia: Editora Naves, 2014. 352 p. il.

NORONHA, E. M. *Curso de direito processual penal*. 11. Ed. São Paulo: Saraiva. 1979.

NUNES, Carolina Gomes. *A repressão as estudantes, professores e funcionários na Universidade Federal de Goiás durante a Ditadura Militar (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

OLIVEIRA, Luís Henrique de. *Dos Annales a Micro- História: Alguns Apontamentos sobre os Avanços da História Social*. S/D.

OLIVEIRA, Rodrigo Mendes. *O projeto educacional brasileiro durante o regime militar e o ensino de História em Goiás (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Goiânia-GO, 2015.

PAIXÃO, Cristiano. *Entre regra e exceção: normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n. 1, p. 227-241, jul-dez de 2020.

PAULA, Gil César Costa de. *A Atuação da União Nacional dos Estudantes – UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia: Ed. Vieira, 2009.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PEREIRA, Geziel Alves. *Movimento Estudantil em Goiás em tempos de ditadura (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História Cultura) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Goiânia- GO, 2015.

PERLATTO, Fernando. *História, literatura e ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721-740, setembro-dezembro, 2017.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

POERNER, José Artur. *O poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4. ed. São Paulo: Ed. CMJ, 1995.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In: _____. FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.

PRADO, Paulo Brito do. *Vila Boa de Goiás em Tempos de Ditadura: Em Busca das Relações de Gênero*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás- UFG. Goiânia. 2013.

QUADRAT, Samantha Viz. *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 19-41: jan/jun. 2012.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado), Campinas, SP: [s,n], 2008.

RÉMOND, René. *Do político*. In: _____. RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Livro.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3. Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008c, p. 47.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

_____. *1968: rebeliões e utopias*. In: _____. REIS FILHO, DANIEL Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX**. 2º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RIOUX, Jean-Pierre. *Pode-se fazer uma história do presente?* In: _____. CHAVEAU, Agnés; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, p. 39-50.

RODEGHERO, Carla Simone. *A anistia entre a memória e o esquecimento*. **História Unisinos**, São Leopoldo, n. 13, v. 9, p. 131-139, maio/ago. 2009.

ROSA, Eleandro Viana da. *Memórias em disputa: a ditadura civil-militar e o ensino de história*. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2020.

SANTOS, Beatriz. *A massificação escolar que convém ao capital: uma análise da política educacional entre a ditadura civil-militar e a década de 1990 no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2022.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. *Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco*. São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000.

SAVIANI, Demerval. *O legado educacional do regime militar*. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

_____. *Sistema de Educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação*. In: _____. BRASIL, Ministério da educação. **Coletânea de textos da CONAE** (Tema Central e Colóquios), 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica*. História Revista, UFG, Goiânia, vol. 7. n. 1, p. 91-104, jan. jun. 2012.

SCHWAB, Mariana de Castro. *Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945). A trajetória de Paulo de Figueiredo e as Revistas Cultura Política e Oeste*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de História, Goiânia, 2010.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos da memória em terras da história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. (Org). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: ed. da Unicamp, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Introdução*. In: _____. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 7-44.

SILVA, A. C. *Dicionário Latino-Português*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de Trinta em Goiás*. (Tese de Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1982.

SILVA, Camila de Jesus. *A experiência das esquerdas que lutaram contra a ditadura militar em Goiás (1960-1972)*. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2022.

SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. *História e Guerrilha. Entre a tradição rural e a prática urbana. O Brasil das décadas de 60 e 70 dos século XX*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2012.

SILVA, Hélio. *1964: golpe e contragolpe*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Luiz Henrique de Castro. *O revolucionário da convicção: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007, 400 p.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *A última Revolução: O governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS, 2015.

SIZILIO, Ricardo José. *A autobiografia de Carlos Marighella*. **Revista de Pesquisa Histórica-CLIO** (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 37, jul-dez, 2019.

SOARES, Gláucio. *Ideologia e Participação Política Estudantil*. In:_____: **Sociologia da Juventude I**. 1986.

SOFIATI, Flávio Munhoz; MARQUES, José Elias Domingos Costa; FERREIRA, João Roberto Resende. *Ocupações secundaristas em Goiânia: formação e experiências políticas das/os jovens*. Linhas Críticas. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 27 (2021), pp. 1-20.

STRINGUETTI, Lucas Mateus. *O Brigadeiro Eduardo Gomes: uma análise de suas obras biográficas*. História, histórias. Brasília, vol. 4, n. 8, 2016.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

TELES, Janaína de Almeida. *As disputas pela interpretação da lei de anistia de 1979*. Ideias. Campinas (SP). N. 1, nova série, 1º semestre, 2010.

TEIXEIRA, Dulce Loyola. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás*. Movimento da Legalidade. Brasília: Senado Federal. Centro gráfico, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. *História Social e Antropologia*. Instituto Mora. México, 1997.

TORRES, Mateus Gamba. *O Ato Institucional nº 2: lutas judiciais, imprensa e divergências na ditadura civil-militar (1964-1985)*. História, debates e tendências. Passo Fundo, v.19, n. 3, p. 457-476, set/dez. 2019.

TOURAINÉ, Alain. *Le mouvement de mai ou le comunisme utopique*. Édition: Le livre de poche. Paris: Brodard et Taupin, 1998, p. 102.

VALE, Oswaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VICENTE, Keides Batista. *RETRATOS DE GOIÁS: memórias de ex-militantes estudantis goianos sobre a década de 1960*. Dissertação (Mestrado), Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia- MG, 2006.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). **Identidade e diferenças**. Petrópolis: Vozes, 2008.